

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO

DIONATAN SILVA CARVALHO

POBREZA RURAL NO MARANHÃO: uma análise a partir das
características das famílias residentes em área rural no período de 2000
a 2010

São Luís
2013

DIONATAN SILVA CARVALHO

POBREZA RURAL NO MARANHÃO: uma análise a partir das características das famílias residentes em área rural no período de 2000 a 2010

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) do Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita.

São Luís
2013

Carvalho, Dionatan Silva

Pobreza rural no maranhão: uma análise a partir das características das famílias residentes em área rural no período de 2000 a 2010 / Dionatan Silva Carvalho. – São Luís, 2013.

135 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita

Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - Universidade Federal do Maranhão, 2013.

1. Pobreza - aspectos socioeconômicos 2. Pobreza rural-
Maranhão 3. Setor agrícola I. Título.

CDU 314.114: 33-058.34 (812.1)

TERMO DE APROVAÇÃO

DIONATAN SILVA CARVALHO

POBREZA RURAL NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREA RURAL NO PERÍODO DE 2000 A 2010

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico do Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas pela Banca Examinadora composta pelos membros:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita
Orientador
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. João Gonsalo de Moura
Examinador Interno
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Ms. Orlando Oscar Rosar
Examinador Externo
Universidade Federal do Maranhão

Dissertação aprovada em _____ de _____ de 2013.
Local de defesa: Centro de Ciências Sociais, Bloco A, *Campus* da Universidade Federal do Maranhão.

Dedico este trabalho a todos que estiveram
ao meu lado, como fonte de inspiração, me
incentivando e me apoiando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus por esta conquista, por todas as oportunidades e por todos os caminhos que eu percorri, pois é nEle que confio o meu coração e todos os meus dias.

Agradeço em especial aos meus pais Aluizio de Freitas e Maria Sandra, a quem tenho imensa admiração e amor, por todo o carinho, amor, e por todos os esforços que fizeram para me dar uma educação de qualidade.

Agradeço também aos meus irmãos Aluizio Filho, Anívia Carvalho e Michel Rodrigues por todo o afeto e a amizade que me demonstram.

Aos meus tios Walter Carvalho, Maria de Lourdes e Eurides de Freitas pelo apoio que tem me dado. E mais do que tios, são para mim como pais, pois sempre levarei em minha memória os ensinamentos que por eles me foram transmitidos. E também a minha tia Ivanilde, a quem tenho imensa gratidão.

Agradeço a minha avó Maria Cosme pelo carinho e pela admiração que tem por mim e pelos meus irmãos.

Agradeço a Talita Nascimento, a mulher pela qual meu coração palpita quando a vejo ou somente penso. É para ela que dedico o meu amor e foi com ela que eu aprendi que cada momento que se vive é uma oportunidade de se fazer melhor. Agradeço, portanto, a ela, não apenas pela ajuda, incentivo e inspiração, mas por todos os momentos que passamos juntos.

Agradeço aos meus amigos pessoais e de serviço pela força e incentivo, aos meus amigos de turma, pela honra de conhecê-los, pelos grandes debates e pelas ótimas lembranças que adquiri no decorrer do curso, e agradeço também aos professores do mestrado pelas excelentes aulas e pelo grande compromisso com o Programa.

*“Na verdade, todo homem anda numa vã
aparência; na verdade, em vão se
inquietam; amontoam riquezas, e não
sabem quem as levará”.
Salmo, 39.6*

*“O diagnóstico correto do presente é a
única maneira de fazer renascer a
capacidade de luta e de preservar o
futuro”.*

Carvalho, Dionatan Silva, **Pobreza Rural no Maranhão**: uma análise a partir das características das famílias residentes em área rural no período de 2000 a 2010, Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 135p.



RESUMO

POBREZA RURAL NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREA RURAL NO PERÍODO DE 2000 A 2010

Este trabalho tem como objetivo geral estudar a pobreza rural no Maranhão e, como objetivos específicos, dimensionar e distinguir as especificidades da pobreza extrema na zona rural. Para isso, buscou-se inicialmente compreender melhor as formas de mensuração da pobreza nas principais abordagens teóricas que tratam deste assunto, mostrando as contribuições, as diferenças e os problemas que cada uma das metodologias envolve. Diante do referencial teórico, adotou-se a abordagem monetária como modelo de identificação dos pobres. Com esta, fez-se uma análise holística da pobreza no Estado, comparando as relações entre desempenho econômico e pobreza e, posteriormente fez-se as inter-relações entre a estrutura produtiva e a pobreza rural. Como resultado, viu-se que o Maranhão apresenta os mais elevados índices de pobreza do país. Constata-se ainda que houve uma grande melhoria entre os anos 2000 e 2010, mas que essa melhoria guarda pouca relação com o desempenho econômico do Estado.

Palavras-chave: Pobreza, Maranhão, Pobreza Rural, Abordagem monetária, setor agrícola, Trabalho.



ABSTRACT

RURAL POVERTY IN MARANHÃO: AN ANALYSIS FROM OF CHARACTERISTICS OF FAMILIES LIVING IN RURAL AREA IN THE PERIOD FROM 2000 TO 2010

This work aims overall to study the rural poverty in Maranhão and specific objectives, measure and distinguish the specificities of poverty extreme in rural areas. For this, we sought to initially understand better the ways measuring poverty in major theoretical approaches that deal with this subject, showing the contributions, the differences and the problems that each of the methodologies involve. Given the theoretical framework, we adopted the monetary approach as model for identifying the poor. Based on this, made himself holistic analysis of poverty in the state, comparing the relationship between economic performance and poverty and then made up the interrelations between production structure and rural poverty. As results, saw up that Maranhão has the highest poverty rates in the country. We noted also that there was a big improvement between 2000 and 2010, but this improvement bears little relationship to the state's economic performance.

Keywords: Poverty, Maranhão, Rural poverty, Monetary approach, farm sector, Labor.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Medidas de posição (média, mediana e quartis) do Índice de Pobreza Monetária e do Índice de Pobreza Multidimensional - Maranhão (Anos - 2000 e 2010).....	59
Gráfico 2 –	Dispersão entre o Índice de Pobreza Monetária e o Índice de Pobreza Multidimensional - Maranhão (Anos - 2000 e 2010)	60
Gráfico 3 –	Percentual de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza – Brasil e Unidades da Federação (Anos - 2000 e 2010)	67
Gráfico 4 –	Dispersão entre o percentual de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza - Municípios do Maranhão (Anos - 2000 e 2010)	72
Gráfico 5 –	Proporção de domicílios atendidos pelos serviços de utilidade pública – Maranhão e Brasil (Anos - 2000 e 2010)	77
Gráfico 6 –	Proporção dos domicílios com renda per capita na linha extrema pobreza atendidos pelos serviços de utilidade pública – Zona Rural do Maranhão – (Anos 2000 e 2010)	78
Gráfico 7 –	Percentual de benefícios do Programa Bolsa-Família em relação ao total de famílias – Brasil e Unidades da Federação – (Anos. - 2004 e 2011)	93
Gráfico 8 –	Crescimento real acumulado do PIB (volume do PIB) – Brasil, Nordeste e Maranhão (Anos - 2000 a 2010)	101
Gráfico 9 –	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupada por setores de atividade - Brasil e Maranhão (Anos – 2000 e 2010)	105
Gráfico 10 –	Curva de Lorenz do Valor adicionado Bruto dos setores Agropecuária, Indústria e Serviços – Maranhão (2010)	106
Gráfico 11 –	Percentual da população, segundo por intervalo de apropriação no total da renda no Maranhão – 2010)	111
Gráfico 12 –	Curva de Lorenz do rendimento domiciliar total, segundo a situação de domicílio - Maranhão (2010)	113
Gráfico 13 –	Percentual de renda não monetária em relação ao total da renda, por intervalos de classe de renda domiciliar - Maranhão (2010)	116

Gráfico 14 – Dispersão entre trabalhadores residentes na zona rural cuja condição de trabalho na agricultura era de empregado e taxa de pobreza rural – municípios do Maranhão (Anos - 2000 e 2010) 125



LISTA DE MAPAS

- Mapa 1 –** Percentual da população residente em domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza, segundo os municípios do Brasil – (Anos - 2000 e 2010) 69
- Mapa 2 –** Percentual da população residente em domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza, segundo os municípios do Maranhão – (Anos 2000 e 2010) 71
- Mapa 3 –** Percentual da população residente em domicílios particulares permanentes da zona rural em situação de extrema pobreza e Valor Adicionado Bruto do PIB no setor da agropecuária, segundo os Municípios do Nordeste - 2010 108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Os 20 municípios com maior percentual de pessoas em situação de extrema pobreza – municípios do Brasil (Anos - 2000 e 2010)	70
Tabela 2 –	Distribuição da população total e extremamente pobre da zona rural, segundo as classes de tamanho populacional – Municípios do MA (2010)	75
Tabela 3 –	Estabelecimentos por nível/modalidade de ensino e zona de localização - Maranhão – (Anos 2000 e 2010)	80
Tabela 4 –	Matrícula inicial por nível/modalidade de ensino e zona de localização - Maranhão – (Anos 2000 e 2010)	80
Tabela 5 –	Estabelecimentos por nível/modalidade de ensino e zona de localização - Maranhão – (Anos 2000 e 2010)	81
Tabela 6 –	Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por classes de rendimento domiciliar per capita, segundo os níveis de instrução - Maranhão – (Ano 2010)	82
Tabela 7 –	Percentual de pessoas pobres e extremamente pobres no Maranhão, segundo a renda proveniente somente de trabalho – (Anos - 2000 e 2010)	95
Tabela 8 –	Percentual de pessoas pobres e extremamente pobres, percentual de domicílios que recebem transferência do programa Bolsa-Escola e Bolsa-Família e percentual da renda proveniente do trabalho, segundo os municípios do Maranhão – (Anos - 2000 e 2010)	96
Tabela 9 –	Taxas médias anuais de variação do número de pessoas ocupadas e do Valor Adicionado Bruto, e elasticidade ocupação/valor adicionado – Brasil e Maranhão (Anos – 2000 a 2009)	103
Tabela 10 –	Crescimento acumulado e taxas médias anuais de variação da população ocupada e do valor adicionado bruto do setor da agropecuária - Brasil e Maranhão (Anos – 2000 a 2009)	104
Tabela 11 –	Número de tratores em estabelecimentos agropecuários e Área média de lavoura por trator - série histórica (1970/2006)	108
Tabela 12 –	Pessoas de 10 anos ou mais de idade segundo a condição de atividade e ocupação - Maranhão (Anos 2000 e 2010)	118

Tabela 13 –	Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas e rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, por tipo de atividade e segundo a situação de domicílio – Brasil e Maranhão - 2000 e 2010	121
Tabela 14 –	Produtividade dos principais cultivos da lavoura temporária – Brasil e Maranhão (Anos - 2000 e 2010)	124



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	UMA VISÃO GERAL SOBRE AS ABORDAGENS TEÓRICAS REFERENTES À POBREZA.....	20
2.1	A Abordagem Monetária da pobreza	21
2.1.1	Principais medidas de pobreza da Abordagem Monetária.....	24
2.1.1.2	Linha de pobreza absoluta	25
2.1.1.2	Linha de pobreza relativa	26
2.1.2	Os problemas mais comuns da definição e medição da pobreza através da Abordagem Monetária.....	27
2.2	A Abordagem das Necessidades Básicas.....	29
2.2.1	A mensuração da pobreza na Abordagem das Necessidades Básicas	30
2.2.2	Os problemas mais comuns encontrados na definição e medição da pobreza através das Necessidades Básicas	30
2.3	O método das capacidades e a difusão da Abordagem Multidimensional da pobreza	31
2.3.1	As principais medidas de pobreza na Abordagem Multidimensional	36
2.3.2	Algumas críticas na definição e medição da pobreza pela abordagem multidimensional	41
2.4	Considerações sobre o capítulo	44
3	A MAGNITUDE DA POBREZA NO MARANHÃO: UMA AVALIAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM MONETÁRIA E A ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL...	47
3.1	Base de dados e questões metodológicas.....	48
3.1.1	Microdados do Censo Demográfico	50
3.2	Metodologia de mensuração da pobreza, segundo a Abordagem Multidimensional.....	51
3.2.1	Ajuste dos microdados do Censo Demográfico para o cálculo do IPM.....	54
3.3	Avaliação dos resultados obtidos do IPM e a taxa de pobreza monetária	57
3.4	Considerações sobre o capítulo	61
4	EVOLUÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO MARANHÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2010.....	63
4.1	Evolução da pobreza extrema no Maranhão no período de 2000 a 2010 ..	65
4.2	A Pobreza Extrema em áreas rurais do Maranhão.....	72

4.3	Condição de habitacionais dos extremamente pobres residentes em áreas rurais no Maranhão	75
4.4	Oferta de ensino e escolaridade dos residentes em área rural	78
4.5	As Políticas governamentais de combate à pobreza e suas implicações sobre a pobreza em áreas rurais.....	82
4.5.1	Governo de Fernando Henrique Cardoso.....	84
4.5.2	Governo de Luís Inácio Lula da Silva	86
4.5.3	Governo de Dilma Rousseff	89
3.5.4	Influência dos programas assistencialistas (Bolsa-Escola e Bolsa-Família) e da previdência sobre montante da pobreza.....	91
4.6	Considerações sobre o capítulo	96
4	A POBREZA EXTREMA NO MARANHÃO SOBRE A PERSPECTIVA DO TRABALHO NA ZONA RURAL.....	98
5.1	Relação entre produção, emprego e pobreza no meio rural	100
5.2	Diferenciais de renda e pobreza em áreas rurais.....	106
5.2.1	Composição da renda dos residentes em áreas rurais.....	108
5.2.2	A inserção laboral e pobreza em áreas rurais	113
4.3	Considerações sobre o capítulo	123
	CONCLUSÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	129



INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas (anos de 1990 e 2000), as discussões sobre pobreza vêm ganhando destaque no cenário nacional. Em 2000, quando 147 chefes de Estado e de governo, representando 189 países – entre eles o Brasil – reuniram-se na Cúpula do Milênio da ONU e assumiram o compromisso de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até 2015, o tema pobreza ganhou ainda mais destaque, posto que o primeiro dos oito objetivos estabelecidos é combater a fome e a miséria. Entretanto, para elaborar políticas eficazes de redução da pobreza é preciso ter elementos norteadores desse fenômeno, sendo este, portanto, o principal objetivo das medidas de pobreza.

Medir a pobreza, por sua vez, significa contar os pobres. Mas quem são os pobres? A resposta a essa pergunta é o ponto de partida para a definição de um parâmetro de classificação dos indivíduos em pobres ou não pobres. Apesar dos inúmeros trabalhos desenvolvidos, ao longo dos anos, com o intuito de delinear de maneira mais precisa este fenômeno, o significado de pobreza ainda desperta vários debates.

Como afirma Silva:

[...] não se pode falar de solidez e estabilidade do conceito de pobreza no tempo e no espaço, sendo ilusório pensar numa definição “científica”, objetiva e universal. O que se identifica, na literatura, são conceitos desenvolvidos por grupos sociais a partir de uma dada concepção sobre a realidade social, o que significa que o conhecimento da pobreza só existe através de representações dominantes e contraditórias em confronto, numa dada sociedade, num determinado momento histórico (SILVA, 2002, p. 74).

Ravallion (1992) e Duclos e Araar (2006) mostram que as diferentes abordagens teóricas referentes ao conceito e mensuração da pobreza podem ser distribuídas em dois grandes grupos: “welfarist approaches” e “non-welfarist approaches”. O primeiro, cujo principal integrante é a Abordagem Monetária, é largamente utilizada pelas organizações internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc.) e possui forte ligação com a Teoria Microeconômica, pois centra sua atenção no bem-estar econômico dos indivíduos, que é avaliado através da renda (*proxy* do consumo). O segundo, cujos principais membros são a

Abordagem das Necessidades Básicas e a Abordagem das Capacidades, surgiu como reação ou descontentamento ao primeiro, e seu entendimento da pobreza como um fenômeno multifacetado tem sido cada vez mais defendida.

Entretanto, apesar do crescimento do número de adeptos que reconhecem a pobreza não apenas como insuficiência de renda, mas como uma privação de capacidades, esse fato não encerra o debate sobre o melhor modelo de se mensurar a pobreza, pois os métodos utilizados para medir e avaliar o grau de gravidade da pobreza, ou não circunscrevem a totalidade do fenômeno, ou não conseguem traduzir de forma fidedigna os conceitos que lhe deram origem.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como principal objetivo investigar a pobreza na zona rural do Maranhão, a partir das características das famílias residentes nesse local, nos anos 2000 e 2010.

Esta dissertação se desdobra em quatro capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo, explorou-se as principais abordagens teóricas referentes à pobreza (abordagem monetária, das necessidades básicas e a das capacitações), esclarecendo os seus fundamentos teóricos, seus métodos de mensuração da pobreza e ressaltando as principais críticas atinentes a cada uma das três abordagens citadas acima.

Diante do referencial teórico, no segundo capítulo fez-se uma avaliação das diferenças entre o tamanho da pobreza aferida pela metodologia da abordagem monetária e pela abordagem multidimensional, pois, como denuncia Salama, dependendo dos

[...] aspectos de rigor, objetividade e procedimento científico, o cálculo dos índices de pobreza é construído sobre um grande número de avaliações subjetivas que vão influenciar o resultado final, fazendo aumentar ou diminuir em muitos milhares o número de pobres reconhecidos e contabilizados (SALAMA, 1999, p. 8).

Sabendo que os índices de pobreza são usados como parâmetros na elaboração e avaliação de políticas públicas, essa comparação tem o intuito de mostrar que a escolha dos conceitos e procedimentos de mensuração da pobreza deve estar em consonância com realidade social em questão, pois é preciso ter em

mente que a pobreza é um fenômeno complexo e que ela possui especificidades em contextos diversos.

A partir dos entendimentos que emergem destes dois capítulos, busca-se nos próximos tratar sobre a dimensão que o fenômeno pobreza assume na zona rural, assim como expor fatores que expressam os motivos relacionados com o semblante atual que ela assume.

É importante deixar claro que, diante da heterogeneidade de indicadores que avaliam o fenômeno da pobreza, optou-se pelo modelo utilitarista, não por acreditar que este retrata melhor a pobreza do que os demais, muito menos para tentar se afastar da concepção de pobreza como um fenômeno multifacetado, mais por entender que ele funciona como uma boa *proxy* o nível de bem-estar social das famílias.

Quanto ao perímetro (local) a ser estudado, escolheu-se o rural em virtude das transformações sociais e econômicas sofridas por esta área, na última década. Uma das mudanças sociais verificadas, foi a significativa redução da pobreza, mas apesar das transformações no campo, o Censo Demográfico (2010) mostra que a pobreza do estado do Maranhão se concentra, principalmente, nesse território, cuja a participação no total de classificados como extremamente pobres é de 62,9%.

Partindo desta informação, o terceiro capítulo busca ampliar o entendimento acerca do montante e da espacialização da pobreza rural no maranhão, aludindo as mudanças verificadas na primeira década dos anos 2000. Sabe-se que, os programas sociais de garantia de renda contribuíram muito para a redução da pobreza, portanto, fez-se imprescindível o esforço em dimensionar a contribuição desses programas no rendimento monetário das famílias. Destaca-se ainda, no terceiro capítulo, a grande disparidade entre rural e urbano, com relação às carências de serviços de utilidade públicas, revelando que as condições de vida dos pobres rurais se aproxima da situação dos não-pobres dessas áreas, mostrando que a área rural, como um todo, possui carência de serviços básicos, o que representa um grande desafio para as políticas públicas.

Diversos autores, dentre eles Dedecca (2008), mencionam que o rural brasileiro passou por um processo de mudanças profundas nos últimos anos. No Maranhão, os investimentos em tecnologia e técnicas aprimoradas no agronegócio proporcionaram uma elevação do Valor Agregado (VA) desse setor na economia. Deste modo, o rural no Maranhão passou a ser sinônimo de riqueza e pobreza, entretanto, assim como houve um crescimento do Valor Agregado do setor agrícola¹ no Estado, também houve melhoria dos níveis de pobreza na zona rural.

Diante destes fatos, busca-se investigar no quarto capítulo a relação existente entre a redução da pobreza na zona rural e o desempenho econômico do setor da agropecuária. Vale destacar, ainda, que grande parte das famílias que residem no campo depende total ou parcialmente de atividades vinculadas ao setor agrícola. Por este motivo, o quarto capítulo se dedicou a ampliar a compreensão a respeito do trabalho na agricultura, sob a perspectiva dos fatores que corroboram para a pobreza nesse território. Para isso, faz-se uma análise das atividades agrícolas, buscando identificar onde está alocada a força de trabalho cuja condição familiar é de extrema pobreza. Posteriormente, tentou-se trazer mais clareza análise da renda dos residentes na zona rural, diferenciando a renda por atividade desempenhada. Isso foi feito, através de um detalhamento da composição da renda, obtendo assim o montante da renda obtida pelo esforço laboral dos trabalhadores rurais. Completando a análise investigou-se as mudanças de ocupação (postos de trabalho) sofrida pelos trabalhadores rurais, na década 2000-2010. Todo este esforço, teve como intuito identificar a relação entre as atividades ocupadas, pelos trabalhadores, com a situação de pobreza que estes enfrentam.

Por último, as conclusões, expondo os resultados e as conjecturas a respeito dos prováveis fatores que explicam as variações da pobreza nas áreas rurais do Estado.

¹ Setor agrícola, aqui, se refere a agropecuária como um todo.



CAPÍTULO II

UMA VISÃO GERAL SOBRE AS ABORDAGENS TEÓRICAS REFERENTES À POBREZA



Ao avaliar a literatura sobre o fenômeno da pobreza pode-se notar que há uma concordância entre os autores sobre a necessidade de políticas de desenvolvimento com foco na sua redução, porém há pouco consenso sobre a sua definição, isso porque realidades sociais diferentes se traduzem em distintas interpretações e medidas de pobreza.

Laderchi (2003, p. 8) e Rocha (2005, p. 10) destacam que é extremamente importante o esclarecimento de como a pobreza está sendo definida, pois cada definição implica o uso de indicadores próprios para a sua medição, que podem levar à identificação de distintos indivíduos e grupos como pobres. Portanto, definições claras e transparentes de pobreza são pré-requisitos essenciais de qualquer política de desenvolvimento que coloca a redução da pobreza em seu centro.

Desse modo, para tratar da questão principal desta dissertação com maior clareza e para fornecer a base teórica de sustentação dos métodos de mensuração da pobreza utilizados neste trabalho, buscou-se, neste capítulo, fazer uma discussão sobre o arcabouço teórico das principais abordagens a respeito da pobreza.

É importante destacar, ainda, que neste capítulo atentou-se principalmente em explorar as diferenças entre as principais abordagens e mostrar algumas críticas que foram construídas a cada uma, não com a pretensão de avaliar o mérito destas, pois os entendimentos acerca do fenômeno pobreza possuem “esferas de preocupações” diferentes, mas sim para deixar perceptível que, dependendo do contexto, existem métodos preferíveis a outros, e que dependendo do método utilizado o tamanho e a intensidade da pobreza auferida pode sofrer grande oscilação.

2.1 A Abordagem Monetária da pobreza

A abordagem monetária identifica a pobreza como um déficit de consumo (ou renda) necessário à reprodução da existência de um indivíduo. A “subsistência” como parâmetro de pobreza foi cunhada na Inglaterra, na época das “PoorLaws”, onde as necessidades mínimas requeridas para a sobrevivência eram medidas por quantidades de pão, farinha de pão ou dinheiro equivalente. (CODES, 2008)

O primeiro trabalho com o desígnio de medir a pobreza através da renda foi realizado em Londres, no ano de 1887, por Charles Booth. Instigado por uma apercepção divergente de um relatório de Henry Hyndman da “Social Democratic Federation” sobre a pobreza, Booth investigou a pobreza categorizando as pessoas de acordo com a sua renda em oito classes sociais, sendo que as quatro primeiras representavam diferentes graus de pobreza (LADERCHI, 2003).

Posteriormente, Rowntree (1901) seguindo o trabalho de Booth, realizou em Nova York uma pesquisa de mensuração de pobreza com novos procedimentos de aferição. Estimando requisitos monetários para uma dieta nutricionalmente adequada, juntamente com as necessidades estimadas para adquirir roupa e pagar aluguel, Rowntree definiu duas categorias de pobreza: a) a “*primary poverty*”, cuja estimação se dava por meio de uma linha de pobreza equivalia ao montante de recursos monetários que era suficiente apenas para adquirir nutrientes necessários a subsistência, comprar roupa e pagar aluguel, e; b) a “*secondary poverty*” que era obtida através de uma avaliação que os entrevistadores faziam sobre as condições de vida dos lares pesquisados (MACHADO, 2007).

Este estudo possui algumas semelhanças com os trabalhos contemporâneos que centralizam a sua análise sobre pobreza na renda, pois: a) adotava uma perspectiva objetiva de mensuração da pobreza; b) a pesquisa era feita por indivíduos externos ao fenômeno, e; c) a abordagem era individualista.

Para Laderchi (2003, p. 7, *tradução nossa*):

[...] o apelo à abordagem monetária reside no fato de ser compatível com a hipótese sobre o comportamento dos consumidores de maximização da utilidade, que a microeconomia sustenta, ou seja, que o objetivo dos consumidores é maximizar a utilidade e que as despesas refletem o valor marginal ou utilidade das mercadorias para as pessoas.

Este raciocínio é proveniente do fundamento apresentado por Edgeworth em 1881. Para ele, o bem-estar poderia ser representado por níveis de consumo em bens e serviços. No entanto, como a quantidade de consumo se restringe à renda que

os consumidores dispõem, estes adquirem combinações de bens e serviços que maximizam a sua satisfação.²

Portanto, tendo em vista que o consumo é realizado em função da renda disponível e que existe uma relação entre bem-estar e consumo total apreciado pelos indivíduos, a teoria microeconomia de maximização da utilidade estabelece a possibilidade de definir a pobreza em termos monetários, em que, indivíduos com uma renda abaixo do necessário para atender necessidades consideradas mínimas para à sua sobrevivência são caracterizados como pobres.

Nas palavras de Ferreira (2008, p. 28):

A pobreza, pela perspectiva neoliberal está vinculada a obtenção de um certo nível de renda monetária. Por essa abordagem a pobreza estaria definida pela falta (ou insuficiência) de recursos múltiplos que leva à fome e à privação física.

O fundamento microeconômico de definição da pobreza é sustento pela premissa de que os indivíduos são racionais e por isso fazem o melhor juízo acerca das suas escolhas. Diante disso, como o montante de recursos que os indivíduos dispõem é limitado (restrição orçamentária) suas escolhas são feitas em ponderação com as suas preferências, a fim maximizar a sua utilidade ou a felicidade, e é então com base nessas microrracionalidades que o mercado atinge a “eficiência de Pareto” (máximo bem-estar social).

Todavia, para que isso ocorra, é necessário ainda existir hipóteses como: livre escolha, mercados competitivos (concorrência perfeita), informação perfeita por parte dos agentes e ausência de externalidades (DUCLOS e ARAAR, 2006, p. 12).

De acordo com Duclos e Araar (2006, p. 13, *tradução nossa*) “essas métricas feitas com indicadores monetários, apesar de se ajustarem a diferentes necessidades, preços, tamanhos domésticos e composições, estão longe de serem indicadores perfeitos de bem-estar”, posto que a teoria econômica diz pouco sobre

²O nível de satisfação dos diversos bens e serviços adquiridos é medido pela função de utilidade, que se baseia na premissa de que a utilidade marginal de um bem varia de acordo com a sua quantidade consumida. Ver PINDYCK, R; RUBINFELD, D. Microeconomia. São Paulo: Ed Pearson, 2006, p. 62, 72 e 139.

como se deve usar o consumo ou a renda para fazer consistentes comparações interpessoais de bem-estar.

Contudo, como destaca Laderchi (2003), a ideia de que a renda é uma *proxy* do bem estar e da pobreza, ganhou muitos seguidores, e enquanto não se esgota a discussão sobre a definição de pobreza, os indicadores monetários representam um conveniente método de atalho.

2.1.1 Principais medidas de pobreza da Abordagem Monetária

Na abordagem monetarista existem duas direferentes formas de definição dos indivíduos em pobres e não pobres, a saber: a pobreza absoluta e a pobreza relativa.

A pobreza absoluta é assim definida, em virtude do consenso sobre o fato de que existem necessidades humanas que são comuns a todos os indivíduos, e que o não atendimento delas sujeita o indivíduo a uma situação que impossibilita a sua própria sobrevivência. De forma mais especifica, a pobreza absoluta possui relação direta com a sobrevivência física dos indivíduos, visto que parte do princípio da delimitação das pessoas que não conseguem atender suas necessidades vitais mínimas. Sendo assim, a pobreza absoluta se caracteriza como uma situação em que os indivíduos sofrem de fome crônica, bem como deficiências em várias outras categorias – moradia, vestuários, saúde, educação, etc. Esse tipo de pobreza, segundo Sachs (2005), ocorre com maior intensidade em países subdesenvolvidos.

A pobreza relativa, por sua vez, refere-se a situações de privações menos graves, posto que não é a sobrevivência física que está em jogo, mas sim privações que variam de sociedade para sociedade. Esse caráter relativo teve como ponto de partida um estudo de Townsend (1962) na Inglaterra. Para ele “tanto a noção de pobreza como a de subsistência são conceitos relativos, só podendo ser definidos em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis numa determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades” (ROCHA, 2005, p. 11).

Portanto, a pobreza relativa surgiu em decorrência da problemática da pobreza em países ricos, onde apesar da totalidade dos indivíduos terem suas necessidades vitais básicas satisfeitas, existem pessoas que sofrem privações de acesso a bens culturais, entretenimento, saúde, educação de qualidade e outros privilégios de mobilidade social. (SACHS, 2005, p. 47).

A partir dessa outra forma de definir a pobreza, a abordagem monetária ganha espaço nas discussões em torno do fenômeno da pobreza, pois ela passa a expressar situações de pobreza em países com diferentes níveis de desenvolvimento.

2.1.1.2 Linha de pobreza absoluta

Segundo Salama e Destremau, (2001, p. 51) “a pobreza absoluta seria aquela com a qual qualquer indivíduo ou grupo familiar viveria se não possuísse renda suficiente para se reproduzir, sendo esta renda a conversão monetária do mínimo de calorias necessário à reprodução fisiológica, mínimo ao qual acrescentamos as despesas ligadas à moradia, ao transporte, etc.” Logo, a construção de uma *linha de pobreza* absoluta passa, primeiramente, pela definição do patamar de rendimento que equivale à *linha de indigência* (extrema pobreza).

A linha de indigência é calculada pelo método das necessidades nutricionais mínimas ou insatisfeitas³. No entanto, existe uma série de indagações e procedimentos metodológicos que são percorridos até a definição de uma cesta que contemple a quantidade e a variedade de nutrientes que os indivíduos necessitam, pois, conforme foi discorrido por Soares (2008, p. 18), a quantidade de nutrientes sofre variações de acordo com a altura, a idade, o sexo, o nível de atividade e com o clima em que os indivíduos vivem⁴.

³ Segundo Soares (2008, p. 15), a comissão governamental composta pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para desenhar uma proposta de linha oficial de pobreza, trabalha também com a abordagem de necessidades calóricas mínimas.

⁴Sobre a isso, Soares (2008, p. 15) explica que existem dois métodos que se destacam no cálculo dessa cesta mínima: O Método Calórico Direto (“Food Energy Intake Method”) e o Método Calórico Indireto (“Costof Basic Needs Method”). Segundo o autor, trata-se de uma abordagem razoável, pois

Transpondo esses obstáculos e definido a cesta de nutrientes, pode-se então auferir o valor monetário referente à dieta capaz de satisfazer todas as necessidades nutricionais de um indivíduo-padrão.

A linha de indigência representa, portanto, o valor monetário que equivale ao mínimo necessário para a reprodução do indivíduo. Esse procedimento é feito pela conversão do valor necessário para comprar uma cesta de alimentos que contenha o número de calorias necessárias à subsistência. Desse modo, os indivíduos que possuem rendimentos aquém dessa linha são categorizados como extremamente pobres.

A *Linha de pobreza*, por sua vez, é obtida somente após a definição da linha de indigência e a aplicação do multiplicador “de Engel”, o qual representa o montante monetário capaz de arcar com despesas básicas de transporte, vestuário e moradia (aluguel real ou, no caso de ser o proprietário, aluguel fictício).

Esse multiplicador pode ser definido através de pesquisas ou de forma arbitrária, quando os dados são pouco acessíveis ou não confiáveis o bastante (Salama e Destremau, 2001, p. 56). Além disso, como a determinação do coeficiente através de pesquisas pode criar discrepâncias de valor entre os países, dificultando comparações internacionais, geralmente, utiliza-se o coeficiente padronizado pelas instituições internacionais que é 0,75.

2.1.1.2 Linha de pobreza relativa

O índice de pobreza relativa, de acordo com Soares (2009), surgiu da contradição existente nos países da **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico** (OCDE) em que se apontava o fim da pobreza (medida através das necessidades nutricionais), embora muitas pessoas enfrentassem privações. Além disso, outros dois problemas são citados pelo autor:

ancora-se em um conceito indiscutível (a necessidade de comer) e é operacionalizada de forma mais ou menos transparente, embora um pouco complicada.

i) a impossibilidade de ter qualquer nível de concordância no que tange [...] como medir custo calórico ou o coeficiente de Engel fazem com que linhas objetivas e absolutas percam grande parte de seu apelo; ii) dificuldade comparabilidade das taxas entre os países, já que um conjunto de definições tomado em um país sobre o que constituem os mínimos necessários abaixo dos quais alguém seria pobre quase sempre será diferente do conjunto de definições em um país vizinho (SOARES, 2009, p. 29 e 30).

Portanto, o indicador de pobreza relativa resultou da não aplicabilidade da linha de pobreza absoluta nos países desenvolvidos. Rocha (2005, p. 14) cita que “quanto mais rica a sociedade, mais o conceito de pobreza se distancia de atendimento às necessidades de sobrevivência”, pois, como nesses países, o consumo mínimo vital é garantido aos indivíduos, o conceito da pobreza relativa tende a se atrelar a questões de distribuição de renda.

Assim, os indivíduos identificados como pobres são aqueles cujo nível de renda encontra-se aquém “[...] da metade, ou de 40%, ou ainda de 60% do rendimento mediano, segundo as mais difundidas definições, ou, algumas vezes, inferior à metade da renda média” (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 51)⁵.

2.1.2 Os problemas mais comuns da definição e medição da pobreza através da Abordagem Monetária

Como mencionado antes, a abordagem monetária assume o pressuposto de que o bem-estar tem relação com o consumo total apreciado e, que a pobreza é definida como um déficit abaixo de algum nível mínimo de consumo. Sobre essa concepção de pobreza, uma série de fragilidades foi levantada. Laderchi menciona que a validade da renda como medida de bem-estar depende das seguintes condições: 1) se a utilidade é uma definição adequada do bem-estar; 2) se a despesa monetária é uma medida satisfatória de utilidade; e 3) se uma queda no custo utilitário engloba tudo o que quer dizer pobreza (LADERCHI, 2003).

⁵ Vale destacar que estatisticamente a mensuração da pobreza através de uma fração da renda mediana é frequentemente preferível à da média, pois a primeira elimina a influência de rendimentos situados nos extremos da distribuição (“outliers”).

Já Townsend (1993) expõe que a principal crítica a essa abordagem refere-se ao fato de as necessidades humanas serem interpretadas de forma predominantemente física. O autor argumenta ainda que as pessoas não são simplesmente organismos individuais que requerem a reposição de suas energias corporais, mas são também seres sociais, participantes ativos de complexos círculos sociais, e que necessitam de instalações e serviços públicos coletivamente providos.

Salama e Destremau (2001, p. 48) comentam que a reprodução dos indivíduos não passa exclusivamente pelo dinheiro:

Por conseguinte, um indicador definido a partir de um certo nível de renda superestima a pobreza, sobretudo nos países menos avançados, onde os rendimentos não monetários, difíceis de avaliar – quando avaliáveis – (autoconsumo, por exemplo) são particularmente altos, principalmente no campo.

Além disso, a definição de uma renda *per capita*, que diferencia o pobre do não-pobre, não leva em consideração os ganhos de escala. Soares (2009, p. 23) descreve que:

Pessoas vivendo juntas geram ganhos de escala. Contas de aluguel, eletricidade e água mudam pouco com o acréscimo de um membro a mais no domicílio. Pode-se até argumentar que preparar alimentos em massa é mais eficiente que prepará-los em pequenas porções. [...] Pelo critério de renda familiar *per capita*, cinco adultos vivendo sós em cinco famílias unipessoais com renda 100 cada um e uma família de dois adultos e três crianças e renda 500 são equivalentes, mas provavelmente a família vive muito melhor, materialmente, que os cinco adultos independentes.

Outra complicação dessa abordagem é que:

A quantidade e o custo de gêneros alimentícios variam conforme os papéis sociais desempenhados pelas pessoas, os hábitos alimentares observados, e os tipos de comida disponíveis em cada sociedade por meio de seus mecanismos de produção e de seus mercados. Em síntese, necessidades alimentares são condicionadas socialmente. Para que se possa calcular o mínimo necessário para a sobrevivência, trabalho ou participação social, deve-se especificar a quantidade de energia e a variedade de nutrientes necessários às atividades humanas, implicadas por diferentes níveis e papéis sociais (TOWNSEND, 1993, *apud* CODES, 2008, p. 12).

Portanto, como podemos notar, às necessidades individuais não são as mesmas quando comparadas no tempo, nos lugares, e quando comparados os indivíduos de uma sociedade.

2.2 A Abordagem das Necessidades Básicas

A discussão sobre definição e mensuração da pobreza, no contexto das necessidades fundamentais ou básicas insatisfeitas “basicneeds”, surgiu, segundo Codes (p.12, 2008), “na década de 1950, com a ideia de que o progresso social poderia ser mais bem auferido via satisfação das necessidades básicas das pessoas, do que por meio do crescimento econômico”, porque se entendia que os indivíduos cujas necessidades básicas são satisfeitas têm maior capacidade de elevar seu potencial de contribuição para o crescimento econômico, assim como o de satisfazer as suas próprias necessidades. (SALAMA e DESTREMAU, 2001).

O surgimento e disseminação dessa nova abordagem, entretanto, “acaba se constituindo na pedra angular de um novo tipo de estratégias para a promoção do desenvolvimento no terceiro mundo” (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 74), posto que antes, predominava exclusivamente a concepção unidimensional de pobreza - abordagem monetária. Assim, apesar de uma série de necessidades, ditas essenciais, possuírem vínculo com a renda, a abordagem das necessidades básicas conduz à definição de pobreza para uma abordagem multifacetada, pois não se limita somente ao aspecto monetário. Ela envolve uma série de necessidades que podem ser distribuídas em dois grupos: (a) as necessidades biológicas – o mínimo necessário para uma família, a título de consumo individual (comida, casa, roupas adequadas, alguns objetos de casa e móveis); e (b) o acesso aos bens e serviços públicos – os serviços básicos fornecidos e utilizados, simultaneamente, pela coletividade em seu conjunto (água potável, sistema de coleta de lixo e de esgotos, serviços sanitários, meios de transporte público e serviços de educação).

Tais necessidades, segundo Salama e Destremau (2001, p. 75):

Têm como característica principal o fato de serem consideradas universais, comuns aos homens de diferentes culturas e civilizações: alimentar-se, tratar-se, conhecer, mas também agir. São necessidades físicas e psíquicas que podem ser satisfeitas segundo modalidades econômicas extremamente variadas, mas que são comuns a todos os homens.

Essas características, somadas à ideia de que a satisfação do homem eleva o seu potencial produtivo, estimula e possibilita a inclusão da abordagem das necessidades básicas no contexto contemporâneo de quantificação e

acompanhamento do desenvolvimento econômico-social de uma nação, cuja a ideia das necessidades básicas deve ser entendida em uma escala mais ampla de independência nacional, em que haja a valorização da dignidade humana quanto da liberdade dos indivíduos para levar seus destinos adiante.

2.2.1 A mensuração da pobreza na Abordagem das Necessidades Básicas

O método de mensuração da pobreza pela Abordagem das Necessidades Básicas é feito através da comparação entre a situação dos grupos familiares em relação ao conjunto de necessidades específicas, normalizadas por um piso no qual o grupo familiar que se encontrar delimitado abaixo deste é considerado insatisfeito. (SALAMA e DESTREMAU, 2001).

“Os dados críticos desse método residem na escolha das necessidades e na definição de cada piso, que constituem finalmente na escolha da própria pobreza” (BOLTVINIK, 1996 *apud* SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 76).

Definido os indicadores e o piso, para cada necessidade não satisfeita o grupo familiar recebe nota 1, e para cada necessidade satisfeita, nota 0. Então a partir deste sistema puramente binário define-se como pobre qualquer grupo familiar cuja soma das notas dos indicadores for igual ou superior a 1, sendo que quando a soma é superior a 1, os indivíduos são classificados como muito pobres. (SALAMA e DESTREMAU, 2001).

2.2.2 Os problemas mais comuns encontrados na definição e medição da pobreza através das Necessidades Básicas

Uma das críticas à Abordagem da pobreza através das Necessidades Básicas reside no fato de o conceito de necessidades básicas ser apresentado “como uma extensão da subsistência, uma vez que enfatiza os recursos mínimos requeridos pelas comunidades locais em suas totalidades, e não apenas necessidades de

sobrevivência e eficiência de indivíduos e famílias”. (CODES, 2008, p. 13). Salama e Destremau (2001, p. 75) mostram que:

A abordagem das Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) preconiza uma visão humanista que vai além da economia para se remeter à moral e ao desenvolvimento do Homem em toda sua dimensão, inclusive moral, de liberdade e de dignidade.

É importante destacar que as necessidades básicas sofrem mudanças com o tempo e são diferentes de acordo com o espaço considerado. Como salienta Codes “as ideias subjacentes aos entendimentos de o que vem a ser ‘condição humana’ e ‘direitos humanos’ mudam com o tempo e, por isso, os conteúdos das necessidades absolutas e relativas não são estanques, mas sofrem transformações.” (SALLES e TUIRÁN, 2002 *apud* CODES, 2008, p. 14). Portanto, de acordo com o lugar e o tempo, algumas necessidades podem ser excluídas do modelo, assim como novas necessidades podem ser incluídas. Além disso:

O número de pobres identificados não é independente do número de necessidades essenciais consideradas: a probabilidade de encontrar grupos familiares pobres aumenta com o número de necessidades consideradas; com efeito, nenhum grupo familiar deixa de ser pobre quando se acrescenta um novo indicador, enquanto alguns podem ficar pobres se a nova necessidade introduzida no cálculo, no seu caso, não for satisfeita (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 76).

Nesse sentido, bastaria que uma dada necessidade passasse a ser considerada como essencial para que o número de pobres aumentasse em determinada sociedade, portanto os indicadores fundamentados nessa abordagem ficam reféns da subjetividade que permeia na definição de necessidades básica.

2.3 O método das capacidades e a difusão da Abordagem Multidimensional da pobreza

O debate sobre a definição da pobreza em termos de capacidades iniciou-se na década de 1980 pelo economista Amartya Sen. Para ele, o desenvolvimento é alcançado através da ampliação das liberdades reais que as pessoas desfrutam, já que “o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições

habilitadoras como: boa saúde, educação básica, e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas”. (SEN, 2000, p. 19).

Diante disso, Sen (2000) argumenta que o bem-estar encontra-se relacionado à liberdade que os indivíduos possuem para viver uma vida que eles valorizam, e não unicamente ao nível ou potencial de consumo das pessoas.

Partindo da perspectiva de justiça social, o autor, procura demonstrar que a metodologia apropriada para entender o fenômeno da pobreza com maior clareza não é a das utilidades⁶ (como afirmam os “welfaristas”) nem a dos bens primários (como defendido por John Rawls), e sim o das liberdades substantivas.

A principal crítica do autor à Teoria Utilitarista encontra-se na base informacional. Sen (2000, p. 74-75) menciona que,

Os princípios utilitaristas têm por base, em última análise, apenas as utilidades e, embora os incentivos possam de fato ser levados em conta em seu aspecto instrumental, no final, a única base considerada apropriada para a avaliação do estado de coisas, ou para avaliação de ações ou regras são as utilidades.

Portanto, existe uma série de informações que são excluídas na formação de juízo dessa abordagem, que poderiam influenciar fortemente sobre caráter avaliatório, produzindo, assim, um descaso com relação aos direitos, liberdades e outras considerações que não estão vinculadas à utilidade. Para Sen (2000), nem mesmo a visão sobre o bem-estar desta abordagem é sólida, já que:

Os desejos e habilidades para sentir prazer ajustam-se às circunstâncias, sobretudo para tornar a vida suportável em situações adversas, [...] portanto a medida mental do prazer ou do desejo é maleável demais para constituir-se em um guia confiável para a privação e a desvantagem. (SEN, 2000, p. 82).

Sen (2000) comenta, ainda, que o demérito da abordagem monetária é a impossibilidade de se fazer comparações interpessoais, pois como a injustiça (redução da felicidade ou da realização do desejo) é definida como perda agregada de utilidade - o que requer um somatório das utilidades das diferentes pessoas -

⁶Toda a estrutura da Abordagem Monetária é Utilitarista. “Como o nome mesmo sugere, é porque ela se baseia na utilidade como elemento de avaliação, em última instância. O Utilitarismo pertence a um conjunto teórico mais amplo chamado *Welfarism*. Este último, conforme sugere Tocchetto (2005), pode ser compreendido como o conjunto das Teorias do Bem-Estar Social.” (MATTOS 2006, p. 34)

observa-se somente a magnitude agregada da felicidade, sem levar em consideração o grau de desigualdade na distribuição das utilidades, ou seja, há uma indiferença com relação às questões distributivas.

O pressuposto *rawlsiano* é de que os bens primários são os meios pelos quais qualquer pessoa necessita para promover os seus respectivos objetivos. Já Sen (2000) procura demonstrar que, ainda que duas pessoas possuam cestas de bens primários iguais, existe uma série de fatores que torna tal critério inadequado para envolver “todas as variações existentes na relação entre renda e recursos, de um lado, e bem-estar de outro” (SEN, 2000, p. 93).

Sen (2000) reconhece que os bens primários (direitos, liberdades de oportunidades, renda e riqueza, e as bases sociais do respeito) podem elevar o potencial das pessoas em promover seus objetivos, mas existe uma série de fatores – “heterogeneidade das pessoas, diversidades ambientais, variação no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuição na família” – que influenciam nos resultados obtidos, mesmo que as pessoas usufruam de uma mesma cesta de bens primários. Então, para Sen (2000, p. 93), “uma alternativa ao enfoque sobre os meios para viver bem é a concentração sobre como as pessoas conseguem viver de fato (ou avançando, além disso, sobre a liberdade para realmente viver de um modo que tem razão para valorizar)”.

Segundo Gomes, (2006, p. 46) a divergência entre Sen e Rawls reside no “*equalisandum*” adotado. Rawls prioriza os bens primários, que devem ser equitativamente distribuídos entre os cidadãos. Todavia, Sen (2000) afirma que esses bens primários são apenas os meios para o alcance da liberdade e não a liberdade em si mesma. Assim na perspectiva de Seniana,

Se o objetivo é concentrar-se na oportunidade real de o indivíduo promover seus objetivos (como Rawls recomenda explicitamente), então é preciso levar em conta não apenas os bens primários que as pessoas possuem, mas também as características relevantes que governam a *conversão* dos bens primários na capacidade de a pessoa promover seus objetivos (SEN, 2000, p. 94-95).

Com base então na sua análise sobre essas duas perspectivas, o autor supracitado, sob o ponto de vista da justiça social, foi conduzido a “[...] julgar a vantagem individual em função das capacidades que uma pessoa possui, ou seja,

das liberdades substantivas para levar uma vida que ela tem razão para valorizar” (SEN, 2000, p. 95). Tal esquema de definição do bem-estar, através das liberdades substantivas construído por Sen, foi sintetizado por Salama e Destremau da seguinte forma:

O bem-estar de uma pessoa pode ser considerado em relação à qualidade [...] de sua existência. Viver pode ser considerado como um conjunto de “funcionamentos” ligados entre si, consistindo em ser e ter. [...] Os funcionamentos pertinentes podem variar em coisas tão elementares quanto: ser alimentado de maneira adequada, ter boa saúde, prevenir-se contra riscos inevitáveis de morbidade e mortalidade prematura..., até mesmo em realizações mais complexas, como ser feliz, ter respeito a si próprio, participar da vida comunitária, etc. [...] Intimamente ligada à noção de funcionamentos encontra-se a noção da capacidade de funcionar. Ela representa diversas combinações de funcionamentos (seres e teres) que a pessoa pode realizar. A capacidade é, assim, um conjunto de vetores de funcionamentos, que reflete a liberdade de uma pessoa de levar um ou outro tipo de vida. Da mesma maneira que uma suposta “combinação orçamentária” representa, no campo de mercadorias, a liberdade de uma pessoa comprar cestas de produtos, a “combinação de capacidades” reflete, no campo dos funcionamentos, a liberdade de uma pessoa escolher entre existências diversas (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 79).

Dessa forma, os autores afirmam que Sen (2000)

se afasta das abordagens relativas às necessidades fundamentais para se inscrever sem ambiguidade no campo de uma reflexão sobre a justiça social, sobre a igualdade e desigualdades, numa perspectiva que, sem negar os fatores econômicos, dá importância às conotações legais, às implicações políticas e a sua pertinência social (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 77).

A noção de pobreza decorre então de uma “inadequação de capacidade”. Para Sen (2000, p. 31), a pobreza deve ser vista como uma privação de capacidades, ou seja, de liberdades substantivas, sendo que a visão de liberdade seniana “envolve tanto os *processos* que permitem a liberdade de ações e decisões, como as *oportunidades* reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias sociais” uma vez que, “a privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como violação dos direitos ao voto, ou de outros direitos políticos ou civis), ou em virtude de oportunidades inadequadas”. (Ibid., 2000, p. 31)

Ao interpretar a pobreza como privação de “capacidades básicas”, Sen (2000) não descarta a renda como uma das principais causas da pobreza, já que a baixa renda (privação de liberdade econômica) deixa os indivíduos vulneráveis à privação de outras liberdades.

O autor comenta, ainda, que a forte relação entre privação de capacidades individuais e baixo nível de renda é simbiótica: “(1) o nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição, e (2) inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas” (Ibid., 2000, p. 34). Todavia, apesar dessa correlação, o autor ressalta ser

[...] perigoso ver a pobreza segundo uma perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde etc. com o argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso seria confundir os fins com os meios (SEN, 2000, p. 34).

Pois, a renda é apenas um dos meios, e por isso “o papel da renda e da riqueza – ainda que seja importantíssimo [...] tem de ser integrado num quadro mais amplo de êxito e privação” (Ibid., 2000, p. 35).

A preocupação de entender a pobreza através do panorama da abordagem das capacidades, em vez da abordagem monetária é firmada nos seguintes argumentos:

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).
- 2) Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN, 2000, p. 109-110).

Portanto, entendendo que o aumento das capacidades eleva o potencial do ser humano de superar a penúria,

o que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins (IBID., 2000, p. 112).

Todas essas contribuições de Amartya Sen ampliaram consideravelmente o debate acerca do fenômeno da pobreza no decorrer das duas últimas décadas. Atualmente, a avaliação da pobreza como um fenômeno social complexo e

multidimensional incorporou uma quantidade grande de adeptos que a reconhecem como um fenômeno “intrinsecamente multidimensional”.

Para Codes,

a multiplicidade de carências e penúrias atribuídas àqueles que vivem em situações de pobreza faz com que suas existências possam ser prematuramente encurtadas, além de duras, dolorosas e perigosas. Em suas manifestações subjetivas, o fenômeno provoca nas pessoas sentimentos de impotência diante de seus destinos, de falta de esperança, de vulnerabilidade, de insegurança e de falta de poder político (CODES, 2008, p. 24).

Consequentemente, tal reconhecimento do fenômeno como não relacionado apenas à privação em termos de necessidades monetárias, mas também com a negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente, abre espaço para a elaboração do fenômeno enquanto “armadilha de privação”. Situação em que a pobreza passa a incorporar uma maior dimensão de fatores intrinsecamente relacionados, que dificultam a superação de situações de pobreza.

2.3.1 As principais medidas de pobreza na Abordagem Multidimensional

As contribuições de Amartya Sen (2000) a respeito de pobreza e desenvolvimento foram de grande valia para os trabalhos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do PNUD foi divulgado em 1990 e apresentou como produto principal o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cuja metodologia de mensuração abrange várias dimensões do problema.

O IDH foi criado com o intuito de resgatar a preocupação de quantificar o desenvolvimento com olhar nos indivíduos, pois a conjectura de que o bem-estar vem automaticamente com o crescimento econômico (renda *per capita*), desviou por muito tempo a atenção do bem estar, dando mais ênfase à produção.

Resgatando a preocupação inicial, o (RDH) expõe que, “algumas vezes, as considerações técnicas sobre os meios para alcançar o desenvolvimento humano – e

uso de estatísticas para medir a renda nacional e o crescimento – encobrem o fato de que o objetivo fundamental do desenvolvimento é beneficiar as pessoas”. Como a verdadeira riqueza de uma nação é seu povo, o objetivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente propício para os seres humanos desfrutarem uma vida longa, saudável e criativa, e não somente elevar o nível de renda das pessoas. (PNUD, 1990, p. 31, *tradução nossa*).

Entendendo como desenvolvimento humano o processo de alargamento das escolhas das pessoas, de ampliação das possibilidades de escolhas individuais, o PNUD estabeleceu como elementos essenciais para esse processo: 1) a possibilidade de levar uma vida longa e saudável (saúde); 2) ter acesso ao conhecimento (educação); e 3) ter recursos suficientes para desfrutar de um padrão de vida decente (renda)⁷. Estes três elementos, padronizados individualmente através da distância entre os limites máximos e mínimos estabelecidos, foram sintetizados no IDH por meio de uma média aritmética simples.

Sobre este indicador, Salama e Destremau ressalvam que:

O IDH é [...] uma medida de controle que as pessoas têm sobre seus destinos, mas não pretende ser um instrumento de medida do desenvolvimento na sua globalidade. O IDH só pode ser significativo, evidentemente, se combinado com outros indicadores de desenvolvimento humano (PNUD, 2005 apud SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 56).

Apesar desse limite, o PNUD destaca que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem como mérito a mudança da percepção de desenvolvimento, ao dar mais ênfase ao desenvolvimento humano que ao desenvolvimento econômico, ou seja, “a ênfase é colocada no desenvolvimento de oportunidades para os seres humanos e [...] isso se reflete na medição do desenvolvimento, não como a expansão do produto primário e da riqueza, mas como a expansão das escolhas humanas” (PNUD, 1990, p. 225, *tradução nossa*).

Após a divulgação do IDH, vários outros índices foram introduzidos

⁷ É importante informar que diversas mudanças metodológicas foram sendo adotadas ao longo dos anos no IDH. Ver (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 56). Além destas, houve em 2010 duas alterações dentre os três componentes que compõem o IDH. No componente renda, o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* foi substituído pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*. No componente educação, a taxa de analfabetismo foi substituída pela média de anos de estudo da população adulta, e, em vez da taxa bruta de matrícula, passou-se a usar o número esperado de anos de estudos. Apenas o indicador de longevidade não passou por alterações, sendo medido pela expectativa de vida ao nascer. (PNUD, 2010)

paulatinamente nos relatórios, dentre esses, destaca-se o Índice de Pobreza de Capacidades (IPC), que foi elaborado com o intuito de avaliar as condições de vida e bem-estar dos indivíduos. O IPC, divulgado pelo PNUD em 1996, foi uma derivação do IDH. Esse novo indicador multidimensional de pobreza mensura a pobreza centrando a atenção no ser humano, buscando distinguir as privações humanas em várias esferas, e por conseguinte, a falta de renda seria apenas uma dessas esferas, já que a renda é somente um dos meios para se chegar ao fim, que é o bem-estar. (PNUD, 1996)

Embora seja uma derivação do IDH, o IPC assume características bastante distintas deste, pois enquanto o IDH tem por objetivo mensurar o nível médio de capacidades de um país (nível médio de desenvolvimento), o IPC investiga o percentual de indivíduos que passam por privações de capacidades.

Para o PNUD (1996), o desenvolvimento humano é definido como expansão de capacidade, portanto a falta de capacidade básica se reflete em privação, e para medir o percentual da população que não possui acesso aos meios de desenvolver ou manter uma capacidade humana essencial – deficiências de capacidade –, o IPC considera três aspectos básicos: 1) capacidade de poder alimentar-se bem e de ter uma vida saudável (potencialidade medida pela proporção de crianças menores de cinco anos abaixo do peso); 2) capacidade de poder procriar em condições seguras e saudáveis (potencialidade medida pela proporção de partos ocorridos sem atendimento qualificado); e 3) capacidade de se instruir e de poder adquirir conhecimentos (potencialidade medida pela taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos ou mais de idade).

Metodologicamente, o limite estabelecido para cada uma das variáveis teve como base os padrões internacionais. Quanto à agregação das três variáveis, o cálculo é feito fundamentado no pressuposto de que uma necessidade básica não supre a ausência de outra, portanto realiza-se uma média geométrica simples, ou seja, é atribuído peso igual para cada uma das três variáveis.

Essa metodologia foi aprimorada pelo PNUD, um ano após a sua divulgação, com a criação do Índice de Pobreza Humana (IPH). Tal indicador adotou as mesmas premissas gerais do IPC, entretanto reuniu um conjunto mais amplo de

variáveis com o intuito de obter maior relação com o IDH, sendo que a distinção entre eles é análoga à distinção entre o PIB e as taxas de pobreza baseadas na renda. Segundo o PNUD,

As questões relacionadas com a pobreza nos países em desenvolvimento incluem a fome, o analfabetismo, as epidemias e a falta de serviços de saúde e de água potável, o que pode não ser de importância fundamental para a maioria dos países desenvolvidos, em que a fome é de ocorrência rara, a alfabetização é quase universal, a maioria das epidemias são bem controladas, os serviços de saúde são geralmente universais e é fácil de encontrar água potável (PNUD, 1997, p. 20, *tradução nossa*).

Por essas razões, o PNUD afirma não existir uma possibilidade real de produzir um índice de pobreza humana que seja igualmente pertinente aos diferentes tipos de países. Sendo assim, o IPH foi produzido para ser aplicado aos países em desenvolvimento, já que nestes a pobreza se manifesta de forma mais aguda. Como o IPH visa medir a pobreza em países pobres e em desenvolvimento, as variáveis que foram escolhidas procuram traduzir a situação destes países. Segundo o PNUD o IPH foca a privação em três elementos essenciais da vida humana (a longevidade, o conhecimento, e um padrão de vida decente). Sendo que:

A primeira privação se relaciona com a sobrevivência - a vulnerabilidade à morte numa idade relativamente jovem - e é representado no IPH com o percentual estimado de pessoas que deverão morrer antes dos 40 anos de idade. A segunda dimensão refere-se ao conhecimento - ser excluído do mundo da leitura e comunicação - e é medido pela percentagem de adultos analfabetos. O terceiro aspecto diz respeito ao padrão de vida decente, em particular o provisionamento econômico geral. Ele é representado por um composto de três variáveis: o acesso aos serviços de saúde e de água potável, e o percentual de crianças menores de cinco anos desnutridas (PNUD, 1997, p. 20, *tradução nossa*).

Quanto à forma de cálculo do IPH, o PNUD utiliza a seguinte fórmula:

$$\text{IPH} = \frac{\sqrt[3]{P_1^3 + P_2^3 + P_3^3}}{3}$$

Onde: (P_1) é a porcentagem de pessoas que não se espera sobreviver até aos 40 anos; (P_2) é porcentagem de adultos analfabetos; e (P_3) representa a privação de levar um padrão de vida decente em termos de provisionamento econômico total, que é representado por uma média aritmética simples de três variáveis: o percentual de pessoas sem acesso à água potável, a proporção de pessoas sem acesso a

serviços de saúde, e o percentual de crianças menores de cinco anos de idade desnutridas.

Salama e Destremau (2001, p. 90-92) entendem que: “mais do que medir a pobreza humana em função da renda, o IPH se baseia nos parâmetros que representam as mais elementares dimensões das carências e déficits que afetam a vida humana”. Portanto, o IPH apresenta-se como um indicador mais completo que as taxas de incidência baseadas num patamar de pobreza monetária.

Tentando constantemente melhorar seus índices, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 trouxe novas alterações no seu indicador de pobreza, que passou a ser chamado de Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Nos termos do Relatório do PNUD,

Esta nova medida substituiu o Índice de Pobreza Humana (IPH), publicado desde 1997. Pioneiro no seu tempo, o IPH utilizava as médias do país para refletir privações agregadas na saúde, na educação e no padrão de vida. Não conseguia identificar indivíduos específicos, famílias ou grupos maiores de pessoas que sofressem privações em conjunto. O IPM vem colmatar esta falha captando quantas pessoas sofrem privações sobrepostas e quantas privações enfrentam em média (PNUD, 2010, p. 99).

Portanto, a vantagem desse indicador, que assim como os demais é fundamentado na abordagem da capacidade, é o espaço aberto para uma análise da pobreza não somente em termos de incidência, mas também em termos de intensidade.

Como já mencionado, o IPM investiga as privações em nível familiar, entretanto cada família é analisada individualmente, pois o objetivo do índice é captar a quantidade de pessoas que sofrem privações sobrepostas. Igualmente aos índices anteriores, o IPM trabalha com três dimensões (educação, saúde e condições de vida) que possuem pesos iguais na composição do índice. Entretanto, houve uma ampliação da quantidade de indicadores em todas as dimensões (as dimensões da educação e da saúde possuem dois indicadores e a dimensão do padrão de vida possui seis).

O IPM é calculado em função das privações de cada pessoa, no qual a pontuação individual, em cada um dos componentes (indicadores), é derivada das privações advindas da sua família.

O entendimento sobre privação (desfavorecimento grave e, até, inaceitável) em cada um dos componentes, provem do consenso internacional encerrado nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Quando o somatório das pontuações de privação da família for superior a 1/3 dos indicadores ponderados, os membros desta família são considerados pobres. Por conseguinte, o IPM é o resultado da soma do número de indivíduos pertencentes às famílias classificadas como multidimensionalmente pobres, dividido pelo total da população.

Com isso, o PNUD reforça a multidimensionalidade da pobreza, já que:

As dimensões da pobreza vão muito além de rendimentos inadequados, abrangendo a saúde e a nutrição deficientes, um baixo nível de educação e competências, meios de subsistência inadequados, más condições de habitação, exclusão social e falta de participação (PNUD, 2010, p. 98).

Por esse motivo, um indicador multidimensional de pobreza, abre espaço para análises sobre vários aspectos da vida humana.

2.3.2 Algumas críticas na definição e medição da pobreza pela abordagem multidimensional

Codes (2008), ao estudar a trajetória do pensamento científico sobre a pobreza, caracteriza as contribuições de Amartya Sen (2000) como um avanço nas discussões conceituais sobre a pobreza. Mas, apesar desse avanço, os indicadores multidimensionais, assim como os indicadores das demais abordagens, são alvos de críticas. Mattos (2006) comenta que as principais críticas a esta abordagem estão relacionadas a três pontos: lista de capacitações; individualismo e estruturas sociais; e operacionalização.

A respeito da lista de capacitações, Soares (2009) menciona que os índices multidimensionais não resolvem nenhum dos graves problemas existentes na definição da linha de pobreza como insuficiência de renda. Primeiro, porque apesar da concordância de que todas as variáveis citadas em tais estudos podem ser consideradas básicas, não existem critérios de orientação que dirijam a determinação de quais variáveis referem-se ao que realmente seja necessidade.

Salama e Destremau (2001), ao falarem dos pontos fracos do IPH, comentam que as variáveis selecionadas para compor o índice são redundantes e limitadas. Redundantes, pelo fato de existir uma forte correlação entre as dimensões do índice, o que faz gerar questionamentos sobre a necessidade de utilizar diversas variáveis para avaliar o nível de penúria de um país. Limitadas, pelo fato do IPH não utilizar a variável renda em seu índice. Portanto, os autores concluem que “o IPH não escapa ao arbítrio de definição de patamares normativos, presentes em cada um dos seus componentes.” (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 93).

Ravallion (1994) também chama a atenção para o problema da arbitrariedade. Para ele, nem sempre é possível conjugar de modo preciso as múltiplas dimensões do bem estar, pois há arbitrariedade na escolha das dimensões que irão compor o índice. Segundo o autor, é possível que as diversas dimensões escolhidas representem fenômenos logicamente correlacionados, de modo que haja redundância de informações, e, por isso, pouco se estaria acrescentando em termos de captação da pobreza do ponto de vista da multidimensionalidade.

Em virtude da correlação entre os indicadores, Codes (2008) adverte sobre a capacidade limitada de incorporação de distintas dimensões em um indicador sintético. Para a autora é preciso ter parcimônia durante o processo de escolha das variáveis que irão constituir um indicador sintético, pois a inserção de um número maior de dimensões não garante a melhoria das propriedades de um indicador sintético. Logo, para evitar o erro de adicionar elementos supérfluos à análise, é preciso levar em conta a relevância conceitual das informações escolhidas.

Outro ponto alvo de críticas refere-se à ponderação dos componentes dos índices multidimensionais (índices sintéticos). A tomada de decisão sobre os pesos atribuídos a cada uma das dimensões do indicador é uma tarefa irrevogável no processo de construção de índices sintéticos, uma vez que estes representam um adensamento de todas as suas dimensões que lhe integram. Entretanto, este procedimento, assim como a definição das dimensões, também é realizado de forma arbitrária. “Isso se deve ao fato de que não há consenso ou regra sobre a necessidade de atribuição de distintos pesos a cada faceta incluída no indicador” (MESTRUM, 2002, p. 37 *apud* CODES, 2008, p. 25).

No caso dos índices multidimensionais divulgados no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) – como IDH, IPH ou IPM – todas as dimensões recebem pesos iguais, e o próprio relatório do PNUD de 1997 evidencia a existência de certo grau de arbitrariedade quanto à escolha das variáveis que são utilizadas no IPH.

Para Mestrum e Codes, os índices da abordagem multidimensional possuem dois complicadores:

Primeiro, o problema da avaliação quantitativa é dificultado: as diferentes dimensões da pobreza não podem ser adequadamente agregadas em um só indicador, pois se impõe a interrogação sobre qual peso deve ser dado a cada uma delas. Em seguida, numa abordagem desta natureza, deve-se estar atento para não se correr o risco de confundir suas diferentes dimensões com a pobreza propriamente dita, e relegar a último plano a questão da renda (MESTRUM, 2002, p. 37 *apud* CODES, 2008, p. 24).

Soares (2009), que assume uma postura mais radical, defende que índices multidimensionais não fazem sentido, e afirma ser “matematicamente impossível estabelecer uma linha de corte que determine que se um ou outro domicílio ou família é pobre e, ao mesmo tempo, ter um índice da média ponderada de seus componentes [...] para o município onde esta família vive.”⁸ (SOARES, 2009, p. 14). E completa dizendo que,

[...] índices multidimensionais são adimensionais, ou seja, não há qualquer critério que não seja arbitrário para definir uma linha de corte. A solução [...] na qual a pobreza consiste em uma variável contínua, não é convincente. Primeiro, porque pobreza contínua começa a parecer muito com bem estar. Segundo, porque todos os problemas de escolhas de variáveis, pesos e uma linha de corte dependem de julgamentos de valor bastante arbitrários (Ibid., 2009, p. 14).

Anand e Sen (2003, p. 205 *apud* CODES, 2008, p. 25), ao analisarem os índices multidimensionais de pobreza, afirmam que “a capacidade de se refletir conceitos amplos e complexos – como o de desenvolvimento humano ou mesmo a perspectiva da privação – em um índice útil e não complicado, é uma meta que ainda não foi devidamente atingida”.

⁸Sobre essa questão, Soares comenta que a solução de Barros, Carvalho e Franco (2006) resolve o problema, mas apenas à custa de abandonar o conceito de pobreza.

2.4 Considerações sobre o capítulo

Salama e Destremau (2001, p. 106) mencionam que: “o ‘fato’ pobreza, seja qual for o seu grau ou campo de definição, é sempre apreendido como ‘problema’ de pobreza, quer no plano ideológico e moral, quer no plano político e econômico”. Portanto, a mensuração da pobreza tem grande importância para o aprimoramento dos métodos de intervenção sobre o problema (políticas públicas).

Dada à importância de medir a pobreza, ao longo dos dois últimos séculos, os métodos de mensuração desse fenômeno foram sendo progressivamente aprimorados. Medir a pobreza, entretanto, significa entender, antes de tudo, o seu significado. Sobre isso, Laderchi (2003, p. 7, *tradução nossa*) ressalta que “embora exista um consenso mundial sobre a redução da pobreza como um objetivo primordial de política de desenvolvimento, há pouco consenso sobre a definição de pobreza”. Apesar disso, o autor acredita que “a escolha de uma definição de pobreza, se baseia no essencial pressuposto de que existe alguma forma de descontinuidade entre os pobres e não pobres, que pode ser refletido na linha de pobreza” (Ibid., 2003, p. 7, *tradução nossa*), portanto, as medidas de pobreza refletem o julgamento acerca do que significa ser pobre.

Sobre as diferentes perspectivas de avaliar a pobreza, observou-se que todas são passíveis de críticas. A abordagem monetária, que considera a insuficiência de renda uma *proxy* da pobreza, tem o mérito de ainda ser a mais utilizada, apesar de ser a mais antiga (MACHADO, 2007, p. 32; LADERCHI, 2003, p. 7, *tradução nossa*), porém, como foi exposto, existe um grande descontentamento relativo à natureza simplificadora que essa abordagem faz sobre a pobreza, além disso, critica-se a sua equanimidade quanto aos ganhos de escala e às diversidades regionais.

Na abordagem das necessidades básicas, houve uma ampliação dos critérios de mensuração da pobreza, porém as necessidades consideradas universais (comuns aos homens de diferentes culturas e civilizações) podem ser interpretadas como uma extensão das subsistências, e, por isso, ser avaliadas também como uma insuficiência de renda.

A abordagem multidimensional, por sua vez, é a mais recente e tem conquistado muitos adeptos. Por ser recente e por ter um nível de complexidade maior – em virtude das múltiplas dimensões – a operacionalização dessa abordagem é uma linha de pesquisa ainda aberta e em pleno desenvolvimento. Esses fatores, somados, corroboram para diversas críticas que essa abordagem recebe, principalmente acerca da sua operacionalização.

Diante disso, fica evidente que o fenômeno da pobreza, apesar de ser sempre alvo de estudo ao longo do tempo, possui diversas características peculiares, muito difíceis de condensá-las em uma única medida de pobreza. Grynspan (1997) elucida que,

A pobreza é um fenômeno multifacetado e heterogêneo, fácil de perceber, mas difícil de definir com propriedade, de explicá-la teoricamente de forma compreensiva e de medi-la satisfatoriamente. O caráter normativo envolvido no seu conceito, fruto de sua ambiguidade teórica, e suas dimensões absolutas e relativas, forçam as aproximações do tipo descritivas, nem sempre livres de arbitrariedades e tentativas. Isso representa uma dificuldade básica tanto para a compreensão do fenômeno como para conceber políticas apropriadas para enfrentá-la (GRYNSPAN, p. 93, 1997, *tradução nossa*).

Para Salama e Destremau, (2001, p. 106–107) independentemente dos fundamentos filosóficos utilizados para contar os pobres, “a construção de indicadores tendem a reduzir e objetivar de modo inerente, e constitui uma representação à qual podemos contrapor muitas outras”. Isso porque “os indicadores de pobreza refletem, na escolha dos critérios e dos patamares, a definição dada à pobreza, o julgamento acerca do valor projetado sobre ela e sobre os pobres, o quadro filosófico ético e ideológico no qual a operação se inscreve” (Ibid., 2001, p. 106–107). Por esse motivo, é que Queiroz (2007) alvitra que,

Desde que se reconhece que a verdadeira essência de uma abordagem depende não apenas do que ela considera para avaliação, mas também do que ela ignora, justifica-se o entendimento das demais correntes teóricas existentes, pois assim é possível reconhecer os pontos fracos e fortes da concepção utilizada assim como daquelas que foram relegadas (Queiroz, 2007, p. 10).

O fenômeno da pobreza, portanto, não possui um conceito único e universal, e, por isso, as diversas abordagens não possuem propriedades excludentes e sim complementares. Se o objetivo de mensurar a pobreza é torná-la objeto de ação pública, então é importante ter em mente que todo esforço conceitual e metodológico

para o desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem estar social deve ser observado.

Portanto, para se fazer um estudo sobre a forma como a pobreza se manifesta, seja qual for área de estudo, é necessário considerar outras dimensões além da privação de renda, visto que não há uma única explicação para as causas da pobreza, assim como também não há uma única forma de combatê-la.

É verdade que as medidas de pobreza relativas ao dinheiro possuem uma grande correlação com os índices multidimensionais, nesse sentido, vale dizer que independentemente do mérito de uma metodologia ser ou não uma representação mais fidedigna do tamanho da pobreza, é importante perceber o avanço na percepção e pobreza, não nos permitiu dizer qual é o melhor método, mais sim, nos permitiu ter uma visão mais holística desse fenômeno.



CAPÍTULO III

A MAGNITUDE DA POBREZA NO MARANHÃO: uma avaliação entre a abordagem monetária e a abordagem multidimensional

Existem várias definições de pobreza, desde as que definem o fenômeno a partir de um critério, até as que incorporam inúmeras características.

Grynspar (1997), por exemplo, define pobreza como sendo uma

Síndrome situacional associada a subconsumo, desnutrição, más condições de habitação, baixos níveis de escolaridade, más condições sanitárias, uma inserção instável no processo produtivo ou dentro do mesmo, estratos primitivos, atitudes de desespero e agonia, pouca participação nos mecanismos de integração social e, talvez, a adesão a uma determinada escala particular de valores, diferenciados em alguma medida das do resto da sociedade (GRYNSPAN, 1997, p. 64, *tradução nossa*).

Este conceito possui uma grande quantidade de características relevantes sobre a pobreza, mas além da relevância, quando se sai do conceito para a construção de um modelo de mensuração da pobreza, é preciso fazer julgamentos sobre as variáveis e sobre a técnica analítica a ser utilizada, pois essas questões exercem demasiada influência sobre o índice (sobre o montante da pobreza).

Pensando nessas questões, o presente capítulo apresentará as diferenças de tamanho da pobreza alcançadas pela abordagem utilitarista e pela abordagem multidimensional, nos 217 municípios do Maranhão.

A comparação entre essas duas formas distintas de mensuração da pobreza, são de fundamental importância para o trabalho, pois além de deixar perceptível as diferenças entre as abordagens, servirá para confirmar que mensurar a pobreza é algo complexo e que, apesar dos diversos esforços, ainda está longe de chegar – se é que algum dia vai chegar – a um consenso.

3.1 Base de dados e questões metodológicas

O estudo desenvolvido neste Capítulo tem como principal fonte de informação os Censos Demográficos de 2000 e 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O Censo Demográfico é a mais complexa operação estatística realizada por um país, pois são investigadas as características de toda a população e dos domicílios circunscritos no Território Nacional. Por pesquisar todos os domicílios, constitui a única fonte de referência para o

conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos – distritos, subdistritos e bairros– e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais. (IBGE, 2010a).

Os dados produzidos por essa pesquisa, cuja periodicidade é decenal, permitem-nos conhecer as principais características socioeconômicas das pessoas e de seus domicílios, sendo que os conceitos e formas de investigação utilizados são definidos levando em conta, prioritariamente, as necessidades dos usuários (especialmente das instâncias dos governos locais e central) e as recomendações internacionais (para possibilitar uma comparabilidade com as informações fornecidas pelos demais países). (IBGE, 2000b)⁹.

As informações são coletadas através de dois questionários: (a) Questionário Básico -aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra; e (b) Questionário da Amostra -aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra. (IBGE, 2010a). Os dados intitulados pelo IBGE como *resultados do universo* abrangem as características da totalidade dos domicílios e das pessoas investigadas, por isso representam características que são comuns aos dois tipos de questionários.

Por sua vez, os dados do *resultado da amostra*, incluem informações mais detalhadas sobre as unidades domiciliares, pois, além de contemplar todas as questões do Questionário Básico, também investiga outras informações domiciliares, demográficas e socioeconômicas.

Essa, será portanto, a razão principal, para que o questionário da amostra seja o mais utilizado neste Capítulo, uma vez que os índices multidimensionais abrangem uma série de dimensões que não são investigadas no Questionário Básico.

⁹A periodicidade dos Censos Demográficos é regulamentada pela Lei no 8.184, de 10 de maio de 1991, que estabelece um máximo de dez anos para o intervalo intercensitário. (IBGE, 2010a)

3.1.1 Microdados do Censo Demográfico

Nos microdados do Censo Demográfico, constam informações das pessoas e das unidades domiciliares pesquisadas no questionário da amostra. Como citado antes, esse questionário possui um nível de investigação mais amplo sobre as características dos domicílios e de seus moradores (abrangendo informações sociais, econômicas e demográficas). A maior amplitude desse questionário o torna mais credenciado ao atendimento das exigências de informações que as metodologias dos índices multidimensionais impõem.

O desenho amostral usado nesse questionário possibilita que os dados sejam divulgados por município. Em cada município é selecionado uma fração amostral, de acordo com os tamanhos dos municípios em termos da população estimada em 1º de julho do ano anterior ao do censo.

Em todo o território nacional foram selecionados, para responder ao questionário da amostra, 5.304.711 domicílios em 2000 e 6.192.332 domicílios em 2010, o que significou uma fração amostral da ordem de 11,7% e 10,7%, respectivamente. Nesses domicílios foram levantadas as informações para todos os seus moradores, totalizando, respectivamente, 20.274.412 e 20.635.472 pessoas. No Estado do Maranhão, a fração da amostra foi de 12,1% em 2000 e, de 11,7% em 2010.

Essa fração amostral, entretanto, deve representar a totalidade do município, e, para expandir a amostra, o IBGE adota uma série de procedimentos estatísticos. Como se sabe, numa pesquisa por amostragem probabilística, cada unidade selecionada na amostra representa, também, outras unidades que fazem parte da população alvo. Portanto, cada unidade domiciliar pesquisada pelo questionário da amostra possui um peso-amostal, que foi atribuído a cada um de seus moradores.¹⁰

¹⁰Para a obtenção dos pesos ajustados, foi realizado um processo de calibração em relação a um conjunto de variáveis auxiliares (restrições) para as quais se conhecem os totais populacionais, já que tais variáveis auxiliares foram levantadas pelo Questionário Básico. A calibração buscou ajustar os pesos iniciais (inverso da fração amostral efetiva de domicílios) de maneira que, dentro de uma determinada área geográfica, denominada área de ponderação, mediante aplicação dos pesos calibrados às variáveis auxiliares fossem obtidos os totais, já

Esse peso está divulgado nos microdados do censo, e qualquer informação a ser extraída deles deve ser expandida. Portanto, as estimações totais de todas as variáveis utilizadas nesta dissertação foram feitas da seguinte forma:

$$\hat{Y} = \sum_{i=1}^n P_i Y_i$$

, em que:

(P_i) é o peso associado à i -ésima unidade da amostra no domínio em questão;

(Y_i) é o valor associado à i -ésima unidade da amostra no domínio, e;

(n) é o número de unidades na amostra do domínio em questão.

Esse procedimento permite calcular estimativas para quaisquer variáveis investigadas no Censo, independentemente de serem de pessoas ou de domicílios. No entanto, é preciso saber que, em virtude desse procedimento, totais de uma mesma característica podem diferir ligeiramente de uma tabela para outra.

3.2 Metodologia de mensuração da pobreza, segundo a Abordagem Multidimensional

Para medir a pobreza através da abordagem das capacidades, foi adotado neste trabalho o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) criado pelo PNUD¹¹. Este índice, divulgado a partir de 2010 através do Relatório de Desenvolvimento Humano, foi produzido para medir especificamente a pobreza em países subdesenvolvidos, posto que, em países desenvolvidos a pobreza se manifesta de forma diferente.

conhecidos, para todas as unidades da população que constituem o universo da pesquisa, conforme notas metodológicas do Censo 2010.

¹¹ Esse índice assenta-se na abordagem das capacidades. Ver RDH 2010, p. 99.

O IPM, “inclui uma série de dimensões que são provenientes de exercícios participados entre as comunidades pobres e do consenso internacional emergente”. (PNUD, 2010, p. 101).

Segundo o PNUD (2010), o IPM incide nas privações graves ao nível da saúde, educação e padrões de vida, e por isso possui grande relevância política. As privações são identificadas em conformidade com as dimensões do IDH, e por identificar o número de pessoas que são pobres de acordo com o número de privações que ela sofre, o IPM apresenta-se como um índice complementar aos índices monetários de pobreza.

Um dos méritos relatados pelo PNUD (2010) ao IPM, é o de apresentar não apenas o número de pessoas que padecem privações, mas também de mensurar a intensidade das privações sofridas por estas pessoas. No entanto, como o próprio Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) deixa claro, as dimensões do índice foram limitadas em virtude da disponibilidade de informações, pois a medida exige que todos os dados provenham da mesma família, e os “inquéritos que recolhem as informações necessárias para avaliar outras dimensões importantes contêm dados insuficientes sobre o trabalho, a capacitação e o consumo”.¹² (PNUD, 2010, p. 99).

Metodologicamente, como o IPM identifica diversas privações nas mesmas famílias, o seu cálculo só é possível através dos microdados do inquérito dos domicílios e das pessoas, pois todos os dados devem ser do mesmo questionário de pesquisa.

Conforme o RDH, o IPM é arquitetado com base em dez componentes (indicadores), divididos em três dimensões: educação; saúde e padrão de vida. Se uma família sofre privação em determinado componente, as pessoas que integram esta família recebem a nota um no respectivo componente, e se não sofrem privação, recebem nota zero, ou seja, “a cada pessoa é atribuída uma pontuação em função das privações da sua família relativamente a cada um dos 10 indicadores componentes” (PNUD, 2010, p. 230).

¹² É importante deixar claro que o índice pretende ter uma metodologia única para todos os países e por isso apesar de alguns países possuírem um número de informações disponíveis e bem mais amplo, o IPM não as utiliza.

Assim, a pontuação mínima e máxima que pode ser obtida são, respectivamente, zero e dez, que representam, na mesma ordem, ausência de privações, ou absoluta privação entre os componentes abordados. Como o PNUD não adotou pesos diferentes para as dimensões, a pontuação máxima em cada uma é de 10/3. Entretanto, como existe mais componentes em uma das dimensões, o peso do componente é obtido pela divisão do peso da dimensão (1/3) pelo número de componentes que a compõe. Portanto, como as dimensões da educação e da saúde que têm dois indicadores cada, o peso cada componente é de 5/3. Já a dimensão do padrão de vida que tem seis indicadores, cada componente equivale a 5/9 da dimensão.

Somados as pontuações de cada um dos componentes para obter a privação da família, a distinção entre pobres e não pobres é feita pelo ponto de corte de valor 3, que representa um terço dos indicadores. Logo, se o somatório das privações da família for igual ou superior a 3, a correspondente família (e todos os que dela fazem parte) é identificada como multidimensionalmente pobre. Além disso, as famílias com uma pontuação de privação entre 2 e 3 são classificadas como vulneráveis ou em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres. (PNUD, 2010, p. 230).

Após a identificação dos pobres, o valor do IPM é obtido através do produto entre “a taxa multidimensional de contagem de pessoas e a intensidade (ou amplitude) da pobreza” (PNUD, 2010, p. 231), conforme a seguinte fórmula:

$$IPM = H.A$$

A taxa de contagem de pessoas, H, é a proporção da população que é multidimensionalmente pobre:

$$H = q/n$$

Na qual q é o número de pessoas multidimensionalmente pobres e n é a população total.

A intensidade da pobreza (A), reflete a proporção dos indicadores componentes ponderados (d), em que, em média, as pessoas pobres sofrem de privação. Nesse caso, apenas para as famílias pobres, as pontuações de privação

são somadas e divididas pelo número total de indicadores e pelo número total de pessoas pobres:

$$A = \frac{\sum_1^q c}{qd}$$

Em que c, representa o número total de privações ponderadas que os pobres sentem, e d, o número total de indicadores componentes considerados (10 neste caso).¹³

3.2.1 Ajuste dos microdados do Censo Demográfico para o cálculo do IPM

De acordo com a metodologia do IPM, este índice é dividido em três dimensões. As dimensões da educação e da saúde que têm dois indicadores cada, e a dimensão do padrão de vida, que tem seis indicadores. Os componentes da educação são: a) não ter nenhum membro da família que tenha concluído cinco anos de escolaridade, e; b) ter pelo menos uma criança em idade escolar (até ao 9º ano) que não esteja frequentando a escola.

O item (a), tem por base a segunda meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que é atingir o ensino básico universal. Este componente foi obtido através das informações coletadas pelo questionário da amostra, mais especificamente na parte que trata sobre as características do morador. Sendo que, o componente é o resultado consolidado de duas questões: a direcionada para pessoas que frequentam escola ou creche, auferindo a série/ano que a pessoa estuda, e a direcionada para pessoas que já frequentaram escola ou creche e não frequentam mais, no qual é feito um ajuste dos anos de estudo por meio do quesito que auferir o curso de nível mais elevado já frequentado pela pessoa investigada.

A dimensão da saúde, também possui dois componentes: a) ter pelo menos um membro da família que sofra de má nutrição, e; b) ter tido uma ou mais crianças que tenham falecido. Porém o primeiro componente não é investigado em nenhum

¹³ Ver RDH 2010, notas técnicas.

dos questionários do censo e por isso utilizou-se, nesta dimensão, apenas o segundo componente, sendo que da maneira como estão estruturadas, no questionário da amostra, as questões que fazem referência a este componente, não há possibilidade de se obter uma informação que represente a totalidade (todo óbito infantil), visto que é possível saber a idade dos óbitos relacionados aos últimos filhos nascidos vivos.

Dos componentes da dimensão padrão de vida – a) não ter eletricidade; b) não ter acesso à água potável limpa¹⁴; c) não ter acesso a saneamento adequado¹⁵; d) usar combustível “sujo” para cozinhar (estrume, madeira ou carvão); e) ter uma casa com piso de terra, e; f) não ter carro, caminhão ou veículo motorizado semelhante e possuir no máximo um dos seguintes bens: bicicleta, motocicleta, rádio, frigorífico, telefone ou televisor. Apenas o componente “combustível sujo” não foi investigado, pois não há referência a este item, nem mesmo sobre a existência do bem fogão no domicílio. Quanto ao componente “casa com piso de terra”, a informação coletada no Censo Demográfico de 2010 que mais se aproxima desse conceito é a que classifica os domicílios de acordo o material predominante das paredes, e como é uma informação também mostra uma situação de moradia inadequada, esta foi utilizada. Para os demais componentes, o Censo Demográfico atende de forma equitativa todos a os requisitos, não representando assim, uma dificuldade.

Diante desse quadro de informações possíveis de serem levantadas nos microdados do Censo e após um exercício inicial de construção do índice para o Maranhão, para melhor representar a realidade local, foi construído o IPM com uma série de mudanças. Os motivos para isso são:

- Na dimensão saúde, como vimos, não há informações sobre o componente “nutrição” e isso faz com que haja uma sobrecarga – maior peso – no componente mortalidade infantil. Mas este não é o único problema; como se sabe, existem domicílios (famílias) que não possuem filhos e, portanto, não existirão óbitos infantis. Este último problema é o mais agrave, porque transfere a avaliação sobre ser ou não pobre das

¹⁴A família é considerada como tendo acesso a água potável quando a fonte de água é qualquer um dos seguintes tipos: água encanada, torneira pública, poço artesiano, poço protegido, ou água da chuva, e é dentro de uma distância de 30 minutos andando (ida e volta). Ver Alkire. S; Multidimensional Poverty Index 2011: Brief Methodological Note, p. 4.

¹⁵Uma família é considerada como tendo acesso a saneamento adequado se ele tem algum tipo de sanitário ou latrina, ou fossa séptica. Ver Alkire. S; Multidimensional Poverty Index 2011: Brief Methodological Note, p. 4.

famílias que não tem filhos para as outras duas dimensões, o que significa que seria preciso as famílias, que não tem filhos, estivessem em uma situação bem mais crítica nas outras duas dimensões para serem vistas como pobres.

- Na dimensão educação, apesar de todas as informações terem sido obtidas, o componente “crianças matriculadas” traz intrínseco o problema das famílias sem filho, inclinando novamente a classificação destas famílias para o outro componente da dimensão “anos de estudo”.
- Na dimensão padrões de vida, dos seis componentes apenas um não é contemplado (combustível sujo). Dentre as informações encontradas, o componente “ativos” tem bastante aderência com o nível de renda das famílias, portanto é um índice que deve ser mantido no cálculo. No entanto, existe uma grande inconsistência na forma como ele traduz os bens para definir se a família é, ou não é pobre, pois deixa itens como moto e rádio no mesmo patamar, o que representa uma inverdade quando se observa o valor monetário necessário para adquirir cada um desses bens.

Diante disso, o IPM elaborado nesta Dissertação traz mudanças relacionadas especificamente sobre o entendimento acerca dos componentes, preservando deste modo, toda a estrutura de construção do índice (quantidade de indicadores e dimensões). As mudanças são:

- Na dimensão saúde, como não existe o componente “nutrição” toda a dimensão é medida pelo componente “mortalidade de crianças”. Porém, para as famílias que não tiveram filhos, o peso dessa dimensão foi transferido para as outras duas dimensões de forma proporcional.
- Na dimensão educação, se a família possui crianças em idade escolar, ela é avaliada pelos dois componentes, mas se não possui é avaliada apenas pelo componente “anos de estudo”. Este tratamento exige que os pesos dos componentes sejam tratados de acordo com cada caso.
- Quanto à dimensão “padrões de vida”, em vez de utilizar, no componente “ativos”, o critério “não ter carro, caminhão ou veículo motorizado semelhante e possuir no máximo um dos seguintes bens: bicicleta, motocicleta, rádio, frigorífico, telefone ou televisor”, foi usado o critério

“não ter carro, caminhão ou veículo motorizado semelhante e possuir no máximo dois dos seguintes bens: bicicleta, motocicleta, rádio, frigorífico, telefone ou televisor”, pois existem bens com valores bastante distintos na lista.

No final, os pesos são coletados em cada uma das dimensões de acordo com as situações familiares citadas, e o índice sintético resultante é calculado da forma apresentada na metodologia original. Vale destacar ainda, que todas as mudanças adotadas tornaram o índice mais “rígido”, ou seja, o objetivo das mudanças adotadas foi com o intuito de evitar que o IPM atenuasse os resultados auferidos nos municípios.

3.3 Avaliação dos resultados obtidos do IPM e a taxa de pobreza monetária

As medidas de posição ou medidas de tendência central possuem a capacidade de representar um conjunto de dados relacionados a determinado fenômeno pelos seus valores médios, em torno dos quais tendem a se concentrar, e por isso são medidas extremamente úteis para representar um conjunto de dados de forma bem resumida¹⁶.

Apropriando-se desta ferramenta, os resultados do Índice de Pobreza Monetária¹⁷ e do Índice de Pobreza Multidimensional¹⁸ obtidos pelos 217 municípios do Maranhão, nos anos de 2000 e 2010, foram distribuídos utilizando a mediana, o 1º quartil e o 3º quartil, que dividem, respectivamente em 1/2, 1/4 e 3/4 os 217 municípios. **(Gráfico 1).**

Além da capacidade simplificadora, essas medidas possibilitam avaliar a distância dos municípios compreendidos abaixo ou acima dos cortes em relação ao limite inferior e superior da distribuição, ou seja, pode-se verificar se a maioria dos

¹⁶ MARTINS, Gilberto de Andrade. Princípios de Estatística, 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1990. p.125.

¹⁷ Calculado com base nos critérios estabelecidos pelo Governo Federal, a saber: Rendimento domiciliar per capita de até 1/4 do salário mínimo em 2000 e de até R\$ 70,00 em 2010.

¹⁸ Calculado com base na metodologia estabelecida no item 2.4.

municípios está concentrada no centro da distribuição, ou próximo do valor mínimo (assimetria positiva), ou ainda próximo do valor máximo (assimetria negativa).

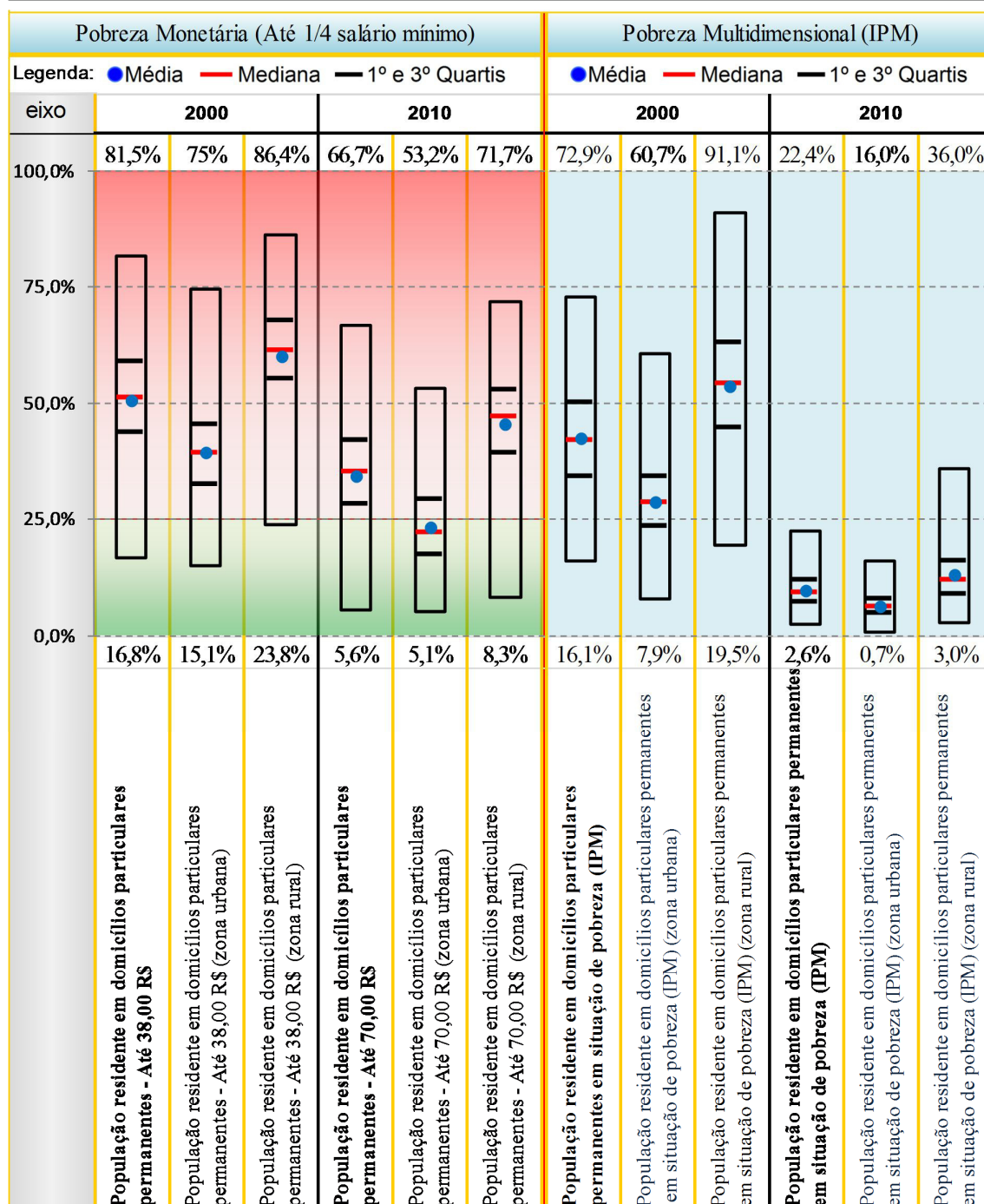
Olhando o Gráfico 1, verifica-se que os índices de pobreza, tanto monetária como multidimensional, dos municípios maranhenses eram maiores no ano de 2000 do que em 2010.

De acordo com a abordagem monetária, verifica-se que em 2000 o percentual de pobres era alarmante, pois mais de 75% dos municípios apresentavam índices acima de 25%, sendo que os demais – os municípios com melhores índices – tendiam a se concentrar próximos desse percentual (25%). Além disso, é possível notar que a zona rural era a que registrava as piores taxas de pobreza, contendo quase 75% dos municípios com um percentual de pobres acima de 50%.

Quanto ao Índice Multidimensional do ano 2000, nota-se que este apresenta uma distribuição semelhante à do Índice Monetário. Entretanto apesar do IPM possuir “outliers” maiores, é possível notar pelas medidas de tendência central, que a maior parte dos municípios se concentra numa faixa mais próxima do limite inferior da distribuição, evidenciando, portanto, que em 2000 o IPM apresenta um Maranhão com índices municipais de pobreza melhores do que os expressos pelo Índice Monetário de Pobreza.

Avaliando o Índice Monetário de 2010, nota-se que as áreas urbanas conquistaram uma significativa melhora, onde mais 65% dos municípios apresentaram um percentual de pobres abaixo de 25%. Esse evento, no entanto, não ocorreu com a mesma magnitude nas áreas rurais. Nota-se que apesar da queda na proporção de pobres dos municípios, visto que houve uma diminuição do índice máximo e mínimo de pobreza, e apesar de não haver em 2010 municípios com uma taxa de pobreza na zona rural acima de 75%, o primeiro quartil e a mediana mostram que a maioria dos municípios possui maior proximidade com o valor máximo. Esse fator, como pode ser visto, exerce grande influência no índice total dos municípios, posto que no geral apenas 25% dos municípios apresentaram um percentual de pessoas pobres menor que 1/4 da população.

GRÁFICO 1 - Medidas de posição (média, mediana e quartis) do Índice de Pobreza Monetária e do Índice de Pobreza Multidimensional - Maranhão (Anos - 2000 e 2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010 (Microdados)

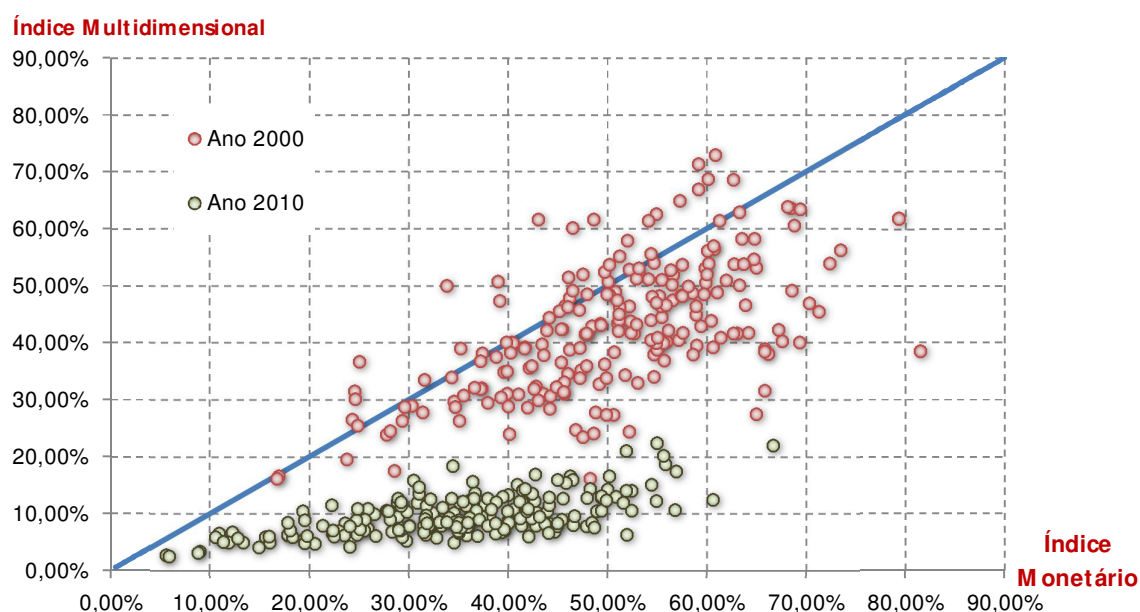
No caso do IPM de 2010, apesar de ainda haver semelhança em termos de distribuição da pobreza entre o meio urbano e rural, este apresentou uma brusca

redução da pobreza de 2000 para 2010. Redução essa, que não é verificada com a mesma magnitude pelo Índice Monetário.

Comparando esses indicadores por intermédio de um gráfico de dispersão (**Gráfico 2**), observa-se que:

- a) Em 2000, a maioria dos municípios apresentou um percentual de pobres menor quando foi aplicado o IPM (apenas 40 municípios apresentaram um índice de pobreza maior no IPM do que no Índice de Pobreza Monetário). Além disso, a distribuição espacial dos pontos no gráfico mostra que a correlação entre os dois indicadores é pequena para este ano;
- b) Em 2010, todos os municípios apresentaram um percentual de pobres menor no IPM, e pela forma em que os dados estão dispersos no gráfico (dispersão levemente inclinada) observa-se que há pouca inter-relação entre os dois índices.

GRÁFICO 2 - Dispersão entre o Índice de Pobreza Monetária e o Índice de Pobreza Multidimensional - Maranhão (Anos - 2000 e 2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010 (Microdados)

3.4 Considerações sobre o capítulo

Ao avaliar os municípios com base no IPM, verifica-se que não existem grandes semelhanças entre o IPM e o índice Monetário. No ano de 2000, o IPM apresentou uma distribuição próxima à do Índice Monetário, no entanto, pelo fato do limite inferior e os quartis estarem abaixo dos apresentados pela outra abordagem, o Gráfico 1 mostra que a mensuração da pobreza pelo IPM no Maranhão apresenta valores que dão a impressão de maior equidade social no Estado.

Essa interpretação fica ainda mais clara, quando é observada a mudança entre 2000 e 2010 no IPM. Em 2010 o IPM expõe índices que geram a interpretação de um ambiente de pobreza baixo no Estado e de uma distribuição equitativa dos níveis de desenvolvimento entre os municípios do Estado. No entanto, muitas questões devem ser ponderadas antes de aceitar este resultado como algo que espelha a realidade do Maranhão.

Portanto, é divergente o IPM mostrar uma situação tão favorável assim para o Maranhão em 2010, enquanto este, quando é avaliado através de outro índice é visto como um Estado com a pobreza muito elevada. Apesar dessas divergências, é preciso entender que houve mudança no cenário estadual que impactaram diretamente em algumas das variáveis adotadas pelo IPM. Por exemplo: a) o programa do Governo Federal “Luz para Todos” que age diretamente sobre um dos componentes do índice, ampliando o número de acessos a esse serviço, e; b) do mesmo modo, o programa do Estado “Viva Luz” que complementa a atividade do governo Federal ao arcar com os custos relativos ao consumo de energia elétrica das famílias de baixa renda; c) Outro fator que apresentou bastante mudança foi o de “crianças matriculadas nas escolas”, pois sendo este um pré-requisito do Governo Federal para que a família venha a ter acesso ao auxílio monetário de combate a fome e a pobreza, o número de crianças em idade escolar que estão fora da escola foi reduzido de forma significativa.

Pelo exposto, apesar do IPM ser divergente do índice monetário, seria um erro dizer que ele não tem validade para identificar quem é ou não pobre. É verdade também que seria um erro dizer que ele representa de forma fidedigna a quantidade

de pobres no Estado. Antes, é preciso entender que as diferentes metodologias geram uma situação de complementaridade e não de exclusão quando o que se tem no centro da discussão é identificar os pobres.

Como exposto, houve melhora em todos os componentes do IPM e também houve um aumento da renda obtida pelas famílias de menor renda, portanto, mais importante que saber qual indicador é mais preciso, é perceber que cada um dos deles contribuem como ferramenta de percepção do desenvolvimento social.



CAPÍTULO IV

EVOLUÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO MARANHÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2010



O problema da pobreza, independente do espaço que se estuda, possui uma série de características que são indissociáveis ao fenômeno, mas também possui uma série de peculiaridades que são advindas da heterogeneidade econômica e principalmente social desse espaço. Essa configuração, portanto, gera o entendimento de que a pobreza é um fenômeno complexo, e que o esforço para a sua mensuração carrega uma série de pressupostos que visam expressar de forma “sintética” as diversas privações vividas pelas pessoas que se encontram em tal situação.

Neste trabalho, em virtude da complexidade envolvida no processo de criação de um indicador sintético de mensuração da pobreza, não se tem como propósito a construção de uma linha de pobreza, em vez disso, preferiu-se adotar como referência os parâmetros estabelecidos na Lei nº 8.742/93¹⁹ que considera famílias extremamente pobres aquelas que auferem rendimento *per capita* mensal de até ¼ do salário mínimo.

As justificativas quanto à escolha deste parâmetro são:

- Trata-se do parâmetro que, institucionalmente, o país utiliza como pré-requisito básico para o ingresso de uma família nos programas sociais do Governo Federal, e;
- Este critério possui a vantagem de ser amplamente conhecido. As famílias que possuem renda *per capita* de até ¼ do salário mínimo encontram-se em situação de extrema pobreza e as que possuem renda *per capita* de até ½ do salário mínimo, encontram-se em situação de pobreza.

Dedecca et al. (2012, p. 28) ao estudar a pobreza rural no Brasil, menciona que:

Em uma sociedade onde o consumo corrente da população se faz predominantemente via relações de troca estabelecidas por meio da moeda, não se justifica desconsiderar a renda monetária como um critério relevante para a mensuração da população pobre. Mesmo em uma perspectiva multidimensional, é quase impossível, metodologicamente, não se adotar a

¹⁹ Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, foi alterada pela Lei Nº 12.435, de 6 de Julho de 2011.

renda como primeiro critério para a definição da situação de pobreza.

Sobre essa questão, a Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, em entrevista à Revista Carta Capital no dia 20 de setembro de 2011, comentou que quando se trata de medidas de pobreza cada pesquisador tem sua opinião, portanto há quem aponte dezenas de linhas de pobreza, e “[...] isso talvez seja interessante para fins de pesquisa, mas não para a execução de políticas públicas”. A ministra acrescenta ainda que o valor de R\$ 70,00 *per capita* coincide os parâmetros internacionais de definição da extrema pobreza,²⁰ posto que a Organização das Nações Unidas estabeleceu como linha “[...] o rendimento diário de 1,25 dólar, o que, na cotação de hoje, dá perto de 67 reais no mês”.²¹

Pelo exposto, vale destacar ainda que foi adotada neste trabalho uma linha de pobreza monetária, não com o intuito de se afastar do reconhecimento da pobreza enquanto um fenômeno multidimensional, pois se entende que o fenômeno pobreza é bem mais abrangente. Este corte, por sua vez, foi determinado como ponto inicial de delimitação do número de pessoas pobres, para posteriormente partir para uma análise mais abrangente sobre a pobreza rural.

4.1 Evolução da pobreza extrema no Maranhão no período de 2000 a 2010

Segundo Sachs (2005, p 50) “considera-se que o país como um todo sofre de pobreza extrema se a proporção da população na miséria é de pelo menos 25% do total” e considera-se que um país apresenta um grau de pobreza moderado, quando este não sofre de pobreza extrema, “[...] mas pelo menos 25% das famílias são extremamente pobres ou moderadamente pobres”.²²

Então, a partir desse pressuposto pode-se concluir que em 2000 o Maranhão se caracterizava como uma área em uma situação de pobreza extrema, já

²⁰ É importante deixar claro que o valor utilizado como linha da extrema pobreza em 2010 (R\$ 70,00 *per capita*), equivale a ¼ do salário mínimo que vigorava no ano de 2000, atualizado pelo IPCA a preços de 2010.

²¹ Valor referente ao ano de 2010.

²² A pobreza moderada que Sachs (2005, p. 50) se refere, são as famílias que estão em situação de pobreza, isto é, vivem com uma renda familiar per capita de até US\$ 2,00 por dia.

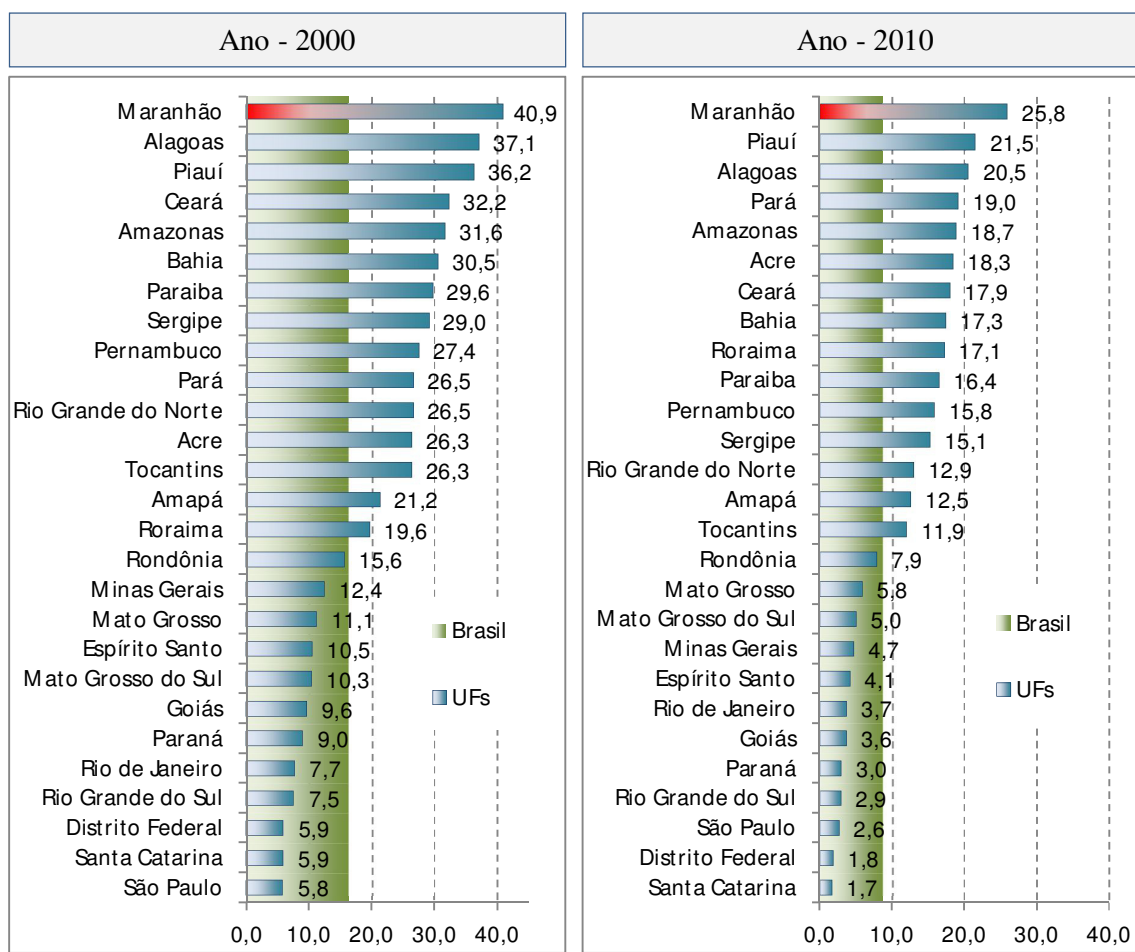
que 40,9% das pessoas residentes no Estado encontravam-se em situação de miséria e 66,9% em situação moderada de pobreza.

Em 2010 o percentual de pessoas extremamente pobres e pobres no Estado passou para 25,8% e 41,3%, respectivamente. Embora este resultado, quando comparado com os de 2000 mostrem que houve uma significativa redução do pauperismo no Estado, ainda assim, segundo o critério apontado por Sachs, o Maranhão sofre de pobreza extrema.

Como sabemos, a pobreza extrema é aquela em que a família não é capaz de satisfazer as suas necessidades mínimas de sobrevivência, ou seja, são pessoas que vivem em uma situação na qual a sua sobrevivência se torna uma luta diária.

Olhando com mais atenção para esta categoria de pobreza (**Gráfico 3**), verifica-se que, dentre os 27 Estados da Federação, o Maranhão, tanto em 2000 como em 2010, lidera o *ranking* como o Estado com maior percentual de pessoas extremamente pobres. Vale destacar ainda, que em 2000 haviam 13 Estados (todos da Região Norte e Nordeste) que se encontravam em situação de pobreza extrema, porém somente o Maranhão permaneceu em 2010 com um percentual de pobreza extrema acima de 25%.

GRÁFICO 3 - Percentual de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza – Brasil e Unidades da Federação (Anos - 2000 e 2010)



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010 (Microdados)

O **Mapa 1** trata do percentual da população residente em domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza nos municípios do Brasil, ele permite ter uma visão mais abrangente da pobreza extrema no país.

Em 2000, a mancha de miséria (área vermelha) concentra-se principalmente no Nordeste e no Norte do país, apresentando apenas alguns pontos isolados nas demais regiões. No referido ano, o Norte e o Nordeste circunscreviam reativamente 12,2% e 55,6% do total de pessoas extremamente pobres do país (27,1 milhões). O território do Maranhão, por sua vez, reunia 8,5% da população extremamente pobre do Brasil e 15,4% do Nordeste. Essa visão holística da geografia da miséria no país evidencia o Nordeste e em particular o Maranhão como áreas de

miséria aguda, onde o número de pessoas em extrema pobreza no total do Brasil é mais elevado que suas participações residentes no total população do país que é de 28,2% e 3,3%.

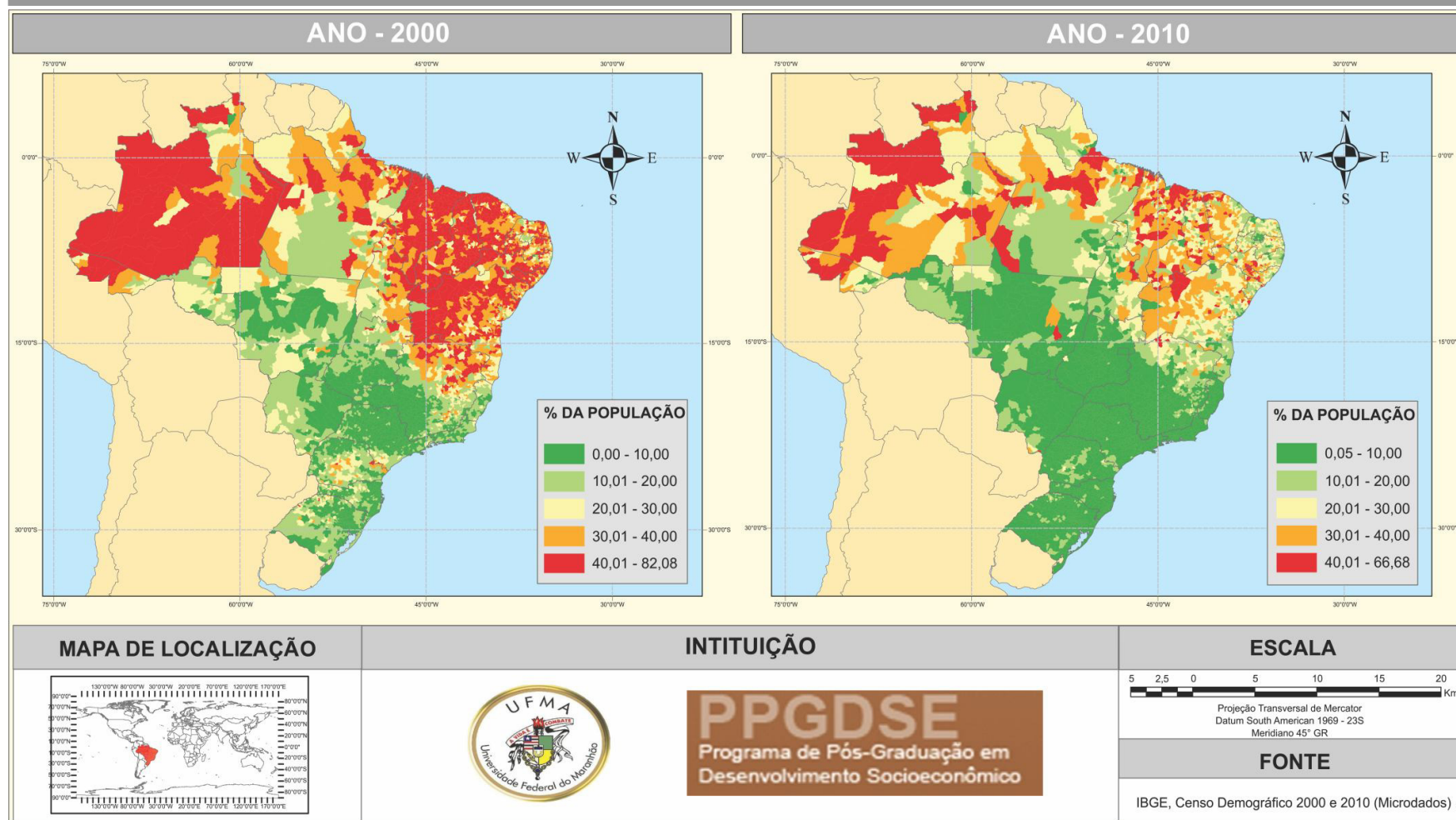
Em 2010, o Mapa 1 mostra que houve uma ampliação da faixa verde sobre a Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, ou seja, de 2000 para 2010 houve uma ampliação do desenvolvimento social nestas áreas, visto que a maioria da população passou a ter um nível de renda capaz de assegurar a sua sobrevivência. Quanto ao Nordeste, a comparação entre os anos 2000 e 2010 permite visualizar uma significativa suavização da mancha de pobreza em 2010, em que 872 dos 1.030 municípios que estavam na classe vermelha em 2000 passaram para as classes verde (8,5%), laranja (44,8%) e amarela (46,7%).

O Maranhão, por conseguinte, com um percentual de 25,8% da população em situação de miséria, engloba 10,4% do montante de pessoas classificadas como extremamente pobres no país em 2010. Tal percentual é maior do que o apresentado por toda a Região Sul (2,6%) e Centro-Oeste (4,0%), e isso se torna mais grave ainda quando se verifica que em 2010 a população residente nessas Regiões equivale, respectivamente, a 4,2 e 2,1 vezes o montante total de pessoas residentes no Maranhão.²³

Á vista disso, é possível concluir que apesar do número de pessoas extremamente pobres ter reduzido em todos os Estados da Federação, o desempenho dos Estados não foram iguais, já que 8 dos 9 Estados do Nordeste e 5 dos 7 Estados do Norte aumentaram de 2000 para 2010 a participação no número de extremamente pobres do país. O Maranhão, com o aumento de 2000 (8,5%) para 2010 (10,4%) no montante de extremamente pobres do país, sobe uma posição no ranking e passa a ser, em termos absolutos, o segundo Estado com o maior número de extremamente pobres do país em 2010, perdendo somente para a Bahia.

²³ Dados referentes ao Censo Demográfico de 2010.

Mapa 1 - Percentual da população residente em domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza, segundo os municípios do Brasil – (Anos - 2000 e 2010)



Estendendo a análise de ordenação das áreas de miséria para os 5.565 municípios do país, nota-se na **Tabela 1** que em 2000 dos vinte municípios com maior intensidade de miséria, sete eram maranhenses. Em 2010, o número de municípios maranhenses que ficou entre os vinte maiores subiu para doze, sendo que três municípios (Centro do Guilherme, Formosa da Serra Negra e Tufilândia) que estavam entre vinte no ano de 2000 não aparecem nesse *ranking* em 2010.

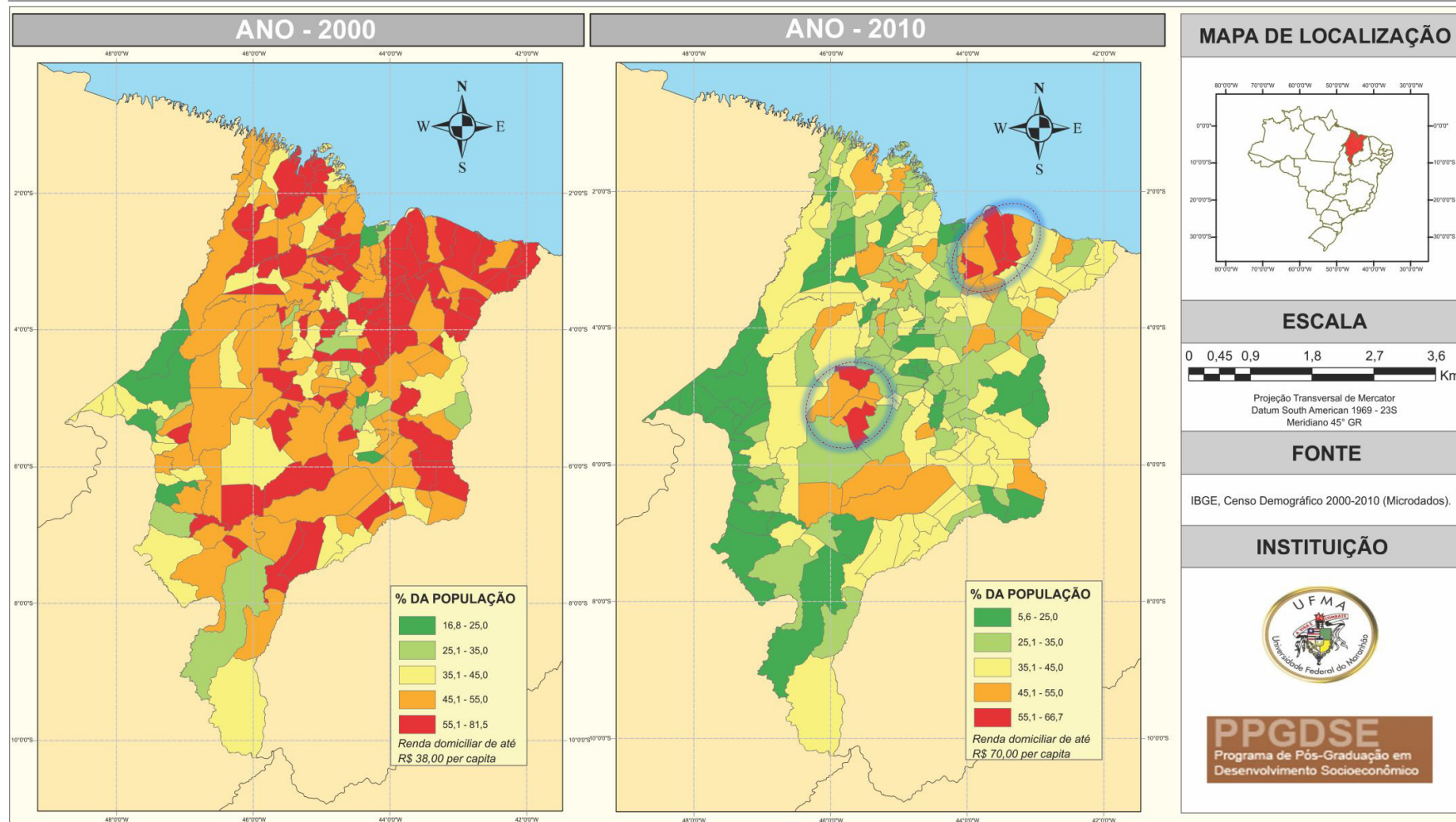
TABELA 1 - Os 20 municípios com maior percentual de pessoas em situação de extrema pobreza – municípios do Brasil (Anos - 2000 e 2010)

Ano - 2000				Ano - 2010			
UFs	Municípios	% da população em situação de extrema pobreza	População Total	UFs	Municípios	% da população em situação de extrema pobreza	População Total
AC	Jordão	82,08	4.270	MA	Marajá do Sena	66,68	8.049
MA	Belágua	81,50	5.200	RR	Uiramutã	65,79	8.360
MA	Centro do Guilherme	79,30	6.006	AM	Santa Isabel do Rio Negro	62,65	17.964
PE	Manari	75,48	12.907	MA	Belágua	60,61	6.477
RR	Uiramutã	74,52	5.541	AM	Itamarati	57,21	8.029
AL	Traipu	74,40	24.074	MA	Cachoeira Grande	56,93	8.432
PI	Betânia do Piauí	73,79	8.607	MA	Humberto de Campos	56,80	26.166
MA	Formosa da Serra Negra	73,46	13.510	AC	Santa Rosa do Purus	56,72	4.676
PI	Acauã	72,39	5.146	RR	Amajari	55,98	9.233
AM	Ipixuna	72,37	14.681	MA	Jenipapo dos Vieiras	55,83	15.412
MA	Santo Amaro do Maranhão	72,36	9.612	MA	Primeira Cruz	55,64	13.933
BA	Buritirama	71,86	17.760	MA	Mirador	54,95	20.422
AL	São José da Tapera	71,31	28.148	MA	Presidente Juscelino	54,92	11.514
MA	Presidente Vargas	71,28	10.820	MA	Santo Amaro do Maranhão	54,42	13.788
PI	São Miguel do Fidalgo	70,87	2.980	RR	Alto Alegre	54,31	16.339
AL	Senador Rui Palmeira	70,58	11.905	PI	Pau D'Arco do Piauí	53,76	3.754
MA	Tufilândia	70,29	5.526	PI	Assunção do Piauí	52,95	7.500
AM	Guajará	69,49	13.089	MA	Lagoa Grande do Maranhão	52,44	10.483
AM	Jutaí	69,48	23.014	MA	Presidente Vargas	52,42	10.708
MA	Presidente Juscelino	69,38	9.197	MA	Santa Filomena do Maranhão	51,95	7.051

Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010 (Microdados)

Esse corte arbitrário das vinte primeiras posições no ranking dos municípios com maior proporção de miséria do país, por expor uma concentração de municípios maranhenses, torna-se mais uma evidencia da grande desigualdade regional no país. Além disso, fez-se notar na Tabela 1 que todos os vinte municípios possuem uma população pequena, ou seja, as maiores taxas de pobreza se concentram em áreas onde a percepção entre o meio rural e urbano é bastante tênue.

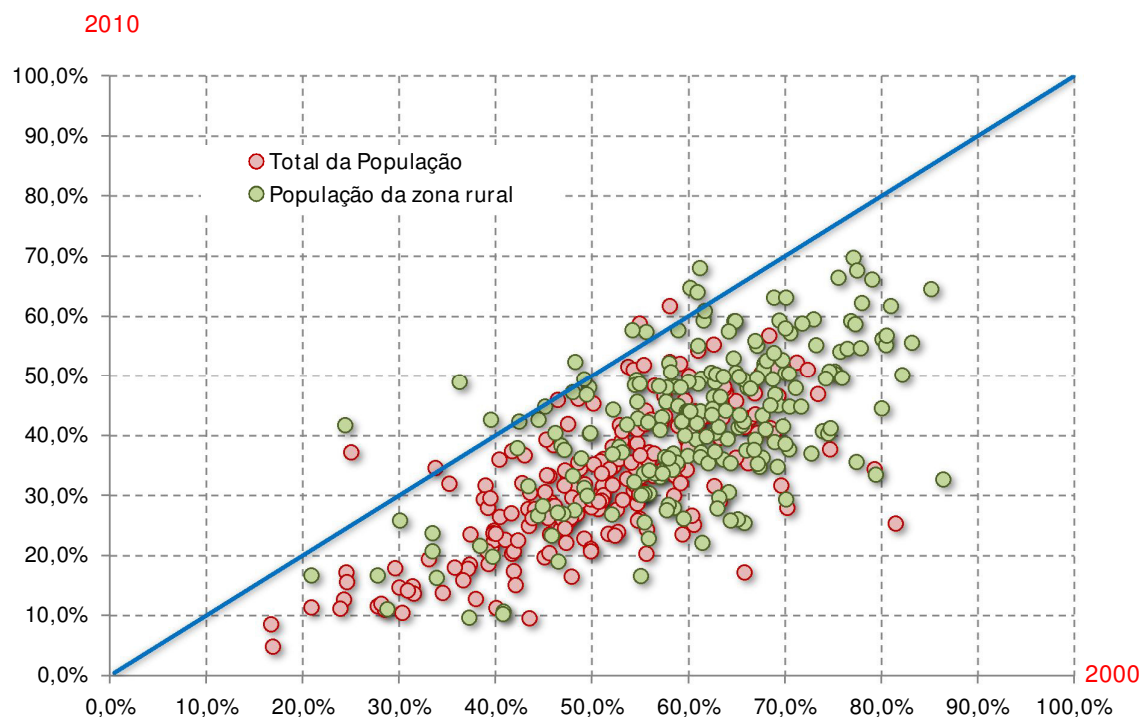
Mapa 2 - Percentual da população residente em domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza, segundo os municípios do Maranhão – (Anos - 2000 e 2010)



Apesar das considerações feitas acima, o **Mapa 2** exhibe, claramente, a redução da pobreza extrema no Maranhão, na última década. De acordo com o mapa, em 2000 havia, no intervalo de classe vermelho, 69 municípios. Em 2010, O número de municípios, no intervalo de classe vermelho reduziu-se para 6, que se concentravam nas microrregiões dos Lençóis Maranhenses, Rosário e Alto Mearim e Grajaú. No intervalo de classe laranja, segundo maior intervalo da distribuição, o número de municípios caiu na década 2000-2010 de 72 para 29. Quanto aos intervalos verde e verde-claro a ampliação do número de municípios foi de 8 para 43 e de 20 para 61, respectivamente.

Entretanto, nem todos os municípios maranhenses apresentaram uma redução do índice de miséria no período 2000-2010. De acordo com o gráfico de dispersão abaixo (**Gráfico 4**), dos 217 municípios maranhenses 4 apresentaram um aumento da parcela de indigentes no total da população, são estes: Bela Vista do Maranhão; Gonçalves Dias; Jatobá e Marajá do Sena.

GRÁFICO 4 - Dispersão entre o percentual de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza - Municípios do Maranhão (Anos - 2000 e 2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010 (Microdados)

Quanto às áreas rurais, em 10 municípios maranhenses houve um agravamento do índice de pobreza extrema, são estes: Arame; Bela Vista do Maranhão; Cândido Mendes; Gonçalves Dias; Itaipava do Grajaú; Jatobá; Marajá do Sena; Mirador; Presidente Médici; e Sítio Novo. É importante frisar ainda que, os 4 municípios que apresentaram índice pior de pobreza em 2010 contra 2000, em todos, houve uma ascensão da proporção de extremamente pobres na área rural.

Ainda sobre o espaço rural, o fato do Gráfico 4 apresentar uma dispersão dos pontos verdes acima dos pontos vermelhos, revela que, na área rural do Estado, os extremamente pobres são numerosos e, em grande parte dos casos numericamente predominantes (35% dos municípios). Portanto, para se compreender a miséria no Maranhão é necessário compreender a manifestação desta no meio rural.

4.2 A Pobreza Extrema em áreas rurais do Maranhão

Existe uma vasta literatura que busca contribuir na definição de rural, tentando estabelecer os elementos que retratam este meio, com o intuito de gerar procedimentos que ampliem a assertividade no processo de delimitação do território rural e urbano²⁴, entretanto como destaca Favareto e Seifer;

As ideias de rural ou de urbano são similares a tantas outras que só existem em relação direta com seu par oposto, tal como acontece com o masculino e o feminino, com o sagrado e o profano, com a pobreza e a riqueza. Para pensar os termos da relação entre os dois polos, a primeira dificuldade que se impõe é justamente sua própria delimitação. (FAVARETO e SEIFER, 2008, p. 56)

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a classificação da área, baseia-se nas legislações municipais vigentes no período da realização da pesquisa, no qual, consideram-se como zona urbana, as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas”, e como zona rural a área situada fora desses limites. Portanto, para o IBGE o rural é estabelecido como a área externa ao perímetro urbano, composta por: Rural, de

²⁴ Ver Garcia (2010), Ponte (2004), Favareto e Seifer (2008).

extensão urbana; Rural, povoado; Rural, núcleo; Rural, outros aglomerados, e; Rural, exclusive aglomerados.

Para Ponte (2004, p. 21) o rural precisa ser olhado não apenas como um território residual, dada a sua devida importância no conjunto da sociedade, é preciso que a definição do rural leve em conta as transformações ocorridas no campo. “Neste contexto, [...] se torna necessária uma revisão conceitual a fim de apreender este novo território para compreender sua atual configuração sem denominá-lo de urbanizado”.

Independente da discussão que se faz sobre a eficiência do método oficial no que diz respeito à captura do ponto de descontinuidade entre o rural e o urbano, não resta dúvida de que os dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 exprimem uma considerável diferença acerca do nível de pauperismo entre estas duas áreas.

Considerando a proporção de pessoas em pobreza extrema na área rural dos municípios maranhenses, constata-se que em 2000 havia 173 municípios com uma taxa pobreza extrema acima de 50% e apenas 2 municípios com taxa abaixo de 25% (Passo do Lumiar e Jatobá). Em 2010, o número de municípios que apresentavam taxas nesses respectivos intervalos era de 75 e 14, portanto, apesar da redução no número de indigentes na última década, a quantidade ainda existente possui peso expressivo no Estado.

Do ponto de vista da distribuição dessa parcela da população – os extremamente pobres - em relação ao tamanho dos municípios em termos de população, nota-se na **Tabela 2** que a taxa de pobreza extrema concentra-se de maneira quase uniforme entre as classes 1 e 5, que equivale aos municípios de até 100 mil habitantes. Quanto às classes que representam os municípios com população acima de 100 mil habitantes, a proporção de extremamente pobres cai consideravelmente. Nessas duas classes (6 e 7), o peso da população rural no total do Estado é diminuta, isso mostra que, na média, os municípios mais populosos e mais urbanizados possuem um grau de pobreza menor.

TABELA 2 - Distribuição da população total e extremamente pobre da zona rural, segundo as classes de tamanho populacional – Municípios do MA (2010)

Nº da Classe		Intervalos de Classe (Habitantes)		Maranhão		População			Extremamente pobres		
						Zona Rural					
		População Total	População em situação de miséria	Número	% na Classe	% no Total	Número	% no total da população	% na Classe	% no Total	
1	Até 5.000	27.152	8.706	12.368	45,6	0,2	5.384	19,8	61,8	0,3	
2	De 5.001 a 10.000	223.138	89.291	117.305	52,6	1,8	58.432	26,2	65,4	3,5	
3	De 10.001 a 20.000	1.281.671	460.465	685.349	53,5	10,5	321.973	25,1	69,9	19,0	
4	De 20.001 a 50.000	1.989.766	673.992	911.034	45,8	13,9	440.858	22,2	65,4	26,1	
5	De 50.001 a 100.000	974.884	262.356	354.561	36,4	5,4	168.725	17,3	64,3	10,0	
6	De 100.001 a 500.000	1.045.080	136.497	283.635	27,1	4,3	61.763	5,9	45,2	3,7	
7	Mais de 500.000	1.005.554	59.788	56.221	5,6	0,9	7.170	0,7	12,0	0,4	
Total		6.547.245	1.691.095	2.420.473	37,0	37,0	1.064.305	16,3	62,9	62,9	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Diante deste quadro, fica claro que a pobreza no Maranhão é maior em áreas rurais, é maior não somente quanto ao peso no Estado como também é mais concentrada na zona rural em todos os municípios.

Como se sabe, as medidas monetárias de pobreza buscam captar a essência da privação, por isso o reconhecimento das áreas de pobreza é importante, não apenas para identificar onde há mais desenvolvimento ou mais atraso, mas para identificar quais são as áreas que mais necessitam da atenção prioritária de políticas públicas.

Além disso, como foi abordado no capítulo 1, apesar da renda funcionar como *proxy* das privações, sabe-se que o bem estar de um indivíduo vai além da questão dos recursos monetários disponíveis. Existem várias outras questões – condições de moradia, acesso à saúde, à educação, etc. – que influenciam diretamente no nível de satisfação dos indivíduos. É verdade que uma elevação na renda possibilita níveis de consumo mais elevados e para quem luta pela sobrevivência diária, um acréscimo na renda significa mais alívio. No entanto, para que um indivíduo leve uma vida que ele tem razão para valorizar, outras dimensões devem ser buscadas, posto que a renda não é o fim e sim um dos meios para se avançar na luta pelo desenvolvimento.

4.3 Condição de habitacionais dos extremamente pobres residentes em áreas rurais no Maranhão

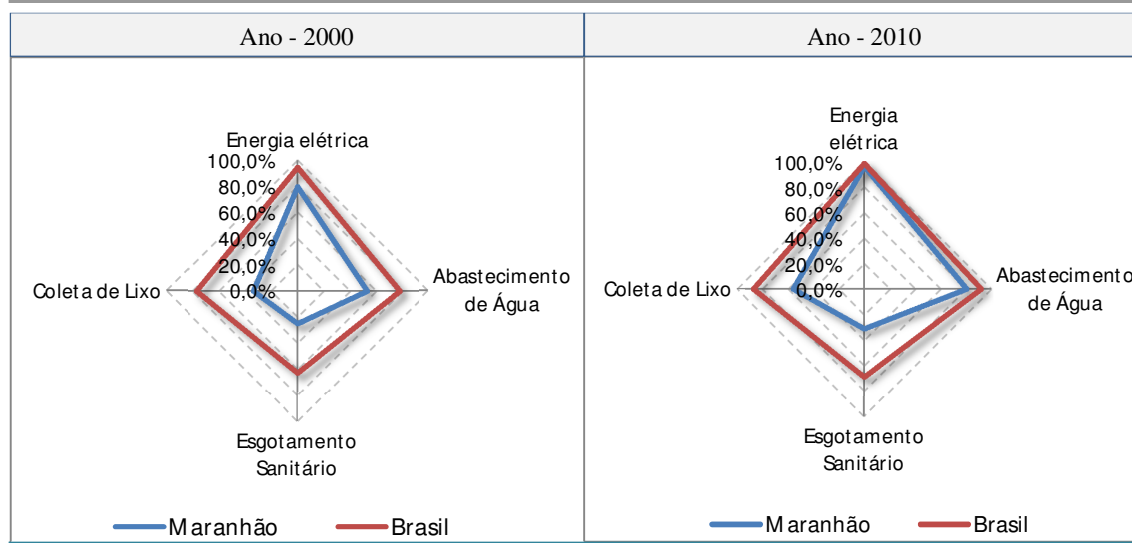
As condições habitacionais, tão quanto à renda, são extremamente importantes na promoção da qualidade de vida das pessoas. Essas condições são avaliadas não somente pela estrutura física do domicílio, mas envolve também as qualidades advindas do ambiente em que este domicílio está inserido, principalmente no que se refere à infraestrutura.

Para expressar as condições habitacionais nas áreas rurais do Maranhão, restringiu-se em abordar somente as ofertas dos serviços de utilidade pública – água, luz, saneamento e limpeza urbana – em virtude das alterações no questionário do Censo Demográfico de 2010 em relação ao de 2000.

Sobre os quatro tipos de serviços públicos citados acima, o **Gráfico 5** permite observar que, tanto em 2000 como em 2010, o acesso a água (rede geral de distribuição) e a energia elétrica eram expressivamente maiores na zona urbana. Em 2010, houve uma expansão no acesso em todos os serviços, principalmente no acesso a água e a energia elétrica, aproximando, no caso da energia elétrica, a cobertura para níveis próximo da totalidade.

Comparando os resultados do Maranhão com a média nacional, é possível notar que houve uma diminuição do “gap” entre essas abrangências, expressando que, ao longo da década, a ampliação da oferta desses serviços no Maranhão se deu acima do desempenho médio nacional. Entretanto, houve pouca mudança no quesito saneamento básico (rede geral de esgoto e fossa séptica). Esse quesito, não é passível a mudanças em um curto intervalo de tempo, além disso, em virtude do Maranhão ser um Estado com grande dimensão territorial e com uma dispersão espacial da população elevada, os custos relacionados à sua ampliação são bem onerosos.

GRÁFICO 5 - Proporção de domicílios atendidos pelos serviços de utilidade pública – Maranhão e Brasil (Anos - 2000 e 2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010 (Microdados)

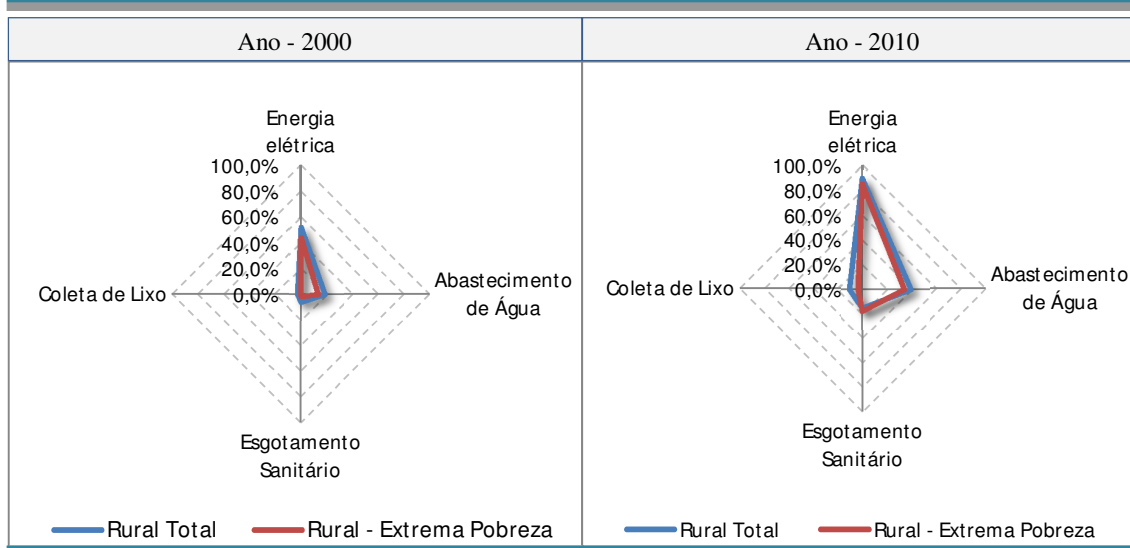
Com relação à zona rural (**Gráfico 6**) os indicadores de oferta de serviços públicos manifestam um ambiente de maior precariedade de serviços. Comparando com os indicadores do Estado (Gráfico 5), verifica-se que há um hiato entre a oferta de serviços no Estado e a oferta de serviços na área rural.

Como foi dito antes, na área rural a população se distribui de forma mais dispersa e isso dificulta a oferta de serviços públicos. Apesar disso, verifica-se que houve um grande avanço com relação à proporção de domicílios rurais com acesso a energia elétrica. Esse fator tem significativa importância para o meio rural, pois a energia facilita tanto uma melhoria da qualidade de vida (possibilita conservar alimentos, ter maior acesso aos meios de comunicação, etc) como oportuniza a utilização de máquinas agrícolas que elevam a produtividade do trabalho, fatores que somados, produzem impactos positivos sobre a pobreza monetária.

O abastecimento de água da rede pública foi o segundo serviço que teve maior aumento. A oferta desse serviço na zona rural apresenta-se menor que na zona urbana do Estado, entretanto pondera-se que, no caso do Maranhão, o consumo de água no campo não pode ser medido apenas por ligações à rede geral, existe diversas bacias hidrográficas distribuídas no território maranhense, o que facilita o acesso a água por meio de nascente, além disso, houve uma expansão do acesso a água por

meio de poços. Portanto, o menor acesso à água por meio da rede geral de distribuição, na zona rural, não significa pior acesso à água.

GRÁFICO 6 - Proporção dos domicílios com renda *per capita* na linha extrema pobreza atendidos pelos serviços de utilidade pública – Zona Rural do Maranhão – (Anos 2000 e 2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010 (Microdados)

Com relação à situação de saneamento e a coleta de lixo, o **Gráfico 6** mostra que o avanço na oferta destes serviços foi pequeno. A coleta de lixo, assim como a situação sanitária, teve uma baixa performance.

Quanto as diferenças entre a população rural total e a população extremamente pobre da zona rural, no que se refere às ofertas desses serviços, os dados plotados no **Gráfico 6** mostram que praticamente não existe diferença entre o acesso dos extremamente pobres e dos não pobres aos respectivos serviços. Isso significa que, apesar dos avanços ocorridos no Maranhão, a precariedade das condições de habitabilidade na zona rural é alta.

Em vista disso, afirma-se que o fato dos habitantes da zona rural como um todo padecerem da baixa oferta de serviços públicos, a dificuldade enfrentada por eles para progredir na escala do desenvolvimento é maior, pois a carência na oferta saneamento pode elevar a propagação de doenças provenientes da poluição ambiental, já que, quando não coletado, o lixo é queimado ou enterrado ou, em muitos casos, jogado nas adjacências dos domicílios (ruas, quintais, rios ou igarapés). No

caso do esgotamento sanitário – proporção de domicílios que escoam seus resíduos por meio de sistema de esgoto ou fossa séptica – a precariedade deste serviço pode gerar reflexos negativos sobre a saúde ao favorecer a propagação de doenças, portanto, a baixa renda acrescida a falta de serviços básicos, agrava ainda mais a luta diária pela sobrevivência dos extremamente pobres na zona rural.

4.4 Oferta de ensino e escolaridade dos residentes em área rural

A educação é um importante mecanismo para a promoção do crescimento econômico e de superação da pobreza, visto que um maior grau de instrução expande o potencial e a capacidade produtiva dos indivíduos. No longo prazo, a disseminação da educação possibilita uma diminuição das desigualdades sociais, pois distribui melhor rendimentos gerados em uma economia. Em outras palavras, a propagação da educação possibilita não só um maior desenvolvimento econômico, mas também um maior desenvolvimento social, já que amplia a capacidade dos indivíduos de alcançarem melhores condições de vida.

Para Marshall (1996, p.268), “nenhuma mudança seria mais conducente a um rápido aumento da riqueza nacional como uma melhoria das escolas [...]”. Sendo assim, e sabendo que um aumento educacional da população é reflexo, dentre outros fatores, da oferta e da qualidade do ensino, uma análise da educação básica torna-se imprescindível para o nosso estudo sobre pobreza rural.

Sobre esse aspecto, os dados do Censo Demográfico apontam que apesar da queda de 2000 (28,4%) para 2010 (20,9%) no percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, o Maranhão, ainda continua sendo no ranking dos Estados o 4º com maior taxa de analfabetismo. Comparando a área rural com a urbana, verifica-se em 2000 a proporção de analfabetos era de 41,3% e 20,5%, respectivamente. Em 2010, as taxas de analfabetismo caíram para 31,2% e 15,3%, na mesma ordem. Esses dados mostram, que existe uma grande diferencial de instrução entre os residentes da zona rural em comparação com os da zona urbana, e apesar da significativa melhora da escolaridade na zona rural, está ainda encontra-se muito aquém dos indicadores da zona urbana.

Quanto a oferta de ensino, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (**Tabela 3**), aponta que, em todo o Estado, o número de escolas na zona rural caiu, no período 2000-2010, de 11.112 para 9.962, respectivamente, enquanto na zona urbana o acréscimo foi de 3.365 para 3.866, no mesmo período.

TABELA 3 - Estabelecimentos por nível/modalidade de ensino e zona de localização - Maranhão – (Anos 2000 e 2010)

Nível de Ensino	2000			2010		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Escolas que oferecem Creche	2.037	5.058	7.095	1.761	7.259	9.020
Escolas que oferecem Pré-Escolar	2.517	10.790	13.307	2.799	9.142	11.941
Escolas que oferecem Ensino Fundamental	418	24	442	738	379	1.117
Escolas que oferecem Ensino Médio, Médio Profissional e Normal	137	7	144	130	2	132
Escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos	520	543	1.063	1.107	3.013	4.120
Total de Escolas	3.365	11.112	14.477	3.866	9.962	13.828

Fonte: INEP; SEDUC - MA

Apesar da redução nas escolas da zona rural no período 200-2010, os dados apontam uma significativa superioridade da oferta de ensino na zona rural. Entretanto, quando comparado o número de matrículas entre os dois territórios (**Tabela 4**), é possível notar que é maior o ingresso dos residentes da zona urbana no ensino básico. Além disso, os dados mostram uma redução das matrículas na zona rural.

TABELA 4 - Matrícula inicial por nível/modalidade de ensino e zona de localização - Maranhão – (Anos 2000 e 2010)

Nível de Ensino	2000			2010		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Escolas que oferecem Creche	16.542	3.468	20.010	40.258	12.416	52.674
Escolas que oferecem Pré-Escolar	162.829	91.388	254.217	158.945	114.829	273.774
Escolas que oferecem Ensino Fundamental	965.622	659.039	1.624.661	812.840	546.907	1.359.747
Escolas que oferecem Ensino Médio, Médio Profissional e Normal	199.759	6.864	206.623	278.635	45.374	324.009
Escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos	75.675	17.589	93.264	115.656	82.880	198.536
Total de Escolas	1.425.391	778.450	2.203.841	1.411.691	802.425	2.214.116

Fonte: INEP; SEDUC - MA

Comparando as duas tabelas (3 e 4), verifica-se que apesar da redução do número de escolas da zona rural que oferecem educação infantil, o número de matrículas aumentou nessa modalidade de ensino. Isso torna-se positivo, a medida em que, possibilita a inclusão da mulher no mercado de trabalho e ao mesmo tempo prepara a criança para as próximas etapas de ensino.

No que se refere a qualidade da estrutura de ensino (**Tabela 5**), fica nítido a diferença entre a estrutura das escolas da zona rural em relação às da zona urbana, pois enquanto na zona urbana todas as escolas possuem abastecimento de água e energia, na zona rural o número de escolas que possuíam esses serviços em 2010 eram de 52,0% e 78,8%, respectivamente. Esses fatores, somados ao baixo número de escolas que possuem prédio escolar próprio refletem negativamente no ensino da zona rural.

A formação dos docentes também mostra-se desigual. Em 2000, enquanto na zona urbana o percentual de docentes com formação superior era 23,0%, na zona rural o percentual era de apenas 2,3%. Em 2010, houve crescimento do percentual de docentes com formação superior nas duas áreas, passando para 50,4% e 27,0%. Portanto, apesar da melhora, a formação dos docentes na zona rural, apresenta-se menos favorável ao desenvolvimento do ensino, quando comparado com a zona urbana.

TABELA 5 - Estabelecimentos por nível/modalidade de ensino e zona de localização - Maranhão – (Anos 2000 e 2010)

Zona	Total de Escolas	% de Escolas que funcionam em prédio escolar	% de Escolas com abastecimento de água da rede pública	% de Escolas com energia elétrica da rede pública
Rural	9.962	72,7	52,0	78,8
Urbana	3.866	94,7	100,0	100,0
Total	13.828	78,9	65,8	84,7

Fonte: INEP; SEDUC - MA

É importante destacar que, para a oferta e acesso ao ensino, a distinção entre rural e urbano é bastante tênue, já que, com frequência, alunos da zona rural matriculam-se em escolas da zona urbana. Porém olhando somente para os dados

apresentados, destaca-se que existe um descompasso entre a qualidade do ensino da zona urbana com relação ao da zona rural.

Como foi falado antes, existe uma grande relação entre o rendimento do trabalho e a escolaridade das pessoas. Avaliando essa relação entre na zona rural (**Tabela 6**), nota-se uma grande concentração das pessoas ocupadas com uma escolaridade inferior ao ensino fundamental completo (72,2% das pessoas ocupadas). Olhando para esse nível de ensino, observa-se que ele circunscreve 86,04% das pessoas ocupadas, cuja família é extremamente pobre. Diante disso, ressalta-se a relação positiva entre educação e renda, afirmando que o acesso ao ensino é uma necessidade básica para a formação de profissionais mais qualificados e apresenta-se como fator para melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e, consequentemente da redução da pobreza no campo, já que uma maior escolaridade, descredencia o trabalhador na disputa por postos de trabalhos melhor remunerados.

TABELA 6 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo os níveis de instrução - Maranhão – (Ano 2010)

Rótulos de Linha	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado	Total Geral
Sem rendimento	31.555	3.582	1.583	66	134	36.920
Até R\$ 63,75	149.483	18.017	5.269	115	607	173.491
Mais de R\$ 63,75 a R\$ 127,50	116.784	18.210	9.064	395	748	145.201
Mais de R\$ 127,50 a R\$ 255,00	148.566	31.742	26.706	2.230	1.266	210.510
Mais de R\$ 255,00 a R\$ 510,00	94.575	24.834	31.910	3.481	926	155.726
Mais de R\$ 510,00 a R\$ 1020,00	24.904	7.101	15.550	3.584	380	51.519
Mais de R\$ 1020,00 a R\$ 1530,00	3.131	1.101	2.882	1.523		8.637
Mais de R\$ 1530,00 a R\$ 2550,00	1.145	602	1.775	1.346		4.868
Mais de R\$ 2550,00 a R\$ 5100,00	503	243	959	886		2.591
Mais de R\$ 5100,00	145		219	205		569
Total Geral	570.791	105.432	95.917	13.831	4.061	790.032

Fonte: INEP; SEDUC - MA

De acordo com os dados apresentados, apesar da precariedade do ensino, houve um grande avanço no grau de instrução dos residentes na zona rural. As políticas governamentais de incentivo a educação (Bolsa Escola e Bolsa Família), contribuíram muito para isso, diminuindo o abandono ou a interrupção dos estudos de vários jovens, que em virtude de uma baixa renda familiar eram obrigados a ingressar precocemente no mercado de trabalho.

Os dados apresentados acima, mostraram ainda, um grande acréscimo do número de matrículas no nível de ensino Educação de Jovens e Adultos, saindo de 17,5 mil matrículas em 2000 para 82,8 mil em 2010. Entretanto, ainda há um elevado estoque de analfabetos na zona rural, e esta deficiência no ensino, ao mesmo tempo que é uma consequência da pobreza, por dificultar o acesso ao ensino, apresenta-se também como causa, posto que influencia no rendimento do trabalho.

4.5 As Políticas governamentais de combate à pobreza e suas implicações sobre a pobreza em áreas rurais

Segundo Helfand e Pereira (2012, p. 122) a constituição de 1988 representou um marco importante na seguridade social no meio rural. Tal referência se deve ao fato de que a Constituição de 1988 estabeleceu o acesso aos serviços de saúde, educação, saneamento básico, previdência e assistência social como direitos de todos e dever do Estado.²⁵

Para Andrade (2004, p. 52) “[...] a Constituição de 1988 trouxe à tona a ideia de política social como instrumento de inclusão social, através de políticas universalistas e de extensão de direitos sociais às camadas mais pobres da população”.

Portanto, ao tornar constitucional a questão da seguridade social a Constituição de 1988 alicerça a base para a implementação de políticas com foco na redução da pobreza. Isso fica ainda mais evidente no art. 23. Capítulo II, da união, que descreve ser comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Na década de 90, mais especificamente em 1995, com a realização da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhague, 185 representantes de governo – entre eles o Brasil – assumiram o compromisso de promover ações de

²⁵ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: art. Capítulo II, da Seguridade Social, seção I - Disposições Gerais; seção II – Da Saúde; seção III – Da Previdência Social; seção IV – Da Assistência Social e Capítulo III – Da Educação, Cultura e do Desporto, seção I – Da Educação.

combate à pobreza absoluta. Esse desafio assumido pelos países, dar ainda mais destaque para a preocupação da pobreza, pois insere a luta pela erradicação da extrema pobreza como um objetivo da ação governamental a nível internacional.

Outra reunião aconteceu em setembro de 2000, na Cúpula do Milênio da ONU, com 147 chefes de Estado e de governo, representando 189 países – entre eles o Brasil. Nesta, ao assumirem o compromisso de cumprir até 2015 os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os países participantes novamente reafirmaram o compromisso de combater a extrema pobreza, visto que, o primeiro dos oito objetivos estabelecidos é o de combater a fome e a miséria no Mundo.

A partir daí, o tema pobreza ganhou ainda mais destaque a nível internacional e no cenário nacional. Neste último, as oito Metas de Desenvolvimento do Milênio propostos através da Declaração do Milênio das Nações Unidas tiveram grande influência nos planos de governo dos anos 2000.

Diante disso, e na certeza de que há uma grande correspondência entre estes eventos e as mudanças do nível de pobreza auferido no Maranhão e no Brasil entre os anos 2000 e 2010, explana-se nos tópicos a seguir, as principais estratégias de governo durante os anos de 2000 no que se refere à atenuação dos altos níveis de pobreza no país.

Mas é preciso estar ciente que, conforme destaca Grynspan (1997, p. 108), as políticas de combate à pobreza, contemplam diversas políticas, como: Políticas sociais setoriais (voltadas para atender a demanda por serviços de educação, saúde, serviços básicos, infraestrutura, etc.); Políticas de apoio à capacidade produtiva (voltadas ao apoio das atividades produtivas em pequena escala e a capacitação profissional); Políticas de apoio à organização social (com o intuito de ampliar a participação dos pobres nas decisões que os afetam); Políticas de apoio aos níveis de consumo (políticas assistencialistas e compensatórias); e Políticas trabalhistas e salariais (voltadas para melhorar as condições de trabalho, para proteção contra a desvalorização do salário e para a criação de ofertas de emprego).

Portanto os diversos programas de governo, de uma forma ou de outra, influenciam no objeto de estudo deste trabalho, então falar de tudo que produz efeito sobre a pobreza seria falar de todo o plano de governo, o que não é nosso objetivo.

Por este motivo, estabeleceu-se como restrição, falar apenas dos programas voltados para o “*alívio da pobreza*”, ou seja, programas de caráter mais imediato (assistencialista), focalizadas principalmente sobre os grupos mais vulneráveis.²⁶

4.5.1 Governo de Fernando Henrique Cardoso

Fernando Henrique Cardoso foi presidente do Brasil por dois mandatos seguidos (1995 a 1998 e 1999 a 2002). No primeiro mandato, o principal foco do seu governo foi assegurar a estabilidade econômica. Tal afirmação pode ser comprovada na Lei Nº 9.276, de 9 de Maio de 1996, que discorre sobre o Plano Plurianual (PPA) de 1996/1999, segundo esta, o PPA tinha “[...] como premissa básica a necessidade de consolidação da estabilidade de preços, a retomada dos investimentos produtivos e a deflagração de uma nova fase sustentada de desenvolvimento”. Sendo que essas prerrogativas seriam consequências da estabilidade e, ao mesmo tempo, condição para a sua consolidação.

Entretanto, houve significativos avanços na área social, principalmente na área de saúde e educação, tais como: descentralização do SUS e distribuição gratuita de material didático e pedagógico aos alunos carentes. No que se refere à assistência social, foi instituído a Previdência Rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) em favor de idosos e pessoas portadoras de deficiências cuja renda *per capita* de suas famílias era inferior a ¼ do salário mínimo.

Estes programas, instituídos na Constituição Federal de 1988²⁷, foram implementados apenas no ano de 1996 e tiveram grande contribuição para a redução da pobreza rural, pois a partir de então, os trabalhadores rurais de ambos os sexos e os que exercem atividades em regime de economia familiar – nestes estão incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal – ao completarem sessenta e

²⁶ Expressão extraída do artigo de Cohn (1995, p. 6-7).

²⁷ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: art. Capítulo II, da Seguridade Social, seção III–Da Seguridade Social, Inciso 7º, Item II.

cinco anos de idade, independente de contribuição prévia para o regime de seguridade social, passaram a ter direito a este benefício.

Além destes, foi criando também no ano de 1996 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Este programa tinha como objetivo retirar as crianças, com idade de 7 a 15 anos, de trabalhos com alto índice de salubridade e/ou de periculosidade. O benefício era concedido, por criança, para famílias que não mais permitissem que suas crianças nessa faixa etária fossem submetidas a trabalhos e que se comprometessem a fazer com que as crianças tivessem uma frequência escolar de pelo menos 75%. O valor do benefício era de R\$ 25,00 para famílias residentes em área rural e de R\$ 40,00 para as de área urbana. O PETI transferia ainda recursos para os municípios com alto índice de trabalho infantil que ampliassem suas atividades escolares, aumentando assim, o tempo de permanência dos alunos na escola e evitando que estes exercessem algum trabalho quando não estivessem em horário de aula.

No segundo mandato – período que se insere no intervalo de tempo delimitado por esta dissertação – houve maior preocupação do governo Fernando Henrique sobre a pobreza. Em 2001, novos programas de renda mínima foram criados pelo governo federal, como: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás.

O Programa Nacional Bolsa-Escola (PNBE) era um programa de transferência de renda direta para famílias carentes que tinham crianças. De acordo com o Decreto Federal 3.823/01, de 28 de maio de 2001, estariam aptas a participar do programa as famílias que apresentassem comprovação de renda *per capita* inferior a R\$ 90,00 ($\frac{1}{2}$ salário mínimo da época) e que tivessem filho(s) e/ou dependente(s) de idade entre seis e quinze anos matriculados e frequentando o ensino fundamental. Dessa forma, este programa condicionava as famílias a manterem seus filhos estudando, em vez de exercendo alguma atividade laboral (trabalho infantil), protegendo assim, o futuro da criança.

A respeito do Bolsa-Alimentação, que visava combater a mortalidade infantil e a desnutrição em crianças de famílias pobres (famílias com renda per capita mensal de $\frac{1}{2}$ salário mínimo), o valor mensal recebido pelas famílias variava de R\$ 15,00 – para o atendimento de uma família com uma criança entre 0 e 6 anos ou

mulher grávida – a R\$ 45,00 – que equivalia ao atendimento de três crianças de 0 a 6 anos. Para atingir os objetivos que o criaram, a principal condicionalidade deste programa era o comprometimento da família com a saúde da criança.

Auxílio-Gás, por sua vez, era coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) que pagava o valor de R\$15,00 a cada dois meses para as famílias com renda de até 1/2 salário mínimo. Seu principal objetivo era auxiliar o combate à desnutrição infantil.

Além destes, vale destacar ainda o Seguro-Safra, que era um programa voltado especificamente para as famílias que viviam no campo. No valor de R\$ 100,00 e poderia ser concedido mensalmente por até seis meses para famílias em situação de risco nas áreas de seca.

Vale destacar que além destes, vários outros programas faziam parte da Rede de Proteção Social do governo de Fernando Henrique Cardoso. Sendo que esta rede foi construída com esforço conjunto entre o Governo Federal (Projeto Alvorada)²⁸, estadual, municipal e de ONGs (Comunidade Solidária).

4.5.2 Governo de Luís Inácio Lula da Silva

No período de 2003 a 2010 o Governo Federal, sob o comando do presidente Luís Inácio Lula da Silva, assumiu a responsabilidade de continuar o combate à pobreza. Influenciado pelo compromisso assumido pelo país de buscar atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Plano Plurianual 2004/2007 estabelece a Dimensão Social como o primeiro dentre os três megaobjetivos do governo.²⁹

²⁸ O Projeto Alvorada era um projeto do Governo Federal que contava com a parceria dos governos estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, buscando criar as condições necessárias para reduzir a pobreza e as desigualdades regionais do País. As diretrizes básicas do Projeto Alvorada foram estabelecidas no Decreto no 3.769, de 8 de março de 2001.

²⁹ Ver Plano Plurianual 2004/2007 em: http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/PPA/Elaboracao:PL?p_ano=2004&p_ppa=2004.

A mensagem presidencial do PPA (2003, p. 6) dizia: “a essência deste Plano Plurianual é fazer da justiça social a nova alavanca do desenvolvimento”. Para isso, o PPA mencionava que:

Os problemas fundamentais a serem enfrentados são a concentração social e espacial da renda e da riqueza, a pobreza e a exclusão social, o desrespeito aos direitos fundamentais da cidadania, a degradação ambiental, a baixa criação de emprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias trabalhadoras. (PPA, 2003, p. 14)

Dentro deste contexto, o governo Lula decidiu manter todas as políticas de combate à pobreza implementadas na gestão anterior – o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, e o Auxílio-Gás – unificando-os no programa denominado Bolsa-Família. Além destes, foi unificado ainda ao Bolsa-Família o Cartão-Alimentação, que era benefício concedido para famílias com uma renda familiar per capita menor do que metade do salário mínimo. O valor concedido (R\$ 50,00) durante um período de 6 meses poderia ser prorrogado até 18 meses caso a família ainda demonstrasse padecer de insegurança alimentar. Este programa fazia parte do Fome Zero e estava, no início de 2003, em evidência na agenda governamental, apesar dos vários problemas de ordem operacional que estava enfrentando.³⁰

O programa Bolsa-Família, portanto, integra a estratégia Fome Zero, visando alcançar a estratégia do governo federal de assegurar “o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome” (PPA 2004/2007).

Este programa (PBF) foi instituído pela Lei 10.836, de janeiro de 2004, cuja administração ficou a cargo do recém-criado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), posto que sua missão é promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza.

³⁰ Ver Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios /organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto. Brasília: Ipea, 2010. p. 89.

Quanto à composição do benéfico, havia uma fixa (básico) e outra variável. O benefício básico, no valor de R\$ 50,00, se destinava apenas as unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza – famílias com renda per capita de até R\$ 50,00, já o benefício variável era concedido tanto para famílias em situação pobreza extremas, como para famílias em situação de pobreza (famílias com renda *per capita* de até R\$ 100,00). Estando aptas a participar, somente unidades familiares que tinham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 15 anos. O valor do benefício mensal era de R\$ 15,00 (quinze reais) por beneficiário, com limite de R\$ 45,00 (três benefícios).

Por ser cumulativo, o valor máximo que uma unidade familiar poderia receber em transferências diretas de renda era de R\$ 95,00. Caso houvesse perda monetária para a família, decorrente do processo de migração dos programas anteriores para o Bolsa-Família, ela receberia um Benefício Variável de Caráter Extraordinário que visava reparar as perdas.

Para uma família ingressar no PBF, ela precisa inscrever-se no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico), que fica a cargo dos municípios e atender aos requisitos citados. Outra vantagem deste programa é a exigência de uma contrapartida do beneficiário para que tenha ou continue a ter acesso ao programa, pois ao mesmo tempo em que a transferência de renda promovia o alívio imediato da pobreza, as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

As condicionalidades exigidas pelo programa são: visitas regulares ao posto de saúde para realização de exames periódicos do pré-natal ao acompanhamento nutricional; acompanhamento de saúde; à frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular para as crianças em idade escolar, a atualização do cartão de vacinação para crianças entre 0 e 6 anos.

Vale destacar que este era o principal programa de transferência de renda do governo federal e que durante o governo em questão, algumas mudanças de

critério de elegibilidade das famílias foram feitos, principalmente nos cortes de renda e nos valores benefícios.³¹

Além do PBF vários programas finalísticos foram criados ou ampliados para atender as demandas e necessidades da sociedade na área de saúde, educação, habitação. Na área da agricultura, a alocação dos recursos se fez, no fortalecimento da agricultura familiar, reforma agrária, capacitação dos produtores rurais, apoio à gestão das formas associativas de produção, na ampliação do acesso ao crédito e no desenvolvimento da Agricultura Irrigada através do abastecimento de água em zonas do semiárido.

4.5.3 Governo de Dilma Rousseff

O governo de Dilma Rousseff iniciado em 2011 intensificou ainda mais o Programa Bolsa-Família, e os valores dos diversos benefícios ficaram assim distribuídos:

- No Benefício Básico o valor de repasse mensal passou a ser de R\$ 70,00 e é concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 per capita, ou seja, é concedido a famílias em situação de pobreza extrema;
- O Benefício Variável, por sua vez, subiu para R\$ 32,00 e é concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 per capita, desde que tenham crianças\adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrízes. Sendo que cada família pode receber agora até cinco Benefícios Variáveis, ou seja, até R\$ 160,00.
- O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), criado pela Lei nº 11.692, de 2008, e concede um valor de R\$ 38,00 a todas as famílias situação de pobreza extrema que tenham em sua composição adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios.

³¹ Ver LEI Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

- O Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP) é o mais recente dos benefícios. Criado inicialmente para atender as famílias com crianças de zero a seis anos foi para até 15 anos. Este benefício, também conhecido como Brasil Carinhoso, tem como finalidade retirar da extrema pobreza as famílias que mesmo recebendo PBF não superaram o patamar de R\$ 70,00. O valor do benefício, portanto, corresponde ao montante de renda necessário para que a família supere os R\$ 70,00 mensais per capita.

Todas essas transferências, conforme o **Quadro 1** abaixo, resultam num valor que as famílias podem receber mínimo e máximo de R\$ 32,00 e R\$ 306,00, respectivamente, sendo que isto depende exclusivamente da renda e da composição da família.

QUADRO 1 - Composição de Valores do Programa Bolsa Família - 2012

Renda <i>per capita</i> familiar mensal	De R\$ 70,00			De R\$ 70 a R\$ 140		
Número de jovens de 16 e 17 anos de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	0	1	2	0	1	2
0	R\$ 70,00*	R\$ 108,00	R\$ 146,00	-	R\$ 38,00	R\$ 76,00
1	R\$ 102,00	R\$ 140,00	R\$ 178,00	R\$ 32,00*	R\$ 70,00	R\$ 108,00
2	R\$ 134,00	R\$ 172,00	R\$ 210,00	R\$ 64,00	R\$ 102,00	R\$ 140,00
3	R\$ 166,00	R\$ 204,00	R\$ 242,00	R\$ 96,00	R\$ 134,00	R\$ 172,00
4	R\$ 198,00	R\$ 236,00	R\$ 274,00	R\$ 128,00	R\$ 166,00	R\$ 204,00
5	R\$ 230,00	R\$ 268,00	R\$ 306,00**	R\$ 160,00	R\$ 198,00	R\$ 236,00**

Fonte: MDS

(*) Benefício Básico

(**) Benefício Máximo - Não se aplica a famílias beneficiárias do BSP.

Todos esses benefícios do PBF fazem, no Governo de Dilma Rousseff, parte do Plano Brasil Sem Miséria, que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Tal plano assumiu o compromisso de acabar até ano 2015 com a extrema pobreza no Brasil através da inclusão social e produtiva, posto que os mais desfavorecidos além da falta de renda, padecem também

de instrução, acesso à terra e insumos para produção, saúde, moradia, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e acesso a oportunidades.³²

No meio rural o plano busca promover o aumento das capacidades e oportunidades não só através da Garantia de Renda mais também através da Inclusão Produtiva, sendo que os meios citados para aumentar a produção no campo são: Acesso aos meios de produção; Assistência técnica e acompanhamento das famílias, e; Acesso aos mercados e Autoconsumo.

Dentro deste contexto, o governo disponibiliza sementes e mudas de qualidade da Embrapa, busca ampliar o acesso à água e a luz, e disponibiliza assistência técnica – Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) – em uma proporção de um técnico de nível superior e dez técnicos de nível médio para cada mil famílias. Tudo isso, visando aumentar a produção no campo de destinação tanto para o autoconsumo como para o mercado, sendo que este último também recebe apoio do governo federal.

Além disso, o governo cede um fomento, a fundo perdido, no valor de R\$ 2.400, pagos em parcelas semestrais durante dois anos, para que os agricultores pobres tenham acesso a insumos e equipamentos, e beneficia também com repasses trimestrais de R\$ 300,00 as famílias que fazem parte do PBF na situação de extrema pobreza e que conservam ativos ambientais em suas propriedades (Bolsa-Verde).

3.5.4 Influência dos programas assistencialistas (Bolsa-Escola e Bolsa-Família) e da previdência sobre montante da pobreza

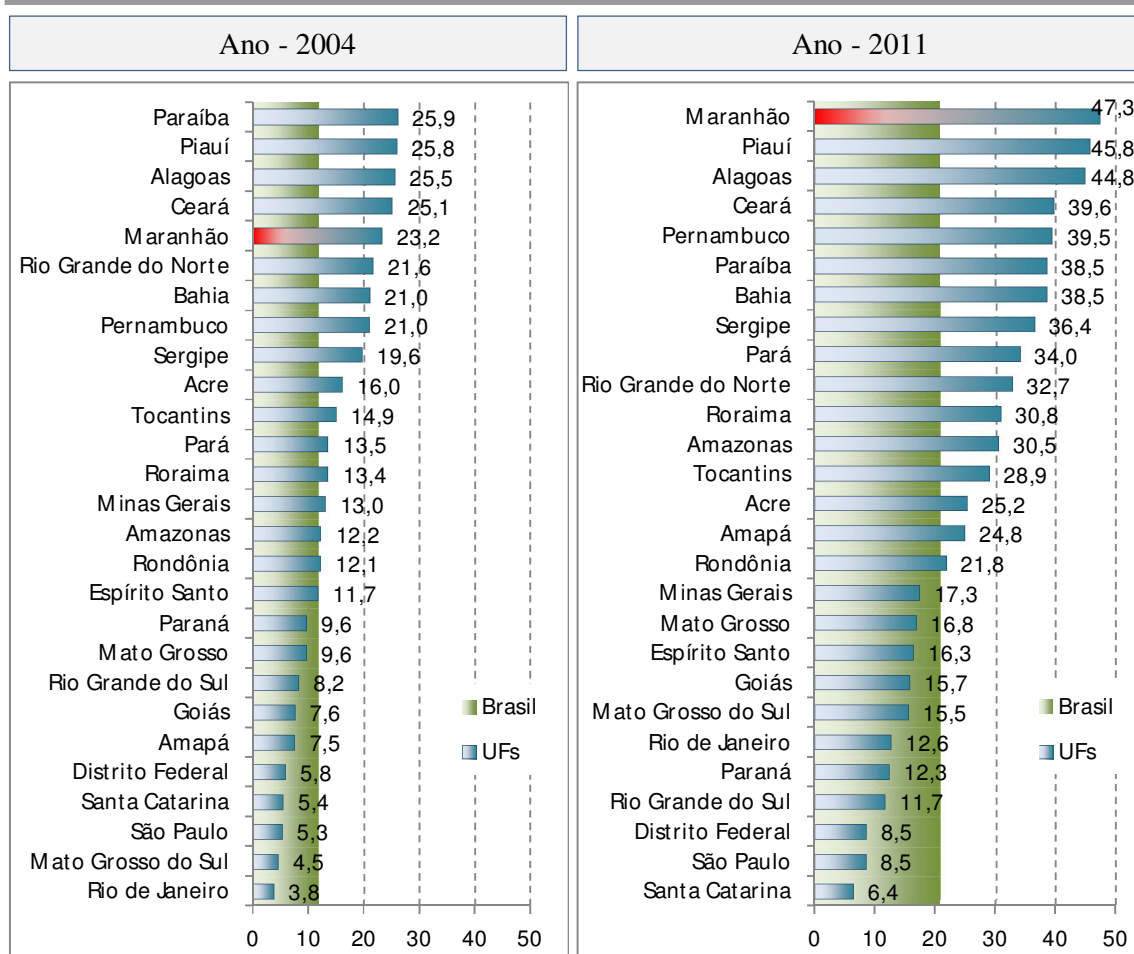
Em uma conversa com um morador da zona rural do município de Brejo – MA sobre presidentes e assistência social, este homem usou a seguinte expressão: “só sei que foi na época de Fernando Henrique que os pobres passaram a ter vez”. Tal expressão reflete bem os tópicos anteriores que tratam das políticas governamentais de caráter assistencialista, pois como vimos, a década de 2000 foi marcada por um

³² Ver Caderno do Plano Brasil Sem Miséria em http://www.cve.saude.sp.gov.br/hm/hans/pdf/Caderno_Brasil_Sem_Miseria.pdf

crescente direcionamento das ações públicas para desenvolvimento social, priorizando, principalmente, a redução dos níveis de penúria de grande parcela da população brasileira.

Para compreender melhor a dimensão que tais políticas alcançaram, o **Gráfico 7** que exibe o percentual de benefícios do Programa Bolsa-Família em relação ao total de famílias, nos anos de 2004 para 2011,³³ revela uma grande expansão do Programa.

GRÁFICO 7 - Percentual de benefícios do Programa Bolsa-Família em relação ao total de famílias – Brasil e Unidades da Federação – (Anos - 2004 e 2011)



Fonte: MDS; IBGE(PNAD)

³³ Utilizou-se o ano de 2004 em vez de 2000 por não existir dados quantitativos sobre famílias que recebiam o benefício do Programa Bolsa-Escola no MDS.

No Brasil, houve aumento do número de benefícios em todas as Unidades da Federação. De acordo com os dados do MDS, verifica-se que, de 2004 para 2011, quase duplicou o percentual de famílias que recebiam o benefício, passando de 11,8% para 20,7%, respectivamente.

Do ponto de vista regional, o gráfico 7 mostra que o Nordeste concentra os maiores percentuais. No Maranhão, o percentual de famílias que recebiam benefícios passou de 23,2% em 2004 para 47,3% em 2011. Com esta ampliação, o Maranhão que ocupava a 5ª posição entre as Unidades da Federação, passa a ser o Estado com a maior relação de benefícios por número de famílias residentes.

Esses resultados evidenciam que tal política de transferência de renda teve uma significativa parcela de contribuição para a redução da pobreza no país. E por ter uma maior concentração nas Regiões Nordeste e no Norte, pode-se afirmar também que contribuiu para reduzir as disparidades regionais, no que tange a distribuição de renda e pobreza.

Avaliando melhor a contribuição dos programas assistenciais de renda mínima (Bolsa-Escola e Bolsa-Família) e da Previdência Social sobre a pobreza, a **Tabela 7** apresenta uma estimativa do percentual de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza que existiria no Maranhão, nos anos de 2000 e 2010, caso não houvesse renda proveniente de nenhuma dessas duas fontes.³⁴

No Maranhão, o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza no ano 2000 era, respectivamente, de 40,7% e 66,9%. Porém, se não houvesse Programas de Transferência de Renda e as famílias dependessem exclusivamente da renda que obteriam do trabalho, o percentual de pessoas extremamente pobres e pobres subiria para 58,6% e 77,1%, respectivamente. Na zona rural, a ausência desses programas produziria um quadro bem mais alarmante, posto que se os residentes destas áreas fossem depender somente da renda de seu trabalho, o percentual de extremamente pobres e pobres passaria de 58,8% e 82,8% para 75,7% e 90,3%, respectivamente.

³⁴ Não foi possível exibir o montante de recursos proveniente de cada uma das fontes de forma separada, pois os dados do Censo Demográfico de 2010 não possibilitam fazer este tipo de desagregação. Por este motivo, incluiu-se dados da previdência.

Comparando o ano de 2010 com o ano de 2000, observa-se que o percentual de pessoas extremamente pobres e pobres do Estado caiu para 25,8% e 41,3%, respectivamente. Esta queda é respondida, em grande parte, pela ampliação dos rendimentos advindos de programas de renda mínima, pois conforme a tabela 3, o percentual de domicílios que recebiam rendimento dessa fonte passou de 0,9% em 2000 para 42,1% em 2010. Entretanto, se não existissem tais fontes de renda, o percentual de extremamente pobres e de pobres no Estado seria de 43,5% e 59,6%. Na zona rural por sua vez, o percentual de extremamente pobres (44,0%) e de pobres (60,3%) passaria a ser de 64,7% e 79,3%, respectivamente.

Apesar da elevada contribuição dos programas de transferência de renda para a redução da pobreza, pode-se verificar, também, que o mérito da redução da pobreza no Estado não é exclusivo dos programas de renda mínima, uma vez que, se não houvesse renda desses programas, ainda assim, segundo as estimativas apresentadas, teria ocorrido uma redução da pobreza.

TABELA 7 - Percentual de pessoas pobres e extremamente pobres no Maranhão, segundo a renda proveniente somente de trabalho – (Anos - 2000 e 2010)

Ano	Informações	Urbano		Rural		Total	
		Valor Absoluto	Percentual do Maranhão	Valor Absoluto	Percentual do Maranhão	Valor Absoluto	Percentual do Maranhão
2000	Quantidade de Pessoas Extremamente Pobres	1.573.505	47,0%	1.723.207	75,7%	3.296.712	58,6%
	Quantidade de Pessoas Pobres	2.279.734	68,1%	2.054.974	90,3%	4.334.708	77,1%
	Domicílios que recebem Bolsa-Escola	6.413	0,8%	4.580	1,0%	10.993	0,9%
	Renda proveniente de Trabalho	377.239.339	74,9%	77.473.921	63,8%	454.713.260	72,7%
	Renda proveniente de Aposentadoria, Pensão ou Transferências de Programas Sociais	126.681.724	25,1%	44.039.937	36,2%	170.721.661	27,3%
2010	Quantidade de Pessoas Extremamente Pobres	1.292.100	31,2%	1.564.687	64,7%	2.856.787	43,5%
	Quantidade de Pessoas Pobres	1.989.025	48,0%	1.918.503	79,3%	3.907.528	59,6%
	Domicílios que recebem Bolsa-Família	401.118	37,3%	295.962	51,1%	697.080	42,1%
	Renda proveniente de Trabalho	1.413.114.807	75,1%	235.645.286	57,0%	1.648.760.093	71,8%
	Renda proveniente de Aposentadoria, Pensão ou Transferências de Programas Sociais	469.328.783	24,9%	177.481.061	43,0%	646.809.844	28,2%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010 (Microdados)

É verdade que a análise aqui realizada é superficial e estática, e não leva em consideração os efeitos multiplicadores que cada uma dessas fontes de renda provocam na economia local, mas vale destacar que, apesar da significativa ampliação dos programas de renda mínima de 2000 para 2010, o montante da massa de rendimento proveniente do trabalho caiu apenas 0,9%, portanto, o desempenho

econômico do Estado também teve uma parcela de contribuição para redução da pobreza.

Quanto ao meio rural, o número de domicílios que recebiam transferência de algum programa de renda mínima aumentou de 1,0% em 2000 para 51,1% em 2010. No mesmo período, o percentual de rendimento proveniente do trabalho reduziu de 63,8% para 57,0%, respectivamente. Isso revela que, na zona rural, o montante de renda proveniente do trabalho não teve o mesmo crescimento que o registrado na zona urbana, logo, o meio rural tornou-se mais dependente de programas assistencialistas.

Analisando a importância dos programas assistencialistas nos municípios, observa-se na **Tabela 8** que o percentual dos que sofrem privações é maior em áreas rurais e em municípios com baixo quantitativo populacional. Além disso, comparando os anos 2000 e 2010, verifica-se que foi nos municípios com menor quantitativo populacional (municípios com até 100 mil habitantes) onde se constatou um maior acréscimo de domicílios beneficiários de programas de renda mínima, tanto na área urbana quanto na área rural.

TABELA 8 - Percentual de pessoas pobres e extremamente pobres, percentual de domicílios que recebem transferência do programa Bolsa-Escola e Bolsa-Família e percentual da renda proveniente do trabalho, segundo os municípios do Maranhão – (Anos - 2000 e 2010)

Zona	Distribuição de classes (População)	2000				2010			
		% de Pessoas Extremamente Pobres	% de Pessoas Pobres	% de Domicílios que recebem Bolsa-Escola	% da renda proveniente de Trabalho	% de Pessoas Extremamente Pobres	% de Pessoas Pobres	% de Domicílios que recebem Bolsa-Família	% da renda proveniente de Trabalho
Urbano	Até 5.000	72,0	86,6	2,5	96,6	41,9	61,9	46,9	99,3
	De 5.001 a 10.000	64,7	83,2	0,6	95,5	51,6	68,5	49,2	99,1
	De 10.001 a 20.000	59,3	79,3	1,9	96,1	44,8	63,9	48,7	99,1
	De 20.001 a 50.000	56,3	76,2	0,5	97,4	41,6	60,2	45,3	99,4
	De 50.001 a 100.000	57,9	76,5	0,3	99,1	33,3	52,4	39,6	99,5
	De 100.001 a 500.000	37,7	63,0	0,8	99,3	22,0	39,8	34,3	99,9
	Mais de 500.000	26,6	48,8	0,9	100,0	15,5	26,7	22,6	100,0
Rural	Até 5.000	82,4	95,3	2,2	52,6	69,7	84,4	54,5	41,8
	De 5.001 a 10.000	77,4	91,9	0,3	63,2	74,2	86,1	56,0	46,8
	De 10.001 a 20.000	79,2	92,6	1,5	61,8	69,6	83,9	55,4	50,3
	De 20.001 a 50.000	79,5	93,3	0,7	58,9	70,1	84,2	53,6	48,8
	De 50.001 a 100.000	67,7	83,2	0,6	64,3	67,0	82,1	51,0	52,9
	De 100.001 a 500.000	60,7	79,8	1,0	77,1	38,3	54,8	37,2	76,2
	Mais de 500.000	49,1	77,0	3,5	81,3	26,0	45,2	32,7	81,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010 (Microdados)

No que se refere ao percentual da renda proveniente do trabalho em relação ao total da renda, verifica-se que na área urbana a diferença de peso da renda do trabalho entre os municípios com maior população (mais de 500 mil habitantes) e os municípios com menor população (até 5 mil habitantes) é de apenas 0,7%. Por outro lado, na área rural a diferença de peso da renda proveniente do trabalho entre municípios mais populosos (municípios com população acima de 100 mil habitantes) e os municípios menos populosos, é bem mais expressiva. Isso mostra que na área rural dos municípios menos populosos do Maranhão existe uma dependência maior dos programas assistenciais. E apesar das transferências terem sido ampliadas mais intensamente na área rural dos municípios menos populosas, ainda assim, o percentual de redução da pobreza foi menor do que a verificada na área rural dos municípios mais populosos.

Deste modo, está claro que os Programas de Transferência de Renda são muito importantes na luta contra a extrema pobreza, pois, sem eles, o número de pessoas que estariam no limite da sobrevivência seria ainda maior. Ressalta-se ainda, que o objetivo desses programas não é só evitar que as famílias sofram de fome crônica, pois tanto o Programa Bolsa-Família como o Bolsa-Escola estavam vinculados a condicionalidades que podem conduzir as famílias a uma elevação na escala do desenvolvimento.

4.6 Considerações sobre o capítulo

Como já mencionado, a pobreza no Maranhão assume dimensões alarmantes, os “pobres dos pobres” são numerosos no estado. Numerosos a ponto de posicionar o Estado, segundo o critério de Sachs, como o único Estado, dentre os 27 da federação, a ser caracterizado como uma área de pobreza extrema em 2010.

Dentro do Estado, o pauperismo concentra-se no domínio rural. Nestas áreas, verificou-se que apesar da notável redução de pobreza, o seu desempenho foi menor que o da zona urbana, visto que a sua participação no total da pobreza aumentou de 2000 (58,3%) para 2010 (62,9%).

Somado aos altos índices de pobreza, o domínio rural ainda amarga baixas taxas de cobertura de serviços de utilidade pública, que, por conseguinte, contribuem ainda mais para o aprofundamento das carências dos habitantes residentes do campo.

Além disso, a avaliação dos impactos das transferências de renda sobre a pobreza mostrou que os programas assistencialistas passaram a ter um peso maior na renda total das famílias, mostrando que o ritmo de crescimento da renda do trabalho foi menor que o ritmo de crescimento do montante das transferências e, por conseguinte, que as atividades relacionadas ao meio rural contribuíram menos que as atividades do meio urbano para a redução da pobreza no Estado.



CAPÍTULO V

A POBREZA EXTREMA NO MARANHÃO SOBRE A PERSPECTIVA DO TRABALHO NA ZONA RURAL



O crescimento econômico é um importante aliado na luta contra a pobreza. Mankiw (2010, p. 37) menciona que “[...] nações com um nível mais elevado de PIB per capita desfrutam de todas as coisas, desde uma melhor nutrição na infância até um maior número de aparelhos de televisão por domicílio”.

Esse pensamento é muito difundido entre os macroeconomistas. Entretanto, para que haja avanço nos padrões de vida da sociedade, é preciso reunir esforços na promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, sem deixar de lado a forma que este crescimento se configura na coletividade (excludente ou excludente). Como menciona Mankiw (2010, p. 37) “um PIB elevado não garante que todos os cidadãos de uma nação estejam felizes, mas pode representar a melhor receita para a felicidade [...]”.

Desse modo, a concepção de que o crescimento econômico é um importante mecanismo de combate à pobreza deve estar acompanhada da ideia de que tais incrementos produtivos prescindem uma distribuição mais equitativa dos frutos do crescimento.

De acordo com Grynspan,

Para que o combate à pobreza seja eficaz, a política econômica deve promover o crescimento econômico sustentado, mas não é qualquer crescimento econômico, e sim o crescimento inclusivo, isto é, um que valorize os recursos humanos disponíveis em cada país e que permita, por essa via, que todos os cidadãos participem e se beneficiem do processo (GRYNSPAN, 1997, p. 105, tradução nossa)

Assim, fica claro que o crescimento econômico é condição indispensável, mas não suficiente, para o desenvolvimento.

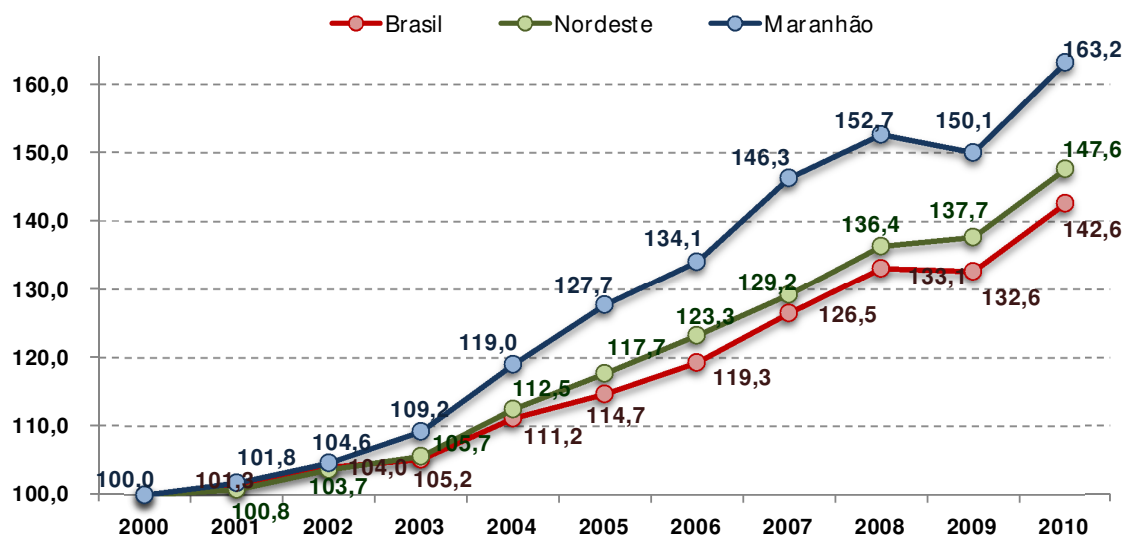
Como se sabe “a produção de bens e serviços numa economia, depende da quantidade de seus insumos e da capacidade de transformar insumos em produtos” (Mankiw, 2010, p. 38). Deste modo, entende-se que a capacidade de crescimento de uma economia perpassa pela capacidade das pessoas em promover o crescimento, mas conforme expõe Oliveira (2002, p. 45), não se deve esquecer que as pessoas são mais que meios, elas são o motivo para se buscar o desenvolvimento econômico.

Diante do exposto, e adotando a abordagem monetária da pobreza, este capítulo visa mostrar a forma de ocupação e a capacidade produtiva dos trabalhadores rurais, bem como os fatores que contribuem para as altas medidas de pobreza nestas áreas.

5.1 Relação entre produção, emprego e pobreza no meio rural

De acordo com o **Gráfico 8** abaixo, o Maranhão ao longo dos anos 2000, manteve um ritmo de crescimento acima da média do Nordeste e do Brasil. Como resultado desse crescimento, o Maranhão, que tinha uma participação em 2000 de 8,11% no PIB do Nordeste e de 1,01% no PIB do Brasil, passa a representar respectivamente, 8,92% e 1,20% do PIB destas áreas em 2010.

GRÁFICO 8 - Crescimento real acumulado do PIB (volume do PIB) – Brasil, Nordeste e Maranhão (Anos - 2000 a 2010)



Fonte: IBGE, Contas Regionais

Quanto ao ranking estadual, o Maranhão manteve em toda a primeira década de 2000 na 16ª posição, com relação ao tamanho do PIB e, na 10ª posição no tamanho populacional. Entretanto, o crescimento do PIB nesse período foi de 63,2%

e o da população foi de apenas 15,3%, revelando que houve um aumento da produtividade do trabalho no Estado durante a década 2000-2010.

Segundo Smith (1996, p. 117) “a demanda de assalariados [...] naturalmente aumenta com o crescimento da riqueza nacional, sendo simplesmente impossível quando isso não ocorre”, ou seja, a demanda por assalariados é correlata com o aumento da renda e do capital de um país. Além disso, Smith (1996, p. 117) comenta que “não é a extensão efetiva da riqueza nacional, mas seu incremento contínuo, que provoca uma elevação dos salários do trabalho” e este é um “sintoma natural” e ocorre porque, mesmo que a riqueza de um país seja muito grande, se ele estiver estagnado por muito tempo, não se pode esperar encontrar, nele, salários muito altos.

Pode-se dizer então que, de acordo com a teoria macroeconômica, uma economia que apresenta um ritmo de crescimento sustentado e um aumento da produtividade do trabalho, tem uma potencial possibilidade de reduzir seus níveis de pobreza. Neste caso, o Maranhão ao apresentar um ritmo de crescimento elevado na primeira década dos anos 2000 (com exceção na crise de 2008), esteve potencialmente em condições mais favoráveis de promover uma elevação da qualidade de vida dos seus habitantes, pois apresenta as características necessárias para criar mais e melhores postos de trabalho.

Tal premissa, quando generalizada torna-se verdadeira, entretanto, muita coisa pode acontecer “entre a taça e os lábios”. Para analisar com maior clareza como o crescimento econômico se traduziu em criação de postos de trabalho, calculou-se, na **Tabela 9**, a elasticidade da ocupação em relação ao produto, por meio da divisão da variação da ocupação pela variação do PIB.

Nesta, verificou-se que o crescimento econômico brasileiro foi maior na segunda metade da década de 2000. O emprego, entretanto, teve maior desempenho na primeira (2000 – 2004). Quanto à elasticidade da ocupação em função do desempenho da economia, verificou-se que houve um arrefecimento da capacidade do país de gerar novos postos de trabalho frente a um aumento da produção.

No Maranhão, essas relações foram análogas a do Brasil. Além disso, o que se observa é que a elasticidade da ocupação em relação ao produto apresentou

uma queda no segundo período. Isso nos leva a concluir que o aumento da economia do Estado, ou melhor, o aumento do produto agregado (VA) não foi capaz de produzir um impulso da mesma magnitude na geração de novos postos de trabalho.

TABELA 9 - Taxas médias anuais de variação do número de pessoas ocupadas e do Valor Adicionado Bruto, e elasticidade ocupação/valor adicionado – Brasil e Maranhão (Anos – 2000 a 2009)

Abrangência Geográfica	Indicador	2000-2004	2005-2009
Brasil	Var. do Valor Adicionado Bruto (em % a.a)*	2,7	3,7
	Var. da População Ocupada (em % a.a)	4,2	1,5
	Elasticidade da Ocupação	1,6	0,4
Maranhão	Var. do Valor Adicionado Bruto (em % a.a)*	4,4	4,1
	Var. da População Ocupada (em % a.a)	0,3	-1,0
	Elasticidade da Ocupação	0,1	-0,2

Fonte: IBGE (Contas Regionais; PNAD; Censo Demográfico)

Fazendo a mesma análise para o setor da agropecuária, que é a atividade característica das áreas rurais, pode-se observar na **Tabela 10** que o Valor Adicionado Bruto (VA) da agropecuária cresceu mais no Maranhão que no Brasil durante os anos 2000-2009. Entretanto, olhando para o crescimento anual nos dois períodos (2000-2004 e 2005-2009), observa-se que, mesmo com o alto desempenho da economia maranhense no primeiro período, ainda assim, houve redução do estoque de emprego no setor agrícola. Já no segundo período, em virtude da crise de 2008 que afetou o preço das *commodities* agrícolas³⁵, o crescimento do VA da agropecuária nas duas abrangências geográficas não foi acompanhado por uma elevação de postos de trabalho na mesma magnitude. Na verdade, houve perdas de postos de trabalho no setor agrícola, e isso aconteceu de forma mais intensa no Maranhão.

Este desempenho apresentado pelo Estado foi condicionado por vários fatores, dentre eles, o modelo agroexportador (soja, silvicultura) do Estado, que possui um alto grau mecanização e uma baixa criação de novos postos de trabalho no campo,

³⁵ A economia maranhense em 2010, assim como nos anos anteriores, continua com alta concentração na sua pauta de exportações em três *commodities* (alumínio, soja e produtos do complexo ferro), que segundo os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) representam 96,5% do valor das exportações do Estado.

o que induz os trabalhadores rurais a migrarem para a zona urbana a procura de novas oportunidades de ocupação.

TABELA 10 - Crescimento acumulado e taxas médias anuais de variação da população ocupada e do valor adicionado bruto do setor da agropecuária - Brasil e Maranhão (Anos – 2000 a 2009)

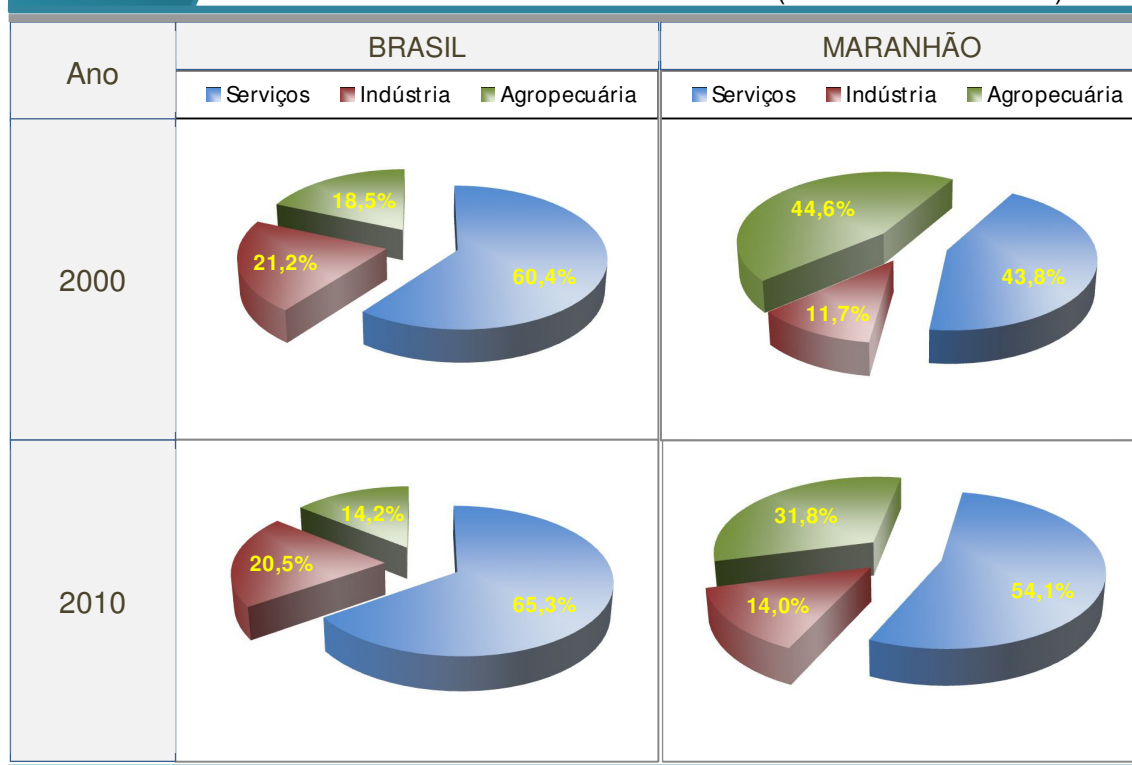
Anos	Brasil		Maranhão	
	Crescimento acumulado do VA	Crescimento acumulado da população ocupada	Crescimento acumulado do VA	Crescimento acumulado da população ocupada
2000	100,00	100,00	100,00	100,00
2001	106,06	90,06	103,86	81,53
2002	113,04	93,69	104,04	78,38
2003	119,60	95,37	115,06	77,25
2004	122,37	102,08	136,59	76,56
2005	122,73	102,65	156,51	81,23
2006	128,63	99,37	168,33	73,34
2007	134,85	95,43	186,64	76,09
2008	143,37	92,68	189,04	65,48
2009	138,91	90,46	152,84	62,44
Crescimento anual (2000-2004)	5,18	0,52	8,11	-6,46
Crescimento anual (2005-2009)	3,14	-3,11	-0,59	-6,37

Fonte: IBGE (Contas Regionais; PNAD; Censo Demográfico)

Ainda sobre o setor da agropecuária, verifica-se que no Brasil, a participação da agropecuária no Valor Adicionado Bruto (VA) foi de 5,6% em 2000 e 5,3% em 2010. Já no Maranhão, o peso do VA da agropecuária foi, respectivamente, de 15,6% e 16,6% para os mesmos anos.

Com relação às pessoas ocupadas, o Maranhão, com participação percentual das pessoas ocupadas no setor agrícola de 44,6% em 2000 e 31,8% em 2010, mostra congruência com os dados do VA, ficando acima do Brasil, cujo peso no total das ocupações foi de 18,5% e 14,2%, para os mesmos anos. Vale também destacar que, tanto no Brasil como no Maranhão, houve apenas uma pequena mudança no peso do setor da agropecuária no PIB (queda no Brasil e elevação no Maranhão), entretanto houve uma notável perda de participação do setor agrícola no total das ocupações em ambos os territórios (**Gráfico 9**).

GRÁFICO 9 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupada por setores de atividade - Brasil e Maranhão (Anos – 2000 e 2010)



Fonte: IBGE (Contas Regionais; PNAD; Censo Demográfico)

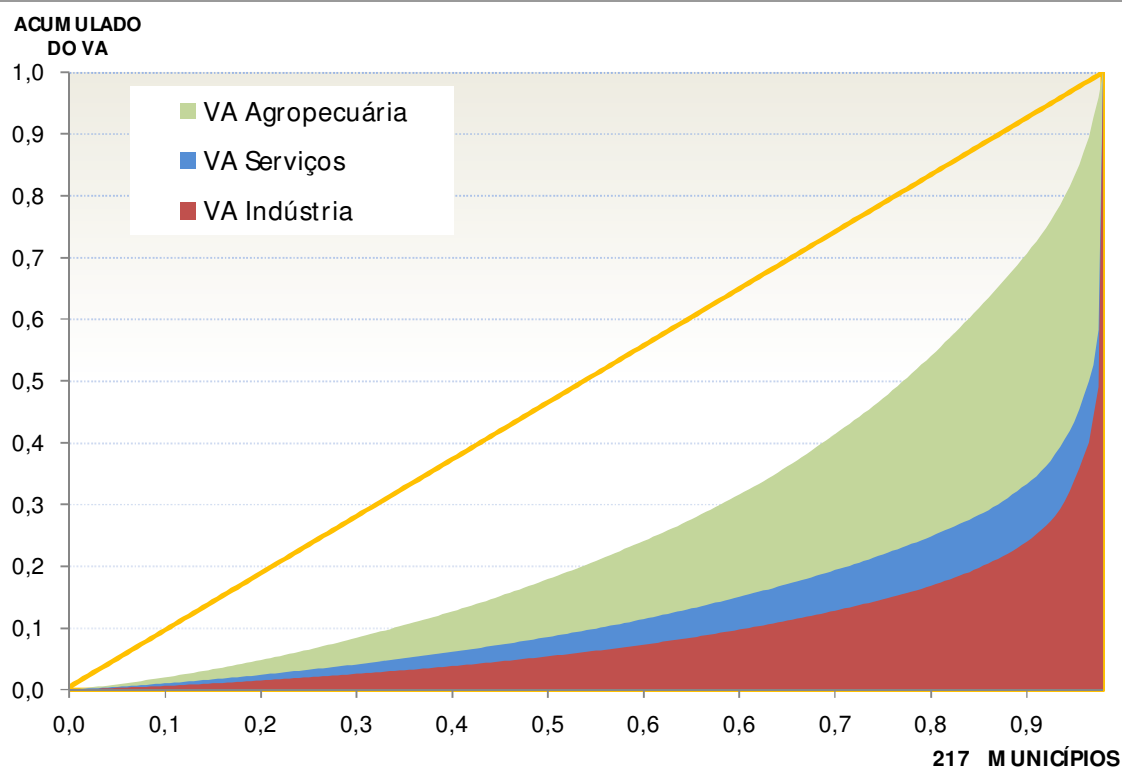
Pelo exposto, reitera-se que o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente, para a redução da pobreza. No caso específico do Maranhão, o setor agrícola foi levado a sucessivas perdas no estoque de ocupações, além do mais, ainda que o número de ocupações agrícolas tivesse aumentado, não seria o fator decisivo para a elevação dos salários, já que a forma de inserção no mercado de trabalho tem grande influência sobre os rendimentos auferidos.

Outra questão que também merece atenção é a distribuição espacial da produção agrícola no Estado, visto que uma produção concentrada em algumas áreas poderia ser um indício de uma elevada proporção de pobres em outras.

Sobre este aspecto, a curva de Lorenz (**Gráfico 10**) mostra a distribuição do valor adicionado bruto referente em 2010 para os três grandes setores da economia (Agropecuária, Indústria e Serviços) nos municípios. Nesta, observa-se que há uma grande concentração dos setores da indústria e de serviços no Estado, principalmente do setor da indústria, onde apenas um município (São Luís) representa 50,90% do VA da Indústria do Maranhão e a soma dos 143 municípios menores, representa apenas

10,02%. Para o setor de serviços, o maior município em VA (São Luís), representa 41,72% do total do Estado e os 112 menores, somados, representam apenas 10,06%.

GRÁFICO 10 - Curva de Lorenz do Valor adicionado Bruto dos setores Agropecuária, Indústria e Serviços – Maranhão (2010)



Fonte: IBGE; IMESC

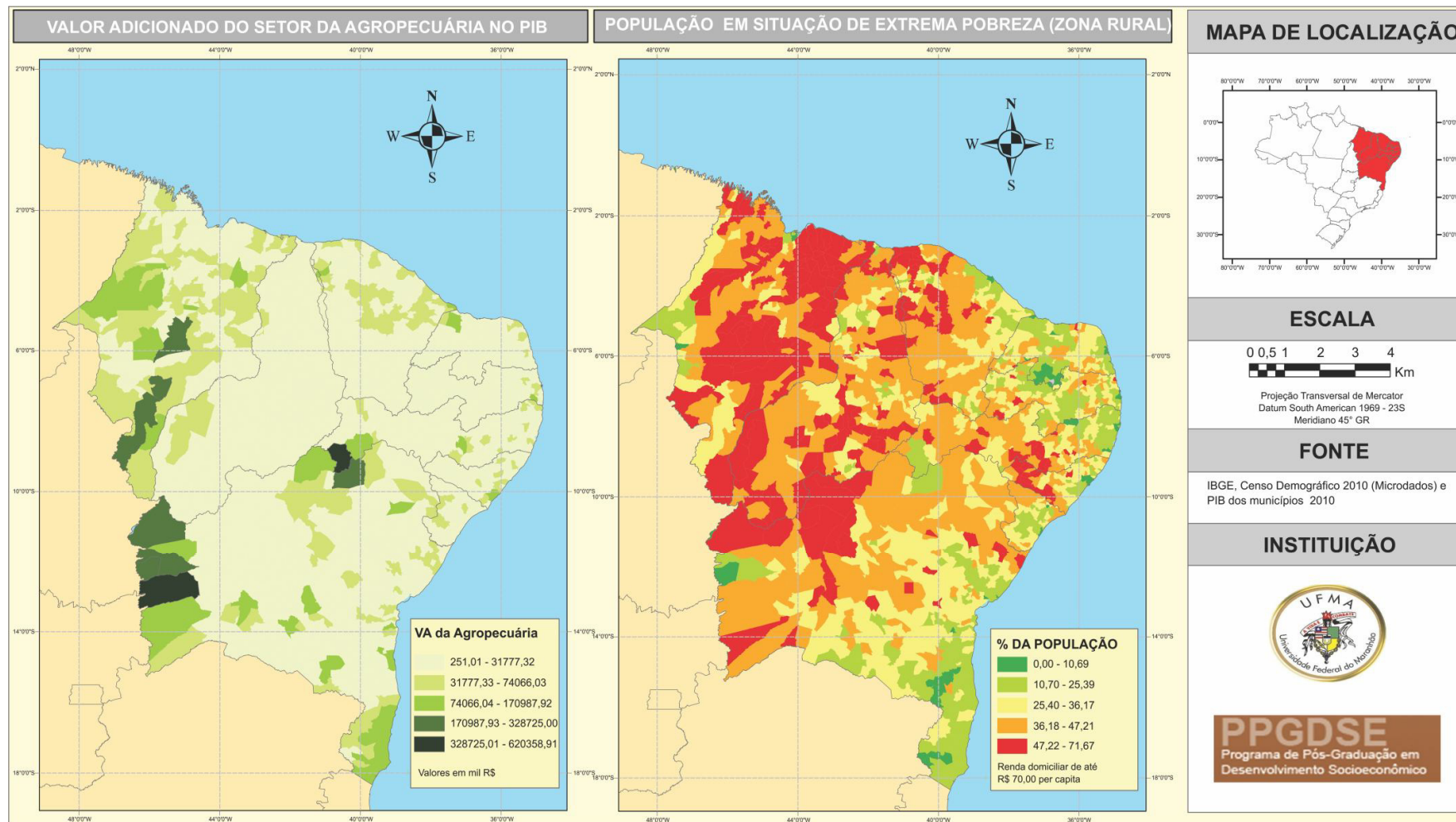
O setor da Agropecuária é o que demonstra uma melhor distribuição no Maranhão. Como se pode ver, a curva da agropecuária está mais próxima da diagonal (perfeita distribuição). Neste setor, são necessários 42 municípios para obter o percentual de 50,13% do VA da agropecuária do Estado, por outro lado, a soma dos 69 menores representa 10,04%.

Apesar da baixa concentração do VA da agropecuária no Estado, ao analisar o Maranhão dentro contexto regional (**Mapa 3**), observa-se que, ao mesmo tempo que a produção agrícola do Maranhão é a melhor distribuída, o Estado é o que possui os mais elevados índices de pobreza extrema nas áreas rurais. Essa visão holística da geografia da produção agrícola e da pobreza extrema em áreas rurais, expressa a ineficiência do setor agropecuário do Estado em reduzir os altos níveis de miséria no meio rural.

Esse modelo produtivo pode ser explicado pelas informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE. Em que de 2000 para 2010, o número de municípios do Estado, cujo principal produto agrícola era carvão vegetal ou lenha, subiu de 8 para 20. No cultivo de soja, o aumento foi de 9 para 19, e na cana-de-açúcar foi de 5 para 11. Quanto ao cultivo de arroz, verificou-se que essa atividade deixou de ser a de maior destaque em 40 municípios (95 em 2000 contra 55 em 2010).

Portanto, as atividades com alto grau de mecanização foram as principais responsáveis pelo bom desempenho do setor agrícola do Estado nos anos 2000, mas por elas serem poupadoras de mão-de-obra apenas uma pequena parcela dos trabalhadores rurais se beneficiaram.

Mapa 3 - Percentual da população residente em domicílios particulares permanentes da zona rural em situação de extrema pobreza e Valor Adicionado Bruto do PIB no setor da agropecuária, segundo os Municípios do Nordeste - 2010



Em suma, nota-se, pelo padrão de comportamento da elasticidade entre a variação do valor adicionado do setor agropecuário e a variação do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas (tabela 10), que o Estado do Maranhão está passando por um período de modernização do setor agrário. Essa afirmação pode ser corroborada pelo acréscimo de máquinas agrícolas no Estado, que se elevou de 3.965 tratores em 1996 para 6.045 tratores em 2006, o que representa uma variação de 52,5% (Tabela 11). Vale ressaltar ainda que os tratores não estão distribuídos de forma homogênea nos diferentes cultivos, eles se concentram principalmente nas lavouras temporárias e na pecuária, que se somados, equivalem a 90,1% do total de tratores do Estado.

TABELA 11 - Número de tratores em estabelecimentos agropecuários e Área média de lavoura por trator - série histórica (1970/2006)

Abrangências geográficas		Anos					
		1970	1975	1980	1985	1995	2006
Número de tratores	Brasil	165.870	323.113	545.205	665.280	799.742	820.673
	Maranhão	168	372	2.304	2.955	3.965	6.045
			1975/1970	1980/1975	1985/1980	1995/1985	2006/1995
Taxa de crescimento	Brasil	---	94,8%	68,7%	22,0%	20,2%	2,6%
	Maranhão	---	121,4%	519,4%	28,3%	34,2%	52,5%

Fonte: IBGE; Censo Agropecuário

Conforme pode-se ver, no modelo agrícola brasileiro e, por consequência, no maranhense, ao privilegiarem os cultivos agrícolas cuja produção está voltada principalmente para o mercado de *commodities* agrícolas (mercado internacional) e para o de energia renovável do Brasil, apresentou-se como um mecanismo de ampliação da exclusão social.

Diante disso, pode-se concluir que o mercado de trabalho agrícola está passando por profundas alterações estruturais, tanto no âmbito nacional como no estadual.

É evidente que as inovações tecnológicas introduzidas no processo produtivo, melhoram as condições de quem trabalha ao reduzirem exponencialmente o esforço das forças naturais, pertencentes à corporalidade dos trabalhadores, no processo produtivo, e elevarem a produtividade do trabalho. Além disso, como o

trabalho é considerado, segundo Jevons (1996, p. 146), um “esforço penoso da mente ou do corpo empreendido parcial ou totalmente tendo em vista um bem futuro”, as inovações tecnológicas propiciam uma redução do sofrimento proveniente do trabalho, melhorando as condições de vida dos trabalhadores.

Os efeitos dos ciclos econômicos e da introdução de inovações tecnológicas propiciaram no Maranhão um ritmo de crescimento econômico bem maior, mas que não foi capaz de produzir um montante de empregos que elevasse, ou pelo menos mantivesse, o estoque de ocupações que já existia no setor agrícola.

Smith (1966) menciona que a geração postos de trabalho aumenta com o crescimento da riqueza nacional, porém Ricardo (1996, p. 291) ressalta que “a mesma causa que pode aumentar o rendimento líquido do país, pode ao mesmo tempo tornar a população excedente e deteriorar as condições de vida dos trabalhadores”. Apesar dos inconvenientes, Ricardo completa dizendo que:

A utilização de maquinaria num país nunca deveria deixar de ser incentivada, pois, se não for permitido ao capital obter o maior rendimento líquido que o emprego de máquinas possibilita, ele será transferido para o exterior e isso representará um desestímulo muito maior à demanda de trabalho do que a generalização mais completa do uso de máquinas, uma vez que, enquanto o capital é aplicado no país, alguma demanda de trabalho deverá ser criada: as máquinas não funcionam sem a intervenção do homem, e também não podem ser construídas sem a contribuição do seu trabalho. (RICARDO, 1996, p. 291)

No caso do Brasil e do Maranhão a situação foi agravada ainda mais em virtude da forma excludente como o processo de modernização agrícola se deu. Prado Júnior (1979, p. 20) relata que:

A parcela da humanidade que vive em função da agropecuária brasileira, nada tem de homogênea, muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados, que são de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários que não atingem 10% da população rural (incluindo famílias, empregados), e do outro lado, a grande maioria dessa população que vive em péssimas condições.

Isso por que a modernização agrícola desenvolveu-se apenas em algumas culturas (*commodities* agrícolas), enquanto outras permaneceram em moldes tradicionais (mandioca). A política de crédito, segundo Teixeira (2012, p. 38), “também foi diferenciada e favoreceu os grandes produtores, o que levou à expulsão dos pequenos produtores do campo e ao fechamento, por certo tempo, da fronteira

agrícola”, sendo que a falta de opções de trabalho no campo é um dos fatores que explica o grande número de extremamente pobres na área rural.

Apesar da supressão de postos de trabalho no campo ser um agravante da pobreza, é importante destacar que o problema central, não é o processo de modernização tecnológica da agricultura. O uso de pesticidas, herbicidas e maquinaria são necessários para o desenvolvimento deste setor, e é claro que uma agricultura mais intensiva em capital torna-se poupadora de mão-de-obra, o problema central, é a forma excludente como a agricultura brasileira e maranhense passou a se dividir, conforme Silva (1989) em “agricultura do rico” e “agricultura do pobre”. Pelos dados apresentados acima, vimos que as *commodities* agrícolas foram visivelmente beneficiadas pelas políticas agrícolas, entretanto, as demais culturas, principalmente as exercidas pelos pequenos produtores, continuam com a sua produção limitada a sua força corporal e a fertilidade do solo, e não recebendo a assistência necessária para prosperar na luta contra a pobreza, o que justifica o fato do crescimento da produção agrícola não ter provocado melhorias das condições sociais das classes mais pobres residentes na zona rural.

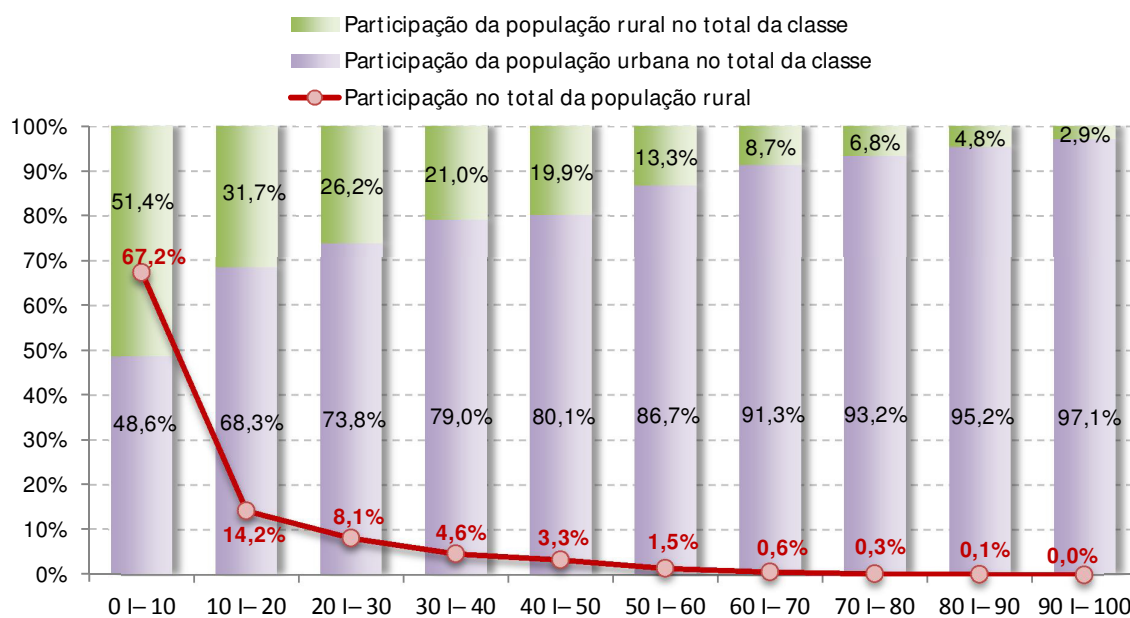
5.2 Diferenciais de renda e pobreza em áreas rurais

Segundo o Censo Demográfico de 2010, no Maranhão a maior parte da população extremamente pobre localiza-se no campo (62,9% dos extremamente pobres), enquanto o percentual de pessoas que residem na zona rural é de 37,0%. Com esses percentuais o Maranhão apresenta-se como o Estado mais rural do país e de maior magnitude de pobreza rural.

Sobre essa alta medida de miséria, verificou-se anteriormente que o modelo produtivo do setor agropecuário do Estado tem grande parcela de contribuição, pois apenas uma minoria dos trabalhadores colhem os benefícios provenientes da modernização agrícola enquanto a maioria continua dependendo de uma atividade laboral arcaica e de baixa produtividade para sobreviver.

Neste sentido, entende-se que o baixo rendimento do trabalho em áreas rurais tem grande influência sobre o alto grau de pobreza destas áreas. Sobre este aspecto, o **Gráfico 6** mostra a distribuição do peso da população urbana e rural por um intervalo da distribuição de renda estadual.³⁶

GRÁFICO 11 - Percentual da população, segundo por intervalo de apropriação no total da renda no Maranhão – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (Microdados)

Conforme se observa, 67,2% da população rural encontra-se entre os que possuem menor renda (1º decil), e à medida que se avança dos decis mais pobres para os mais ricos, o percentual de pessoas que residem na zona rural diminui bruscamente. Além disso, é importante destacar que apesar da maioria da população compreendida pelo primeiro decil ser da zona rural, estas contribuem apenas com 51,4% da renda acumulada do decil.

³⁶Para a construção deste gráfico, classificou-se os domicílios em ordem crescente de acordo com o rendimento domiciliar *per capita*, depois acumulou-se em os rendimento de cada um dos domicílios até atingir 10% da renda total do Estado. Esse processo foi sendo repetido até atingir no último decil os domicílios de maior renda *per capita* que somados representavam 10% da renda total do Estado. Posteriormente distribuiu-se a população residente nestes domicílios em cada um dos seus respectivos decis.

Por outro lado, no decil que se encontram os mais ricos do Estado, o percentual de pessoas que vivem na zona rural aproxima-se de 0%, mas ainda assim, consegue contribuir com 2,9% da renda acumulada no decil.

Deste modo, o gráfico abaixo mostra não apenas os diferenciais de renda entre o urbano e o rural, mas revela também que a desigualdade de renda no meio rural é bem maior.

Destaca-se ainda, que o setor agrícola absorve 31,8% da mão-de-obra do Estado, tornando-a assim a segunda a atividade econômica mais importantes do Estado do ponto de vista da alocação da mão-de-obra, mas que encontra-se do ponto de vista da massa salarial, fica aquém das demais.

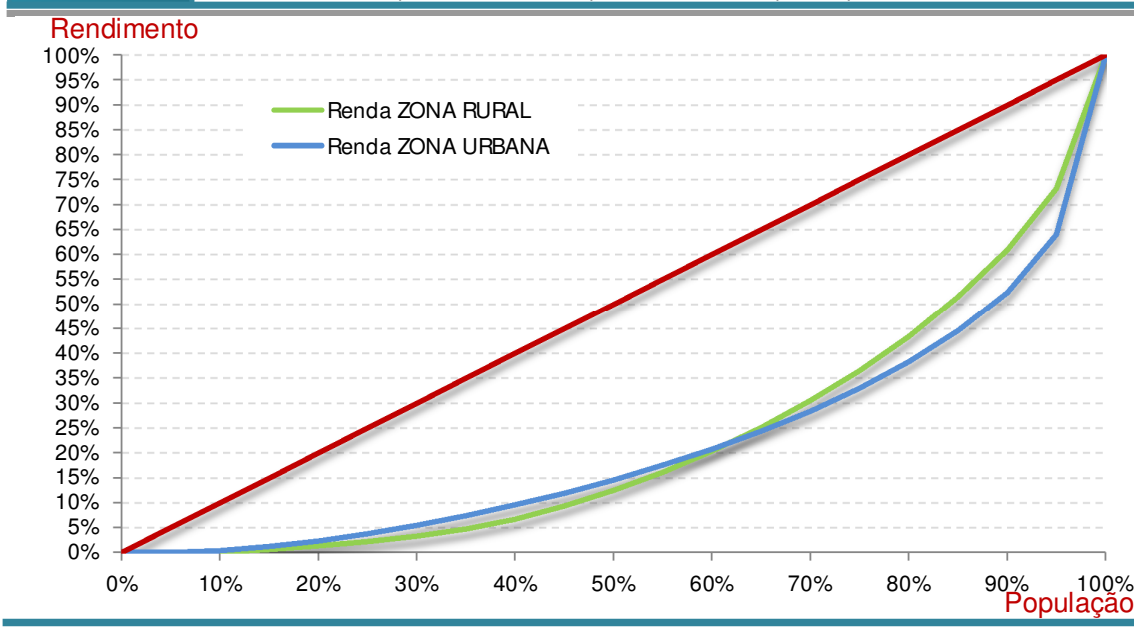
No entanto, parte do esforço desferido pelos trabalhadores rurais nestas atividades não são contabilizados na pesquisa do Censo Demográfico (renda não monetária) e, tendo em vista que grande parte da força de trabalho que residem no meio rural desempenham atividades agrícolas na produção para o próprio consumo, o montante de renda disponível na zona rural fica subdimensionada pelo Censo Demográfico. Este problema, gera muitas críticas e questionamentos sobre o número de pessoas classificadas como pobres na zona rural, já que o parametro estabelecido na abordagem monetária é a renda. Portanto, para se saber a real contribuição da renda produzida na zona rural sobre a massa de rendimento total do Estado, faz-se necessário, ainda, decompor a renda proveniente deste ambiente.

5.2.1 Composição da renda dos residentes em áreas rurais

Como já explanado (tópico 3.2), existe uma discrepância entre os rendimentos apropriados pelos residentes da zona urbana e os da zona rural. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, a população rural que representa 36,9% da população do estado, é detentora de apenas 17,8% da renda monetária recebida pelas famílias no estado. Acumulando a renda apropriada pelos residentes de cada uma das áreas, pode-se ver no **Gráfico 12**, que, no início da distribuição, a concavidade formada pela linha que representa o percentual acumulado da renda dos

habitantes da zona rural, está abaixo da linha que expressa a zona urbana, por outro lado, na medida em que a distribuição se desloca da esquerda para a direita, a distância da concavidade do acumulado da renda da zona rural fica mais próxima da diagonal principal que a da zona urbana. Neste caso entende-se que as disparidades de renda entre os mais pobres e os mais ricos é maior entre os habitantes da zona rural, por outro lado a distancia entre os mais ricos é menos discrepante na zona rural.

GRÁFICO 12 - Curva de Lorenz do rendimento domiciliar total, segundo a situação de domicílio (urbano e rural) - Maranhão (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (Microdados)

Em termos numéricos, verifica-se que os 10% da população mais pobre, residente na zona rural, são detentoras de apenas 0,1% da renda total das famílias desta área. Ao avançar para a esquerda da distribuição, observa-se que o acumulado da renda dos 40% mais pobres da população rural não representam nem 10% da renda total desta área.

Nestes termos, é evidente que a baixa produtividade associada a alta desigualdade de renda gera uma combinação que dificulta ainda mais a superação da pobreza nestas áreas. Entretanto, os extremamente pobres que vivem no espaço rural possuem especificidades que são intrínsecas ao próprio processo de reprodução da sua existência.

Na zona rural, a baixa renda pode não representar, necessariamente, uma situação de miséria, pois, conforme explanado no capítulo 1, a pobreza extrema expressa um déficit de consumo, ou melhor, um nível de consumo insuficiente para garantir a sobrevivência, e no meio rural, o consumo nem sempre é obtido por meio das relações de mercado (compra e venda).

A luta pela sobrevivência no campo assume um caráter mais complexo, já que uma parte da cesta de consumo, destas famílias, é proveniente da natureza (extrativismo, caça) e da atividade laboral na agropecuária sem fins comerciais.

Com o intuito de expressar essa parte dos meios de subsistência, recorreu-se aos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada pelo IBGE. Diferente das demais pesquisas domiciliares (Censo e PNAD) que não investigam todas as fontes de renda das famílias, a POF é construída para captar a diversas fontes de renda, nas quais, podem ser agregadas em dois grupos (fontes de renda monetárias e não monetárias).

As rendas monetárias provem das seguintes fontes: Trabalho (seja empregado público, privado ou doméstico, empregador ou conta-própria); Aposentadoria e pensão de previdência pública e INSS; Aposentadoria e pensão de previdência privada; Programas sociais federais; Pensão alimentícia, mesada e doação; Outras transferências; e outras rendas (rendimento de ativos financeiros, vendas eventuais, variação patrimonial e rendimento de aluguel).

Já as rendas não monetárias são captadas através do consumo não monetário, em que, com exceção do aluguel estimado, as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, às receitas não monetárias.

As receitas não monetárias, são mensuradas através da soma de tudo aquilo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos, durante o período de referência da pesquisa, e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado.³⁷

³⁷ Ver Manual do recenseador (POF 2008-2009).

De acordo com o **Gráfico 13**, que mostra a média de participação da renda não monetária das famílias, segundo as classes de rendimento domiciliar total (monetário + não monetário), as famílias que vivem na zona rural e que possuem uma renda domiciliar total de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo³⁸, dependem bem mais da renda não monetária (59,8% da renda) do que da monetária. Assim como no território rural, as primeiras classes (os mais pobres) mostram que na área urbana, apesar de menor, a renda não monetária também representa uma considerável parte da renda (43,0%). Em ambas as áreas à medida que se avança para classes de renda domiciliar mais elevadas, a participação da renda não monetária diminui.³⁹

Apesar da área urbana, também ter uma parcela grande de renda não monetária na composição da renda domiciliar das famílias mais pobres, a diferença entre as duas áreas está na forma como a renda é obtida. Na zona urbana a renda não monetária é proveniente, principalmente, da retirada do negócio, produção própria, salário em bens e doação, na zona rural ela decorre da pesca, da caça, do extrativismo e principalmente da produção agrícola doméstica.

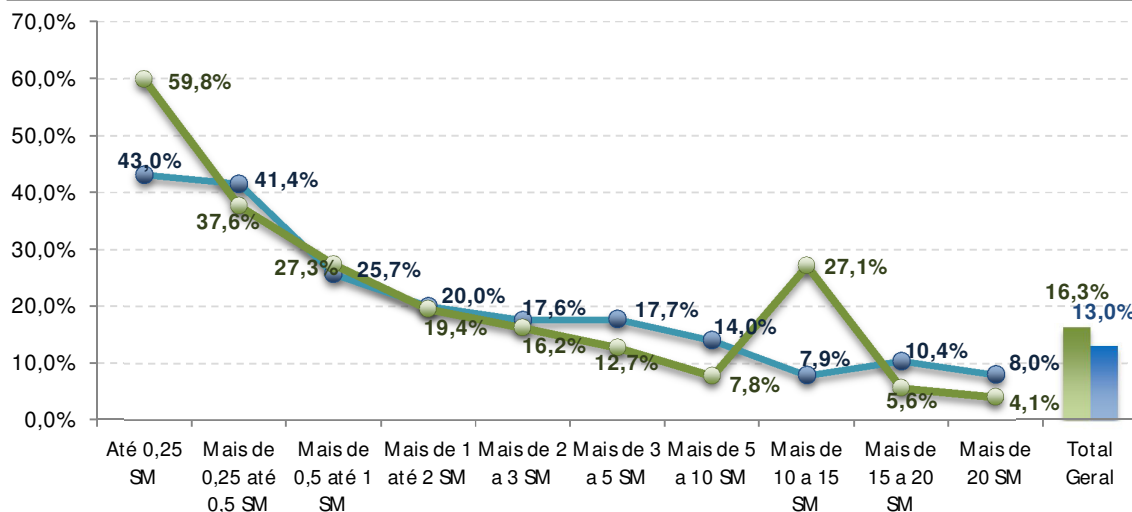
De acordo com os dados da POF (2008-2009), se fosse considerada a renda total (monetária e não monetária) em vez de utilizar somente a renda monetária, para definir o percentual de pessoas extremamente pobres no Estado⁴⁰, o percentual de pobreza extrema cairia -38,4% na zona rural e -40,3% na zona urbana. Portanto o argumento feito por Salama e Destremau (2001, p. 48) de que a abordagem monetária superestima a pobreza é válido, no entanto o argumento de que os índices monetários superestimam a pobreza principalmente nas áreas rurais, não se mostrou verdadeiro no Maranhão – pelo menos para este período.

³⁸ Salário mínimo de 2008 a preços de 2009.

³⁹ Com exceção na classe de 10 a 15 SM, em que a renda não monetária volta a ter um peso maior na composição da renda das famílias que residem na zona rural.

⁴⁰ Utilizou-se como linha da extrema pobreza o rendimento domiciliar per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo que vigorava em 2000, atualizado pelo IPCA a preços de 2009.

GRÁFICO 13 - Percentual de renda não monetária em relação ao total da renda, por intervalos de classe de renda domiciliar - Maranhão (2010)



Fonte: IBGE, POF 2008/2009 (Microdados)

Sobre a composição da renda, é importante deixar claro que do total apropriado pelas famílias situadas na zona rural e urbana, 59,0% e 62,8%, respectivamente, são provenientes do trabalho. Sendo que, para as famílias mais pobres – classe de renda domiciliar de até 0,25 do salário mínimo e classe de renda domiciliar de 0,25 até 0,50 do salário mínimo, a renda proveniente do trabalho cai, respectivamente, para 28,4% e 52,3% na zona urbana, e para 30,6% e 49,1% na zona rural. Isso não significa que a parcela proveniente do trabalho represente menos para as famílias cuja renda está circunscrita nestas classes, mas que é justamente nestas faixas de renda domiciliar que grande parte das famílias que recebem transferências governamentais se encontra e que é nessas faixas que também se encontra grande parte das famílias que vivem predominantemente do que produzem para o próprio consumo.

Como de acordo com a metodologia da POF, toda a renda não monetária é destinada ao consumo. Na área rural, a renda não monetária tem grande contribuição sobre as condições alimentares das famílias mais carentes. É importante destacar também que, com a inclusão da renda não monetária no rendimento domiciliar o número de pessoas mais vulneráveis a fome e à subnutrição fica menor que o número auferido pelos órgãos oficiais de combate à pobreza do país. Deste modo, os programas de transferência injetam recursos em algumas famílias que se

situam acima da pobreza extrema, e isso pode contribuir para a redução do círculo vicioso da pobreza no Estado⁴¹.

Isso porque, as famílias que recebem o benefício podem até não ser extremamente pobres, mas são pobres ou pelo menos estão muito próximos da pobreza, ou seja, podem até não estar com a sua sobrevivência diária ameaçada, mas lutam para viver dentro do orçamento. Neste caso, um aumento da renda pode proporcionar um maior “fôlego” a estas famílias, e este fator associado aos programas de assistência técnica, insumos agrícolas e infraestrutura rural podem talvez possibilitar que estas famílias consigam pôr um “pé na escada do desenvolvimento”.⁴²

5.2.2 A inserção laboral e pobreza em áreas rurais

Como já exposto, as famílias em situação de miséria possuem a menor parcela de rendimentos proveniente do trabalho. Sobre o mercado de trabalho da zona rural, já foi comentado que o modelo produtivo do setor agropecuário influenciou negativamente na oferta de postos de trabalho no campo (Tabela 5 do tópico 3.1). Essa conclusão se confirma na **Tabela 12**, onde a comparação entre 2000 e 2010, expressa que houve um desestímulo de parte da população em idade ativa da zona rural para ingressarem no mercado de trabalho.

Quanto às pessoas em idade ativa da zona urbana, a tabela abaixo mostra que a decisão de ingressar no mercado de trabalho aumentou. Esse evento ocorreu, tanto no Brasil como no Maranhão, mas no Maranhão a queda de participação (PEA/PIA) foi mais abrupta, já que enquanto no Brasil a diminuição da Taxa de Participação foi de 53,3% em 2000 para 53,1% em 2010, no Maranhão o decréscimo foi de 51,5% em 2000 para 44,9% em 2010.

⁴¹Nurkse (1957, p 13) descreve o círculo vicioso da pobreza como uma “constelação circular de forças que tendem a agir e reagir uma sobre a outra de tal maneira que mantêm o país em estado de pobreza”.

⁴² Expressão usada por Sachs no livro: O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos. p. 265.

Somado à queda da Taxa de Participação, a Tabela 12 mostra, ainda, que no Maranhão houve uma diminuição da taxa de ocupação na zona rural, ou seja, o mercado de trabalho no meio rural está absorvendo uma quantidade menor da oferta da mão de obra disponível, cuja taxa de desemprego passou de 2000 para 2010 de 4,5% para 6,2%, respectivamente.

No geral, a tabela abaixo mostra que o desempenho do mercado de trabalho, tanto do Maranhão como do Brasil, foi melhor em 2010, pois houve um aumento da participação da PIA na força de trabalho e uma redução do desemprego. Esse desempenho foi restrito à área urbana do Estado, onde os incentivos e oportunidades de trabalho cresceram o suficiente para superar o efeito negativo da zona rural.

TABELA 12 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade segundo a condição de atividade e ocupação - Maranhão (Anos 2000 e 2010)

Brasil e Unidade da Federação		Condição de atividade				
		População em idade ativa (PIA)	População economicamente ativa (PEA)	Taxa de participação (PEA/ PIA)	População ocupada (POC)	Taxa de ocupação (POC/ PEA)
2000	Total	136.910.358	77.467.473	56,6%	65.629.892	84,7%
	Brasil Urbana	112.387.959	64.391.285	57,3%	53.476.913	83,0%
	Rural	24.522.399	13.076.188	53,3%	12.152.979	92,9%
	Total	4.282.817	2.170.684	50,7%	1.914.040	88,2%
	Maranhão Urbana	2.622.611	1.314.985	50,1%	1.104.509	84,0%
	Rural	1.660.205	855.698	51,5%	809.531	94,6%
2010	Total	161.981.299	93.504.659	57,7%	86.353.839	92,4%
	Brasil Urbana	137.485.793	80.504.340	58,6%	73.943.584	91,9%
	Rural	24.495.505	13.000.319	53,1%	12.410.256	95,5%
	Total	5.264.736	2.585.063	49,1%	2.361.389	91,3%
	Maranhão Urbana	3.384.594	1.741.034	51,4%	1.570.057	90,2%
	Rural	1.880.142	844.029	44,9%	791.332	93,8%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010

Para avaliar o mercado de trabalho da zona rural, tomando por base os tipos de atividades desenvolvidas, apresenta-se na **tabela 13**, o número de pessoas ocupadas e o rendimento médio do trabalho principal das pessoas ocupadas no

setores da agropecuária, indústria e serviço, assim como as principais atividades circunscritas em cada setor⁴³.

De acordo com tabela 13, verifica-se que de 2000 para 2010, a renda dos trabalhadores da zona rural, proveniente de atividades agrícolas caiu, respectivamente, de 52,2% para 33,6%, no Maranhão, e de 55,7% para 52,6%, no Brasil. Esta redução mais acentuada no Estado é comprovada pela redução das ocupações agrícolas, tanto em números absolutos como relativos na zona rural.

Em 2000, o montante de trabalhadores do Estado, que residiam na zona rural e estavam ocupados no setor agrícola, era de 79,2%. Estes trabalhadores desenvolviam atividades vinculadas, principalmente, ao cultivo de arroz e ao extrativismo e silvicultura, que no caso do cultivo de arroz chegavam a representar 50,2% de toda a mão de obra ocupada do país. Quanto ao rendimento médio dos trabalhadores da zona rural, verifica-se ao comparar o Estado com o país que, no cultivo de soja e de algodão herbáceo, o rendimento do trabalho é maior no Maranhão. Por outro lado, comparando no Maranhão, os trabalhadores da zona urbana com os da zona rural, verifica-se que em todos os cultivos – com exceção da soja – os trabalhadores da zona urbana obtêm rendimentos médios maiores. Além disso, vale destacar que as atividades que absorviam a maior parte da mão de obra da zona rural do Maranhão (arroz, milho, feijão, pesca e extrativismo), foram as que apresentaram menores rendimentos médios.

Em 2010, a proporção das ocupações da área rural, ligadas ao setor da agropecuária, caiu para 69,4%. Sobre este aspecto a tabela abaixo mostra que uma parcela maior da força de trabalho da zona rural passou a exercer uma atividade laboral na indústria (8,4%) e no setor de serviços (22,2%). Outra mudança verificada, tanto no cenário nacional como no Maranhão, foi a grande redução das ocupações no cultivo de arroz, sendo que foi neste cultivo onde os trabalhadores da zona rural do Maranhão obtiveram o menor rendimento médio.

Sobre a questão rendimento, Dedecca fala que:

É provável que a baixa remuneração reflita a baixa qualificação, não guardando relação com a produtividade corrente nos segmentos em que a

⁴³ Os setores, em destaque, foram escolhidos com base na participação da população ocupada da zona rural.

força de trabalho agrícola se insere. A evolução dos rendimentos dos ocupados agrícolas e não-agrícolas dá a primeira evidência em favor deste argumento. Sistemáticamente, os ocupados agrícolas, independentemente do estrato, auferiam rendimentos significativamente inferiores aos obtidos pelos ocupados não-agrícolas, sendo que os diferenciais se ampliaram em favor destes últimos entre os estratos de menor renda. (Dedecca, 2008, p 42)

Apesar de não se poder fazer associações deste tipo, o que se observa é que existem grandes diferenciais de remuneração entre os cultivos, portanto independente das relações de equivalência de produtividade, a Tabela 13 apresenta uma clara distinção entre a renda obtida por quem trabalha no cultivo das *commodities* agrícolas (soja, algodão e cana-de-açúcar) e quem trabalha em outras culturas.

TABELA 13 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas e rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, por tipo de atividade e segundo a situação de domicílio – Brasil e Maranhão - 2000 e 2010

continua

Ano	Atividades	Brasil				Maranhão				Participação da população ocupada no estado em relação ao Brasil	Participação população ocupada no estado
		Rural		Urbano		Rural		Urbano			
		Rendimento médio	Pessoas ocupadas	Rendimento médio	Pessoas ocupadas	Rendimento médio	Pessoas ocupadas	Rendimento médio	Pessoas ocupadas		
2000	Agropecuária	167	8.617.279	354	3.502.111	69	637.154	116	215.841	7,0%	79,2%
	Cultivo de arroz	102	463.916	172	163.244	66	227.337	84	87.684	50,2%	28,3%
	Cultivo de milho	98	1.250.339	166	226.201	80	13.963	149	4.339	1,2%	1,7%
	Cultivo de outros cereais para grãos	158	184.895	379	67.440	66	20.041	91	6.543	10,5%	2,5%
	Cultivo de algodão herbáceo	124	44.655	350	16.303	342	16	392	31	0,1%	0,0%
	Cultivo de cana-de-açúcar	225	123.627	359	158.961	158	1.312	213	812	0,8%	0,2%
	Cultivo de soja	458	157.934	1.000	52.350	3.173	359	1.438	1.061	0,7%	0,0%
	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	178	367.011	333	228.879	110	6.506	117	5.699	2,0%	0,8%
	Criação de bovinos	278	1.077.537	595	409.431	188	29.732	285	10.259	2,7%	3,7%
	Silvicultura e exploração florestal	158	259.747	347	175.009	48	68.238	133	13.275	18,7%	8,5%
	Pesca e serviços relacionados	120	148.023	225	180.450	88	27.091	138	20.090	14,4%	3,4%
	Indústria	320	1.173.445	610	12.715.776	214	43.516	344	180.038	1,6%	5,4%
	Fabricação de outros produtos alimentícios	176	155.770	538	701.577	97	12.215	249	10.746	2,7%	1,5%
	Construção de edifícios e obras de engenharia civil	307	301.809	439	3.059.430	224	12.097	277	67.771	2,4%	1,5%
	Serviços	339	2.269.386	711	36.516.072	251	123.480	416	698.531	2,1%	15,4%
	Comércio varejista realizado em postos móveis, instalados em vias públicas ou em mercados	256	98.147	389	1.263.220	204	8.685	262	44.929	3,9%	1,1%
	Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal	283	135.745	539	1.285.553	228	5.826	373	30.384	2,5%	0,7%
	Educação regular, supletiva e especial pública	277	273.704	646	1.862.326	238	16.758	386	60.573	3,6%	2,1%
	Serviços domésticos	153	550.339	186	4.465.930	97	21.888	108	90.125	2,2%	2,7%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010

TABELA 13 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas e rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, por tipo de atividade e segundo a situação de domicílio – Maranhão e Brasil - 2000 e 2010

continuação

Ano	Atividades	Brasil				Maranhão				Participação da população ocupada no estado em relação ao Brasil	Participação população ocupada no estado
		Rural		Urbano		Rural		Urbano			
		Rendimento médio	Pessoas ocupadas	Rendimento médio	Pessoas ocupadas	Rendimento médio	Pessoas ocupadas	Rendimento médio	Pessoas ocupadas		
	Agropecuária	365	8.212.945	725	4.099.691	137	527.196	273	222.975	6,1%	60,6%
	Cultivo de arroz	221	130.781	449	63.133	91	69.022	150	31.752	52,0%	7,9%
	Cultivo de milho	161	401.228	220	114.798	133	6.725	194	2.822	1,9%	0,8%
	Cultivo de outros cereais para grãos	510	36.560	738	18.364	1.657	1.870	239	1.171	5,5%	0,2%
	Cultivo de algodão herbáceo	417	3.826	871	4.075	719	327	706	282	7,7%	0,0%
	Cultivo de cana-de-açúcar	558	88.202	928	136.484	571	2.306	591	2.545	2,2%	0,3%
	Cultivo de soja	1.143	65.664	1.960	32.958	751	698	1.219	1.073	1,8%	0,1%
	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	273	384.014	296	248.938	141	11.134	170	10.085	3,4%	1,3%
	Criação de bovinos	650	751.440	1.125	163.269	345	12.242	740	3.258	1,7%	1,4%
	Silvicultura e exploração florestal	450	146.859	1.016	195.304	118	21.221	538	7.889	8,5%	2,4%
	Pesca e serviços relacionados	182	211.210	424	238.079	128	37.250	311	23.057	13,4%	4,3%
2010	Indústria	716	1.270.231	1.219	16.402.951	602	63.539	801	265.408	1,9%	7,3%
	Fabricação de outros produtos alimentícios	430	97.879	1.129	550.596	205	7.255	674	6.331	2,1%	0,8%
	Construção de edifícios e obras de engenharia civil	678	161.523	1.044	1.508.262	635	10.882	693	47.974	3,5%	1,3%
	Serviços	724	2.471.243	1.407	48.530.366	621	168.910	969	1.008.811	2,3%	19,4%
	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	669	181.881	981	2.665.967	469	11.852	743	73.600	3,0%	1,4%
	Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal	778	150.559	1.230	1.600.213	673	8.702	939	43.722	3,0%	1,0%
	Educação regular, supletiva e especial pública	854	221.106	1.686	2.253.946	747	22.605	1.145	75.015	3,9%	2,6%
	Serviços domésticos	349	520.643	477	5.444.307	261	26.690	306	122.173	2,5%	3,1%

Para tentar entender os diferenciais de rendimento médio entre as atividades agrícolas do Estado, expõe-se na **Tabela 14** a produtividade do trabalho e a produtividade por área colhida nos principais cultivos da lavoura temporária. Segundo esta, o Maranhão apresentou uma produtividade, tanto em produto por área como em produto por trabalhador, maior que a média nacional no cultivo de soja nos anos 2000 e 2010. Essa pode ser uma das hipóteses para os elevados rendimentos apresentados na Tabela 13. Quanto às culturas de algodão herbáceo e cana-de-açúcar, que são os outros dois cultivos que apresentaram altos rendimentos, nota-se que em termos de produtividade por área colhida, ambos ficam acima da média nacional, mas em termos de produtividade por trabalhador em ambos os cultivos o valor apresentado no Estado foi menor.

Nos demais cultivos (arroz, feijão e soja) o Maranhão apresentou produtividades bem menores, tanto por área como por trabalhador, corroborando assim, com os baixos rendimentos exibidos na Tabela 9.

Chama-se a atenção ainda, para o crescimento da produtividade (por área e por trabalhador) nas duas abrangências geográficas durante o período 2000 a 2010. Diante disso, pode-se afirmar que os rendimentos do trabalho possuem relação com a produtividade das atividades agrícolas, pois as oscilações apresentadas na segunda também são vistas sobre a primeira, portanto, entende-se que nos cultivos em que a remuneração média do trabalhador é mais baixa, é onde está alocada a maior parte dos trabalhadores que cultivam suas plantações usando técnicas rudimentares, cujo produto resultante do trabalho se esgota no consumo de suas famílias. Esses trabalhadores são os mais propensos à pobreza, pois além da dificuldade de poupar recursos, eles são mais dependentes das condições que a natureza impõe.

Produtividade dos principais cultivos da lavoura temporária – Brasil e Maranhão (Anos - 2000 e 2010)

Fonte: IBGE, LSPA, Censo Demográfico 2000 e 2010 (microdados)

Anteriormente, com os dados da POF (2008/2009), mostrou-se que as famílias mais carentes da zona rural são mais dependentes da renda não monetária. Com os microdados do Censo (2010), é possível observar que os trabalhadores residentes em domicílios rurais cuja condição familiar é de extrema pobreza, concentram-se em cultivos agrícolas mal especificados (44,0%), no cultivo de arroz (13,4%) e de mandioca (10,4%), na pesca (6,7%) e no extrativismo vegetal e silvicultura (3,4%). No total, o setor agrícola ocupava 90,8% do total da mão-de-obra rural.

Quanto aos trabalhadores que residiam na zona urbana e cuja condição familiar era de extrema pobreza, os microdados do Censo (2010) mostram que, assim como na zona rural, as atividades agrícolas possuem grande peso (59,0%), concentrando-se novamente nos cultivos agrícolas mal especificados (27,0%), no cultivo de arroz (10,9%) e de mandioca (4,5%), na pesca (4,2%) e no extrativismo vegetal e silvicultura (1,4%).

Diante do exposto, entende-se que a gravidade do nível de pobreza do Maranhão, seja rural ou urbana, é um fenômeno fundamentalmente condicionado pelo setor da agropecuária.

Rocha (2005, p 182) ao tratar da pobreza rural nordestina, constatou que os pobres estão ocupados predominantemente na agropecuária, na condição de trabalhador por conta própria, se dedicando à pequena produção destinada ao autoconsumo, gerando pequeno ou nenhum excedente comercial.

Sobre essa questão, o **Gráfico 14** mostra que existe no Estado uma relação inversa entre o número de ocupações agrícolas, na condição de empregado (seja formal ou informal) ou empregador, em relação aos índices de pobreza rural dos municípios.

Dispersão entre trabalhadores residentes na zona rural cuja condição de trabalho na agricultura era de empregado e taxa de pobreza rural – municípios do Maranhão (Anos - 2000 e 2010)

Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010 (microdados)

De forma análoga, entende-se que quanto maior for o número de ocupações não remuneradas e na produção para o próprio consumo, a possibilidade de se observar níveis elevados de pobreza é maior. Quanto a isso, os dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010, mostram que no país o número de ocupações relacionadas à produção para o próprio consumo aumentou tanto em termos absolutos como relativos, passando de 3,1% (2000) das ocupações para 4,0% (2010). O Maranhão por sua vez, com um percentual de 11,4% em 2000 e 12,4% em 2010 de

peças ocupadas na produção para o próprio consumo, lidera o ranking dos estados, nos dois anos.

Sobre isso, Silveira (2008) comenta que:

As novas tecnologias, a abertura comercial, a competição e o aumento dos processos de urbanização provocaram alterações significativas no campo brasileiro. Nessa direção, as ocupações do setor agrícola também sofreram modificações e se sofisticaram, com o trabalhador braçal perdendo espaço para o operador da máquina, isto é, observa-se aumento na demanda de qualificação na mão-de-obra agropecuária. (Silveira, 2008, p. 219)

Este fenômeno, além de diminuir o estoque de ocupações agrícolas no Estado, também lançou uma parcela significativa dos trabalhadores na agricultura de subsistência.

Sobre o processo de substituição da mão-de-obra no campo por máquinas agrícolas, Dedecca elucida que

[...] a população que não consegue se integrar ao mercado de trabalho assalariado rural ou se reproduzir por meio de atividades não-agrícolas “retrocede” para o autoconsumo e fica cada vez mais desocupada, e a baixa produtividade do trabalho a que é forçada explica em grande medida a pobreza. O mais grave é que esta situação não é exclusiva dos excluídos do mercado de trabalho, mas atinge também parte da população empregada, revelando a insuficiência desta inserção para a reprodução familiar. O crescimento do trabalho não remunerado e do autoconsumo seria, portanto, um reflexo da ruptura dos sistemas de produção tradicionais, que no passado absorviam, em rotação entre eles, parte dos trabalhadores rurais durante a maior parte do ano. (Dedecca, 2008, p. 42-43)

A agricultura de subsistência (produção para o próprio consumo), como falado antes, está associada a técnicas rudimentares de produção e a elevadas taxas de subemprego⁴⁴, já que em muitos casos a baixa produtividade exige que os extremamente pobres ocupados nas atividades de subsistência trabalhem arduamente para poder ser capaz de prover o mínimo vital a reprodução da sua existência. Há casos ainda, que pela falta de oportunidades mais remuneráveis, pessoas da mesma família se dedicam a realizar uma mesma atividade, na qual, se

⁴⁴ Hoffman (1977) fala que o conceito de subemprego procura refletir a parcela da força de trabalho que apesar de estar efetivamente empenhando uma atividade econômica, encontra-se ociosa durante uma parte do tempo, ou se estar trabalhando, é quase improdutivo.

poderia dispensar parte delas e, ainda assim, a produção continuaria a se dar no mesmo nível de antes.

4.3 Considerações sobre o capítulo

Diante do exposto, verifica-se que o setor agrícola tem grande parcela de contribuição no que se refere aos elevados índices de pobreza dos municípios do Estado, pois apesar do elevado crescimento do Valor Agregado deste setor, o número de ofertas de trabalho geradas foi menor que a destruição de postos de trabalho, por este motivo, entende-se que o setor agrícola não foi capaz de realizar mudanças nas condições sociais dos habitantes da zona rural.

Na verdade, uma parcela maior da mão de obra que reside na zona rural passou a buscar fontes de rendimentos nos setores da indústria (construção civil) e no setor de serviços (serviços domésticos, vendedores ambulantes, etc.) e outra parcela que por não ter conseguido emprego não-agrícola, passou a prover o seu sustento da agricultura de subsistência.

Diante disso, pode-se concluir que houve uma ampliação dos níveis de desigualdade no campo, já que enquanto a pequena parcela de trabalhadores que foi inserida na agricultura moderna passou a obter rendimentos significativamente mais elevados, a grande maioria que foi dispensada das suas atividades – em virtude da mecanização da agricultura, passaram a “viver da mão para a boca, consumindo toda a magra produção”.⁴⁵

⁴⁵ Expressão usada por Sachs (20005, p. 289)

A análise feita no início desta dissertação, mostra que grande parte da discussão sobre os critérios que cada uma das abordagens teóricas estabelece para identificar o ponto de descontinuidade entre pobres e não pobres perpassa sobre a capacidade ou não desses critérios de representar, de forma fidedigna, os conceitos que lhe deram origem. Na verdade, em virtude da heterogeneidade dos espaços sociais existentes, um índice que traduza bem os níveis de pobreza num lugar pode se revelar insuficiente em outro.

Definir quem é mais pobre ou se é pobre, envolve uma série de julgamentos sobre as privações individuais. Uma pessoa que é classificada como pobre em determinado lugar, pode ser vista em outro local, como uma pessoa de boa condição financeira.

Todas essas questões servem para mostrar que as diferentes abordagens são complementares. Isso ficou claro no capítulo 2, quando se verificou que o Índice de Pobreza Multidimensional – IPM apresentou uma queda mais vertiginosa, enquanto o índice Monetário mostrou um arrefecimento mais suave entre 2000 e 2010. Apesar das distintas formas de mensurar a pobreza, esses dois indicadores ainda guardam semelhanças, pois, em ambos, o índice auferido foi maior na zona rural.

Posteriormente, apesar de entender que a pobreza representa não apenas falta de rendimento, mas por todas as questões citadas no corpo do texto, utilizou-se exclusivamente a renda para definir os pobres. Essa análise feita, com a abordagem monetária, nos permitiu ver que apesar da melhoria que o Maranhão obteve em termos de redução da pobreza, ele ainda se destaca no cenário nacional como o Estado mais pobre do país. A pobreza no Maranhão não é somente elevada, é crônica, já que mais de $\frac{1}{4}$ da população vive em extrema pobreza. Viu-se ainda que a pobreza no Estado se concentra em áreas rurais e que, estas têm, como agravante, diversas carências habitacionais relacionadas aos serviços públicos.

Foi destacado que Maranhão por ser o Estado mais pobre da federação é também o que possui a maior proporção de benefícios de auxílio a pobreza por

família. Esses benefícios, somados a previdência rural, representam quase 43% da renda monetária das famílias que residem na zona rural.

Quanto ao desempenho econômico do Estado, como um todo, observou-se que ele foi um importante aliado na luta contra pobreza, oportunizou-se mais empregos e elevou-se a atratividade do mercado de trabalho, já que uma parcela maior da PIA passou a fazer parte da PEA e, esta última, apresentou-se com alta taxa de ocupação. Entretanto, o setor agrícola apresentou um resultado contraproducente, pois o seu crescimento, impulsionado pela mecanização da produção, instituiu um alto desemprego tecnológico, podendo ser comprovado pela queda do estímulo no mercado de trabalho (PEA/PIA) e pela diminuição na taxa de ocupação, entre 2000 e 2010. Esses fatores, somados, fizeram o setor agrícola perder peso no mercado de trabalho e na massa de rendimento total do trabalho do Estado.

Boa parte da mão de obra expelida das atividades que agora são desenvolvidas com o auxílio de máquinas agrícolas, passaram a trabalhar em outros setores (aumento do emprego não agrícola) ou a ocupar-se em trabalhos mais precários no campo (não remunerados ou produção para o próprio consumo). Nesses termos, diz-se que, o setor da agropecuária se mostrou mais excludente, no qual o desemprego tecnológico, de um lado, gerou empregos melhores e mais remunerados para uma minoria, e de outro, gerou um contingente maior de pessoas que passaram a depender de atividades de subsistência.

A capacidade de acumular recursos é um grande fator para a superação da pobreza, no entanto, o setor agrícola “é marcado por desequilíbrios espaciais e sociais, centrados na convivência entre uma agricultura comercial, plenamente integrada no mercado, e outra de subsistência, marginalizada do processo de desenvolvimento e pouco capacitada, técnica e economicamente”. (PPA, 1996)

Estas famílias por viverem “da mão para a boca”, enfrentam maiores dificuldades de superar a pobreza, pois como destaca Sachs (2005, p 85) a própria pobreza pode ser uma armadilha, pois quando a pobreza é muito extrema, os pobres não têm capacidade – por eles mesmos – de sair dessa condição.

Entretanto, expôs-se no capítulo IV que é do setor de subsistência, apesar de pouco produtivo, que os extremamente pobres tiram a maior parte da renda familiar (59,8% da renda nas famílias com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo), portanto, possui grande importância na luta pela sobrevivência na área rural do Estado (concentrada principalmente no extrativismo, na pesca, nos cultivos de arroz, mandioca, feijão e milho). Além disso, existe ainda uma parte dessas famílias consideradas extremamente pobres (por se olhar apenas a renda monetária) que se encontram, na verdade, em uma situação acima da pobreza, quando se acrescenta a renda não-monetária. Isto, por se só, todavia, não é suficiente para que elas possam alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento, já que não há possibilidades de acumular reservas para se investir numa produção futura, pois vivem, constantemente, no limite do seu orçamento.

Com empregos poucos produtivos, ainda que estes trabalhem arduamente, o benefício resultante não lhes permite sair da armadilha da pobreza⁴⁶. Por tais motivos é que autores como Sachs (2005) e Rocha (2005) comentam que é necessário auxílio externo para que os extremamente pobres consigam romper com o círculo vicioso da pobreza. Sachs (2005) cita que o impulso inicial deve contemplar investimentos em infraestrutura (estrada, energia, água, saneamento), capital humano (educação, saúde), capital empresarial (máquinas, instalações, transporte), capital natural (acesso à terra cultiváveis e saudáveis), capital político institucional (leis comerciais, jurídicas, etc.) e capital de conhecimento, para que somados, propiciem rendimentos mais elevados capazes de superar pobreza.

Todos esses elementos, citados por Sachs, sintetizam os motivos da dificuldade que muitos dos maranhenses enfrentam na luta contra a pobreza. Citou-se antes, que muitos dos trabalhadores rurais usaram como estratégia de luta pela sobrevivência, o trabalho na produção para o próprio consumo, o laboro em atividades tipicamente rurais (agricultura e pecuária) e o emprego em atividades não-agrícolas, sendo que, na década 2000-2010, os que aumentaram, por

⁴⁶Hoffmann (1977, p. 62) exemplifica que “um homem cuidando da terra com braços e uma enxada, consegue menos que aquele que já tem arado puxado a boi e adubo natural, ainda que trabalhe muito mais arduamente consegue resultado menor do que aquele que usa técnicas mais avançadas”.

consequência da ampliação tecnológica no campo, foram: a produção para o próprio consumo e o trabalho não-agrícola. No caso do trabalho na produção para o próprio consumo, promover o acesso desses trabalhadores a mecanismos e processos (capital conhecimento), que elevem a produtividade do seu trabalho, torna-se essencial para garantir a segurança alimentar e melhorar a qualidade de vida das suas famílias.

No caso do emprego não-agrícola, entende-se que é um importante aliado na luta contra a pobreza, mas verificou-se que existe um distanciamento entre o valor da renda obtida pelos que residem na zona rural e pelos que residem na zona urbana. Esse diferencial de renda, pode ser entendido pelo IPM, que apontou grande diferença de escolaridade entre os habitantes da zona urbana e os da zona rural. Nesse sentido, entende-se que a ampliação da oferta e qualidade dos serviços de educação no campo poderiam elevar a chances de superação da pobreza.

O bolsa-família ajudou a reduzir a extrema pobreza no campo, mas, pelo conjunto de fatores citados, ele não é suficiente para que os extremamente pobres “subam mais um degrau” e superem a pobreza, pois além do acesso a uma renda que garanta o seu sustento diário, faz-se necessário ampliar o acesso a uma série de serviços públicos constitucionais, apontados por Sen e Sachs, como fundamentais, para o elevar a capacidade dos indivíduos, de superar a pobreza.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina et al. **Multidimensional Poverty Index 2011**: Briefmethodological note. Oxford: University of Oxford, 04 Nov. 2011. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/MPI_2011_Methodology_Note_4-11-2011_1500.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2012.

ANDRADE, Helenice Vieira de. **Políticas de combate à pobreza no Brasil**: uma análise das estratégias do governo Fernando Henrique Cardoso. dez. 2004.182f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ARMANI, Domingos. **Agricultura e pobreza**: construindo os elos da sustentabilidade no Nordeste do Brasil. Porto Alegre: Tomo Editorial; Holanda: ICCO, 1998.

BARROS, Alexandre Rands. **Desigualdades regionais no Brasil**: natureza, causas, origens e soluções. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. Pobreza Multidimensional No Brasil. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 1227, Out. 2006. Disponível em: < www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1227.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

BRIONES, Carlos. El Salvador: pobreza rural persistente. In: MENJÍVAR LARÍN, Rafael; KRUIJT, Dirk; TIJSEN, Lieteke Van Vucht. **Pobreza, exclusión y política social**. San José: FLACSO. 1997. 475 p. Cap. 4.

BUAINAIN, Antonio Marcio et.al. **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília, v. 16, 2012. (Série desenvolvimento rural sustentável). Disponível em: < <http://www.iica.org.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

CANO, Gabriela Tedeschi. **Os desafios do desenvolvimento humano da ONU, a partir do Relatório do Desenvolvimento Humano 1990**. 2006, 114f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.pnud.com.br/>>. Acesso em: dia mês. Ano.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: Primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1009p.

Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 269 p. (Série relatórios metodológicos, 25). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/default.shtm>>. Acesso em: out. 2011.

CODES. Ana Luiza Machado de. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para discussão**, Brasília, n. 1332, abr. 2008. Disponível em:

<http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/Brasil/Artigo_td_1332_Visoes%20da%20pobreza_IPEA_2008.pdf>. Acesso em 15 abr. 2012.

_____. Métodos de estudo sobre pobreza: abordagens tradicionais e a modelagem de Equações estruturais. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 1345, jul. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDstd_1345.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

COHN, Amélia. Políticas sociais e pobreza no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 12, jun/dez. 1995. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/138/140>>. Acesso em 14 abr. 2012.

Cordon, Sara. **Pobreza y patrones de exclusión social en México**. In: MENJÍVAR LARÍN, Rafael; KRUIJT, Dirk; TIJSSEN, Lieteke Van Vucht. Pobreza, exclusión y política social. San José: FLACSO. 1997. 475 p. Cap. 4.

CORRÊA, Angela Maria Cassavia Jorge. **Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira**. São Paulo: Editora da UNIMEP. 1998.

COSTA, Ana Monteiro. **Pobreza e vulnerabilidade de agricultores familiares de Santo Cristo/RS: uma análise da seca a partir da abordagem das capacitações**. 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DEDECCA, Cláudio Salvadori, et al. Salário mínimo, benefício previdenciário e as famílias de baixa renda. São Paulo: **Revista brasileira de estudos de população** - v. 23, n. 2, p. 317-329, jul/dez. 2006.

EGLER, Claudio Antonio G. **Crise e questão regional no Brasil**. Jul. 1993, 241f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993

ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo; SANTOS, Magila Souza; ANDRADE, Magali Alves de. **A incidência da pobreza no Brasil: uma análise empírica, 1992-2005**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1., 2010, Natal. Anais... Natal: UFRN, 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/arquivos%20gts%20-%20recebidos%20em%20pdf/a%20incid%c3%8ancia%20da%20pobreza%20no%20brasil%20uma%20an%c3%81lise%20emp%c3%8drica,%201992-2005l.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

FREITAS, Maria do Carmo T. de. **Pobreza e exclusão social**. Coimbra, 2010. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009011.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004, 310f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural.) – Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5583>>. Acesso em: dia mês. Ano.

GOMES, Jacqueline de Souza. **Pobreza e privação**: o pensamento político de Amartya Sen para a construção de uma sociedade democrática. abr.2006.95 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GRYNSPAN, Rebeca. La pobreza en América Latina y estrategias para superarla. In: MENJÍVAR LARÍN, Rafael. **Pobreza, exclusión y política social**. San José: FLACSO. 1997. 475 p. Cap. 3.

HELFAND, Steven M.; PEREIRA, Vanessa da Fonseca. Determinantes da pobreza rural e implicações para a política pública no Brasil. In: **A Nova Cara da Pobreza Rural: desafios para as políticas públicas**. 2011. Cap.4. (Série desenvolvimento rural sustentável). Disponível em: <<http://www.iica.org.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

HOFFMANN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Cap. 3. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdadepobrezabrasil/capitulo03.pdf>>. Acesso em: dia mês. Ano.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Regionais do Brasil 2002 – 2005 (Contas Nacionais n. 21)

_____. **Metodologia do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, v. 25. 2003. (Série Relatórios Metodológicos). CD-ROM

_____. **Índice de preço ao produtor**: Indústria de transformação. Rio de Janeiro, v. 38. 2011. (Série Relatórios Metodológicos). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 ago. 2012..

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2010**: A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Publicado. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Informe sobre Desarrollo Humano 1990**: Concept and Measurement of Human Development. Colombia: Tercer Mundo Editores S.A, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. **Informe sobre Desarrollo Humano 1992**: Una nuevavisión sobre desarrollo humano internacional. Colombia: Tercer Mundo Editores S.A, 1992. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. **Informe sobre Desarrollo Humano 1996**: ¿Crecimiento económico para propriareldesarrollohumano?. Madrid: Mundi-Prensa Libros, S.A., 1996. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. **Informe sobre Desarrollo Humano 1997**: Desarrollo humano para erradicar la pobreza. Madrid: Mundi-Prensa Libros, S.A., 1997. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2010**: A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Publicado. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011**: Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/index.php/revista-economia-e-sociedade>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

LADERCHI, Caterina R, et al. **Does it matter that we don't agree on the definition of poverty?** A comparison of four approaches. Queen Elizabeth House Working Paper Series, [S.l.], n. 107, maio 2003. Disponível em: <<http://www3.qeh.ox.ac.uk/pdf/Qehwp/qehwps107.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

_____, Caterina Ruggeri. The monetary approach to poverty: a survey of concepts and methods. **WorkingPaper Series**, [S.l.], n. 58, dez. 2000. Disponível em: <www3.qeh.ox.ac.uk/pdf/qehwp/qehwps58.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2012.

LOPES, Helger Marra; MACEDO, Paulo Brígido Rocha; MACHADO, Ana Flávia. Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 223, Out. 2003. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20223.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

MACHADO, Kenys . Implicações teóricas do conceito de pobreza no combate à pobreza. In: **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 17 n. 1, p. 685-693, abr./jun. 2007. Disponível em: <[Http://www.sie.gov.br](http://www.sie.gov.br)>. Acesso em: 16 jun. 2012.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2010.

MANUAL do agente de pesquisa: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MARSHALL, A. **Tratado introdutório: *natura non facit saltum***, São Paulo: Nova Cultural, 1996. Disponível em: <http://www.4shared.com/file/_/36750796/54ae079d/Alfred_Marshall_Os_Economistas_Principios_de_Economia_Vol_I.html?s=1>. Acesso em: 24 jun. 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Princípios de Estatística**, 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MATTEI, Lauro. Uma abordagem multidimensional da pobreza rural segundo a perspectiva da política pública In MIRANDA, Carlos e TIBURCIO, Breno (org.). **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. Brasília: IICA, 2008. (p. 249-283). Disponível em: <
http://www.iicaforumdrs.org.br/iica2010/Index.asp?Pagina=Noticias_Mostar&Menu=Publicacoes&ID_NOTICIA=18915 >. Acesso: 1 dez. 2012.

MATTOS, Ely José de. **Pobreza rural no Brasil: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações**. 2006. 151f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NEZ, Egeslaine de. **Um balanço do programa nacional Bolsa Escola (2001-2003): programa assistencial ou política educacional?**. 2005. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005. Disponível em: <
www.pitangui.uepg.br/prospesp/ppge/dissertacoes/Egeslaine_nez.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2012.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: **Relatório nacional de acompanhamento**. Brasília: Ipea, set. 2004. Disponível em: <
http://www.pnud.org.br/Docs/1_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2012.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba, v.5,n.2, p.37-48, maio/ago.2002.

OSÓRIO, Rafael e SIQUEIRA, Deis. **O conceito de Rural**. Disponível em <
<http://www.168.96.200.17/ar/libros/rural/osorio.pdf>> Acesso em: 11 out. 2012.

PINDYCK, R; RUBINFELD, D. **Microeconomia**. São Paulo: Ed Pearson, 2006

PONTE, Karina Furini. (Re) Pensando o conceito Rural. São Paulo: **NERA, Revista NERA**, v. 7, n. 4, p. 20-29, jan./jul. 2004. Disponível em <
www2.fct.unesp.br/nera/revistas/04/02_Karina.pdf > Acesso em: 30 set. 2012

POLÍTICAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO: **Superar a pobreza e promover a inclusão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010. 360p. Disponível em: <
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/politicas-sociais-para-o-desenvolvimento-superar-a-pobreza-e-promover-inclusao-auditorio-do-andar-terreo-do-bloco-a-da-esplanada-dos-ministerios>>. Acesso em: 05 ago. 2012.

POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. IPEA. n. 19, 2011. Cap 7. Disponível em: <
http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_cap07.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2010: A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o**

Desenvolvimento Humano. Publicado. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. **Informe sobre Desarrollo Humano en Venezuela 2000**: Caminos para superar la pobreza. [S.l.], 2000. Disponível em: <http://hdr.undp.org/fr/rapports/national/ameriquelatinecaribbes/venezuela/venezuela_2000_sp.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2012.

QUEIROZ, Sabrina Faria de. **Evolução, decomposição e caracterização da pobreza no Brasil, período 1995-2004**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

RAVALLION, Martin. **Poverty Comparisons**: A Guide to Concepts and Methods. Chur: Harwood Academic Publishers, 1994.

_____. **Comparaisons de la Pauvreté**: Concepts et méthodes. Washington DC, World Bank, LSMS Working Paper N° 88, fev. 1992. Disponível em: <<http://www.wds.worldbank.org/>>. Acesso em: 13 set. 2012.

_____. **Poverty Lines in Theory and Practice**. Washington DC, World Bank, LSMS Working Paper. n. 133, jul. 1998. Disponível em: <<http://aaajeevika.gov.in/studies/poverty-measurement/b-poverty-line-theory-and-practice.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. Disponível em: <http://www.4shared.com/file/41383952/4b3ebf5c/David_Ricardo_-_Principios_De_Economia_Politica_E_Tributao__Os_Economistas_.html?s=1>. Acesso em: 27 jan. 2011.

RIBEIRO Eduardo Magalhães, et al. **Uma estimativa preliminar das receitas monetárias e não-monetárias de agricultores familiares do vale do Jequitinhonha**. Disponível em <www.sober.org.br/palestra/5/289.pdf> Acesso em: 14 set. 2012

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROCHA, Sonia e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante. Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome. In VELOSO, João Paulo dos Reis ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante (org). **A nova geografia da fome e da pobreza**. Rio de Janeiro: José Olimpo Editora, 2004 (p. 27–78).

RODRIGUES, Eduardo Vitor et al. **A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal**. Revista da Faculdade de Letras: Sociologia, Porto, v. 09, p. 63-101, 1999. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1468.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2012.

SACHS, Jeffrey D. **O fim da pobreza**: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte e cinco anos. São Paulo: Companhia de Letras, 2005.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no 3º mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

_____, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O Tamanho da Pobreza: Economia Política da Distribuição de Renda**. Petrópolis: Garamond, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da; NEDER Henrique Dantas. **Abordagem das capacitações**: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA SOBRE ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/alcadeca/download/abordagem-das-capacitacoes-um-estudo-empirico-sobre-pobreza.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 6, n. 2, 184 p. jan./jun. 2002.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e sua causa**, Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Disponível em: <http://www.4shared.com/file/30334881/20eef199/Adam_Smith_-_Os_Economistas_-_A_Riqueza_Das_Nacoes_-_Volume_I_-_PT.html?s=1>. Acesso em: 27 jan. 2011.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e sua causa**, Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Disponível em: <http://www.4shared.com/file/30334881/20eef199/Adam_Smith_-_Os_Economistas_-_A_Riqueza_Das_Nacoes_-_Volume_I_-_PT.html?s=1>. Acesso em: 27 jan. 2011

CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 3., 2010, porto Alegre. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/alcadeca/download/abordagem-das-capacitacoes-um-estudo-empirico-sobre-pobreza.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 1381, fev. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1381.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2012.

STEGE, Alysson Luiz; PARRÉ, José Luiz. **Desenvolvimento rural nas microrregiões do Brasil**: um estudo multidimensional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 39., 2011, Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2011.htm#AREA_10>. Acesso em: 18 set. 2012.

TABULAÇÃO AVANÇADA DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000: Resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM

TAVARES, Priscilla Albuquerque; PAZELLO, Elaine Toldo. **Uma avaliação do Programa Bolsa Escola Federal**: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS., 15, set.

2006. Caxambú-MG. Disponível em: <
www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/.../ABEP2006_658.pdf>. Acesso em: 30
 ago. 2012.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Três Lagoas-MS, v. 2, n. 2, Set. 2005.

TSUJI, Tetsu. **Cenários do Maranhão para o ano 2007**. São Luís: EDUFMA, 1993

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (Org.). **Pobreza e fome**: objetivo 1: erradicar a extrema pobreza e a fome. Belo Horizonte: PUC Minas/IDHS, 2004. (Coleção de estudos temáticos sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio da rede de laboratórios acadêmicos para acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento do milênio). Disponível em: <
www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/milenio/livro_iidhs_web.pdf>. Acesso em: 25
 out. 2012.

VAZ, Fábio Monteiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Linhas de pobreza subjetivas para o Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/>>. Acesso em 25 out. 2012.

ZEUALLOS, José Vicente. **Estrategias para reducir la pobreza en América Latina**. In: MENJÍVAR LARÍN, Rafael; KRUIJT, Dirk; TIJSSEN, Lieteke Van Vucht. Pobreza, exclusión y política social. San José: FLACSO. 1997. 475 p. Cap. 3.